

André Rego Viana
Organizador



A Midiatização
do **Refúgio** no Brasil
(2010-2018)

ipea

André Rego Viana
Organizador



A Mdiatização
do Refúgio no Brasil
(2010-2018)

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

André Rego Viana
Organizador



A Midiatização do **Refúgio** no Brasil (2010-2018)

ipea

Rio de Janeiro, 2020

A Mídia digital do refúgio no Brasil (2010-2018) / André Rego Viana,

Organizador – Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

106 p.: il., gráfs., fots color.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5635-004-2

1. Refugiados. 2. Migração internacional. 3. Mercado de trabalho.

4. Mídia digital. I.Viana, André Rego. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 305.906914

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva – CRB-7/6844.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	---

CAPÍTULO 1

PROPOSTA E PROCESSOS METODOLÓGICOS	9
--	---

Pedro Russi

Leonardo F. Nascimento

CAPÍTULO 2

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: HAITIANOS, SÍRIOS

E VENEZUELANOS	37
----------------------	----

João Brígido Bezerra Lima

Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochael Garcia

Valéria Maria Rodrigues Fachine

CAPÍTULO 3

RETRATOS MIDIÁTICOS SOBRE REFÚGIO NO BRASIL	71
---	----

Delia Maria Dutra da Silveira Margalef

CAPÍTULO 4

REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	87
--	----

André Rego Viana

APRESENTAÇÃO

A equipe de pesquisa da Coordenação de Estudos em Cooperação Internacional da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Coint/Dinte) do Ipea vem realizando há alguns anos, no âmbito da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), estudo sobre as políticas públicas que envolvem o atendimento a refugiados. Essa pesquisa é um desdobramento de outras que incluíram a elaboração de um perfil sociodemográfico dos refugiados com base nos registros do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) presentes na obra *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*¹ e avançaram para um trabalho de campo sobre a forma como ocorre a inserção local dos refugiados em Brasília, que foi executada em paralelo à pesquisa sobre a midiaticização do refúgio no Brasil, aqui apresentada.

Já há algum tempo vínhamos debatendo, no âmbito da coordenação, a possibilidade de um estudo que envolvesse a análise do discurso produzido pela mídia sobre os refugiados e sua condição de inserção na sociedade brasileira, em especial pela mídia impressa. Em 2018, contratamos o *software* ATLAS.ti e convidamos o professor Leonardo Nascimento, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para ministrar o curso sobre a utilização do programa. Então começamos a levantar as notícias sobre o tema publicadas nos principais jornais.

No final do ano, decidimos pela contratação de dois pesquisadores externos para reforçar o time da casa, que não tinha experiência com análise de discurso. Também decidimos que o desafio seria liderado pelo técnico de planejamento e pesquisa (TPP) André Rego Viana, que começava a enxergar “potencialidades” para pensarmos a política pública a partir de uma análise sobre como o tema era abordado pelos jornais.

A contratação dos professores Delia Dutra e Pedro Russi, ambos pesquisadores vinculados à Universidade de Brasília (UnB) e à UdelaR do Uruguai, colocou a discussão num novo patamar, e mergulhamos num período de trabalho intenso, realizando seminários teóricos sobre análise de discurso e dando início à elaboração do mapa conceitual que deu origem às tábuas de codificação, diversas vezes refeitas à medida que o trabalho evoluía. Além dos pesquisadores citados, as bolsistas Ana Luiza Jardim de Carvalho Rocha e Valéria Maria Rodrigues Fchine também estavam envolvidas no processo. O coordenador da área, o TPP João Brígido Bezerra Lima, juntou-se ao grupo na fase final dos trabalhos. A equipe contou, ainda, com o apoio inestimável, na fase de codificação, dos estagiários Igor

1. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829_Refugio_no_Brasil.pdf>.

Uriel Alves de Araújo, Luiza Quariguazy da Frota Coelho e Vinicius Quintanilha Nunes, aos quais agradecemos aqui.

O material coletado partiu de mais de 10 mil notícias recolhidas dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O primeiro texto apresentado, de autoria conjunta de Pedro Russi e Leonardo Nascimento, trata do percurso da pesquisa, revelando parte da discussão teórica que orientou a codificação, bem como o método de utilização do *software* definido para uso do material.

O segundo capítulo desta publicação é de autoria das bolsistas Valéria Fechine e Ana Luiza Garcia, às quais se juntou no andamento dos trabalhos o TPP João Brígido Bezerra Lima. Nele é feita uma avaliação de como os principais grupos humanos de refugiados recebidos nos últimos anos em território brasileiro são descritos pelos jornais analisados. Há claras diferenças entre a forma como são retratados haitianos, sírios e venezuelanos, o que mostra a complexidade e a heterogeneidade das formas como se dão esses processos de inserção local das diferentes populações sob a rubrica geral do refúgio.

No texto seguinte, Delia Dutra estabelece uma discussão sobre como é midiaticizada a adjetivação dos refugiados e do Brasil como nação receptora dessas pessoas. Para tanto, a autora busca mostrar como são construídos os “retratos midiáticos sobre refúgio no Brasil” e problematizar a análise, pondo em relevo um processo que é, por si só, polissêmico.

Finalmente, esta publicação se encerra com uma análise da forma de inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro, na qual André Rego Viana busca, a partir das descrições do processo encontradas nos jornais analisados, pensar nos impactos da midiaticização no processo de elaboração da política pública sobre o tema.

Apesar de pouco conclusivo, este trabalho abriu muitas e novas vertentes para a equipe pensar o problema do refúgio e contribuiu sobremodo para consolidar uma leitura sobre a política de refúgio aplicada pelo governo brasileiro. Acreditamos que uma leitura atenta aos trabalhos aqui apresentados, percebendo suas nuances, será de grande utilidade para os pesquisadores da área e os agentes públicos e privados que operam essa política pública.

João Brígido Bezerra Lima

Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte e coordenador
na Coint do Ipea.

André Rego Viana

Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea.

PROPOSTA E PROCESSOS METODOLÓGICOS¹

Pedro Russi²
Leonardo F. Nascimento³

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta os processos metodológicos desta pesquisa, a qual busca avançar na compreensão do discurso midiático com relação aos migrantes e refugiados no Brasil durante a última década. Os meios de comunicação, como operadores de sentidos, estão presentes direta e indiretamente, além do cotidiano da sociedade, na tomada de decisões governamentais nas suas instâncias micro e macrossociais. A reflexão crítica sobre os processos de midiaticização do refúgio e das migrações no país possibilita obter elementos concretos para serem utilizados no debate atual e futuro sobre as políticas públicas migratórias e de gestão do refúgio, além de ações efetivas de interlocução com os meios de comunicação, levando em conta o lugar-chave ocupado na formação de agendas públicas e privadas. Isso permite também avançar na ciência e produção de conhecimento no que se refere a refúgio e migrações.

Dessa forma, pretende-se produzir resultados acerca de ações concretas que o Estado possa tomar para combater o racismo, a xenofobia e qualquer outro tipo de discriminação, seja no âmbito do trabalho, de ordem institucional ou cultural. Eis a importância de entender o *lugar de fala*, isto é, o discurso e as operações discursivas propostas como agendamento. Não se trata de um simples relato das notícias, mas, sim, de compreender o sentido ali proposto.

1. O texto tem como base material bibliográfico, textos e discussões mantidas e produzidas pela equipe no decorrer da pesquisa, no período entre fevereiro e agosto de 2019. As citações serão diretas quando a identificação bibliográfica assim o permita. Partes e ideias deste texto também compõem o relatório parcial do que foi apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em 2019.

2. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; professor agregado da Universidad de la República; investigador pelo Sistema Nacional de Investigadores (SNI) Nivel I, Agencia Nacional de Investigación e Innovación/Comisión Sectorial de Investigación Científica (ANII/CSIC); pesquisador colaborador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB); e diretor do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (Ciseco). *E-mail*: <pedrorussi@gmail.com>.

3. Professor do bacharelado interdisciplinar em ciência, tecnologia e inovação (BICTI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFBA; e coordenador do Laboratório de Humanidades Digitais (LABHD) da UFBA. *E-mail*: <leofn@ufba.br>.

Esta pesquisa pode aportar no desenvolvimento de outros estudos, visando ampliar o conhecimento e as ações que envolvem essa temática – ações que vão além dos dados, permitindo intervenções para afinar a produção de sentido midiática no contexto das informações sobre refúgio e migração. Assim, a pesquisa tem por objetivo fortalecer a experiência levada a cabo no âmbito dos trabalhos desenvolvidos sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), buscando fortalecer o significado e o impacto despertados na cooperação internacional para o desenvolvimento promovida pelo Brasil, nesse caso, a partir da análise do discurso midiático sobre o refúgio. Assim sendo, a pesquisa visa estudar os processos de sentido midiáticos e transmidiáticos⁴ no tratamento informativo, como discursos sobre o refúgio. O recorte aqui proposto para análise do *corpus* está no âmbito das lógicas de produção do discurso nas notícias sobre refúgio e migração.

Para isso, propõe-se aqui analisar as notícias veiculadas por jornais brasileiros de significativa circulação no país, e que também são referência discursiva e atuam no agendamento sobre o tema desta pesquisa. Com isso, a Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea considerou necessário avaliar a veiculação midiática – a midiáticação – das questões referentes à integração de refugiados e definiu como foco três dos principais jornais de circulação nacional: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, entre 2007 a 2017. O recorte será no período de 2010-2018.⁵

O intuito é entender como o discurso midiático atua, não somente na opinião pública sobre determinados grupos étnico-culturais, como também nos processos de construções identitárias de refugiados e migrantes, a partir das quais tomam-se decisões sobre o refúgio e a migração no âmbito estadual e federal. O recorte analítico proposto está no campo das lógicas do discurso produzido pelos jornais estudados quando elaboram as notícias. Importa esclarecer que não foi objetivo desta pesquisa analisar como os brasileiros observam tais grupos ou como eles observam a si mesmos nas notícias jornalísticas – isso demandaria uma pesquisa de percepção e recepção com os próprios refugiados e migrantes.

Estabeleceram-se os seguintes pontos para analisar o tratamento midiático sobre a migração-refúgio no Brasil e os processos de sentido discursivo: *i*) identificar o tratamento informativo sobre o refúgio não brasileiro nos meios de comunicação (jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*); *ii*) compreender, pelo discurso e pelo conteúdo proposto nas matérias (textos e imagens), o valor notícia (por meio das unidades de registros); *iii*) identificar as peculiaridades e matrizes informativas de cada meio com sua linguagem e determinadas constantes narrativas

4. Pode-se definir, de forma concisa, como o atravessamento entre as diversas e diferentes mídias.

5. A decisão desse período foi tomada nas reuniões da equipe de pesquisa, considerando a plausibilidade com relação às ferramentas de codificação e a relação das variáveis *corpus* e *temporalidade* da atual pesquisa.

(lugar de fala e de sentido); *iv*) desenvolver um conjunto de resultados qualitativos e quantitativos dos meios analisados; e *v*) inquirir e ampliar os fundamentos dos discursos midiáticos relacionados à migração-refúgio, também como subsídio para futuros trabalhos diretamente com os produtores das notícias em diferentes veículos de comunicação no Brasil.

Embora cada discurso estudado tenha seu contexto, podemos pensar – por pesquisas anteriores no âmbito da Dinte/Ipea, assim como com base em outros trabalhos relacionados realizados por pesquisadores da equipe – em características próprias e coletivas de transversalidade de sentidos, em que há similitudes importantes, devido à natureza específica e geral das representações sociais já compartilhadas por agendamentos anteriores sobre o *alter*, isto é, “os outros” (no nosso caso, os migrantes e refugiados), especialmente como são produzidos pelos meios de comunicação. As unidades de registro, que permitiram realizar o mapa quantitativo das notícias, proporcionam de antemão um registro básico das transversalidades temáticas-midiáticas. As unidades de registro aqui estudadas são os temas e, assim, nossa análise nesta pesquisa é temática.

Na próxima seção é feita a discussão teórica que lastreia o debate desta pesquisa como um todo. Em seguida, demonstra-se como foi feita a codificação dos materiais e se descreve o uso da ferramenta ATLAS.ti em conformidade com os dados apresentados. Finalmente, o capítulo se encerra com uma breve síntese e a apresentação do quadro de códigos utilizado para a elaboração dos capítulos desta pesquisa.

2 MEDIATIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

Esta seção foi desenvolvida com base em pesquisas e textos publicados em diferentes instâncias⁶ relacionadas ao tema aqui proposto e também com base nas leituras e discussões propostas no grupo de pesquisa. Com base nisso, podemos estabelecer como ponto de partida a importância de ter como pano de fundo nesta pesquisa a circulação de sentidos, a mediatização e transmediatização em três jornais do Brasil com relação à migração e refúgio. Embora o destaque esteja nas unidades de informação (unidades de registro), quando estudamos os meios de comunicação não se pode ignorar a dinâmica da mediatização no sentido amplo e concreto. Estudar determinadas unidades de registro – pela transversalidade – não as isola do resto das operações discursivas e de sentido. Há, portanto, interpenetrações das narrativas midiáticas, que na perspectiva temporal, vão desenhando os discursos sobre os fenômenos.

Nesse sentido, importa ressaltar que de maneira geral costuma-se fazer referência aos meios de comunicação separando-os da sociedade. Desse modo,

6. Ver Russi (2009; 2011; 2013; 2017).

ignora-se que a mídia está constituída por processos intersubjetivos e, portanto, não está fora da sociedade, sendo muitas vezes legitimada por ela. Se não pensarmos na intersubjetividade, seria impossível compreender os processos de midiatização do tema refúgio-migrações, resultante de agendamentos, lógicas e determinadas ênfases discursivas.

Mediatização é um conjunto de processos de apropriação dos fatos cotidianos que, por meio das lógicas midiáticas, recorta o fenômeno, configurando um lugar de fala que sustenta as estruturas cognitivas e interpretativas sobre o fato informado. Dessa forma, podemos apontar o processo de midiatização como a interação de movimentos e ações que repercutem em diferentes níveis de estrutura social, destacando que as rupturas, desconexões e interações implicadas no processo como um todo não são lineares nem pré-determinadas. A esfera midiática precisa ser pensada como em constante interação com outras esferas de sentidos, porque o processo de midiatização constitui um campo de lutas para conservar ou transformar sua existência (Dutra, 2005).

Desse modo, as notícias sobre refugiados e migrantes constituem o resultado de narrativas delineadas a partir de determinadas lógicas e de uma estrutura de escolhas discursivas, as quais vão conformar as gramáticas de produção das notícias. Portanto, não é estranho observar anacronismos informativos sobre o fenômeno do refúgio, assim como também preposterções – saber de antemão o resultado das coisas –, porque as lógicas midiáticas tornam muitas vezes seus discursos deterministas, modelados e por vezes sensacionalistas, em detrimento de operações analíticas ou informativas. A lógica do anacronismo sustenta-se na espetacularização e no folclórico das outras culturas, reduzindo-as a estereótipo e banalidades. A imagem do outro, assim produzida, se faz exótica e interessante ao espetáculo e, até, ao mórbido. Outro operador de sentido é a tematização, fenômenos são transfigurados em tema (longa narrativa repetitiva), em detrimento das informações relevantes no sentido de novidades elucidativas.

Por isso, no discurso midiático, observamos os operadores semânticos (Verón, 1997), que substituem interpretações que não se explicitam e análises que não se formulam. As mídias – dispositivos midiáticos –, como estrutura e lógica de produção, apresentam inter-relações que as caracterizam como tais (temporalidade, essencialidades, tematização, lugares de fala, atores sociais integrados ao *ethos* midiático, entre outras). Dessa forma, no campo discursivo, as distinções entre condições reais e representacionais tornam-se mais tênues e complexas (Cogo, 2000). Os diferentes meios de comunicação tornaram-se lugares onde se elaboram, negociam e difundem discursos, valores que que atuam como mediações nos processos socioculturais.

O processo de midiatização – por exemplo, o governo nas lógicas dos meios e os meios no lugar do governo – permite compreender como os veículos de comunicação

de massa vão introduzindo o tema migração-refúgio, operando as dinâmicas dos sujeitos por intermédio de números, estatísticas, histórias, testemunhas, gráficos etc. A agenda midiática instala na esfera do discurso – portanto, de vivência – uma crise causada pela copiosa chegada dos refugiados. Dessa forma, o fato não é somente ampliado por ser veiculado pelos meios de comunicação, mas porque se globaliza e torna-se consequência de um momento político-mundial das hordas migrantes no Brasil. Por meio dessas materialidades informativas, são propostas interpretações que dão sentido às culturas – configurando o lugar do outro e o nosso – como práticas cotidianas da globalização, mundialização, migração, refúgio etc.

O refúgio proposto e disposto no ambiente midiático – o refúgio como discurso – é articulado pelas lógicas narrativas institucionais que lhe outorgam determinados sentidos informacionais. Essas gramáticas produtivas não são de improviso, mas articuladas desde lógicas do que deve ou não ser dito sobre o refúgio ou os migrantes, especialmente nos jornais aqui estudados. Assim, partindo das gramáticas de produção (Verón, 1997), observa-se o lugar ocupado pelo enunciador dentro de uma determinada ordem institucional discursiva que designa enunciados possíveis e permitidos para uma específica configuração institucional. Nesse sentido, por meio dos operadores discursivos, o enunciador sustenta a ordem institucional enunciativa (*statu quo* informacional), sendo habilitado como lugar de fala para propor modelos interpretativos sobre o refúgio. Assim, o comunicacional midiático é atravessado por matrizes de sentido pertencentes ao espaço não midiático em si, por exemplo, entre campos de poder político, econômico etc.

Os produtos midiáticos são dinamizados também como instrumentos de sondagem – constituídos e reconfigurados pela materialidade do uso – para o conhecimento do novo espaço social e público na intervenção migratória. Os meios atuam como fornecedores de imagens de vida coletiva ao colocar, na cena cotidiana, inúmeras problemáticas desse novo cenário social como lugar de destino. Por meio dessas dinâmicas de sentido conformam-se informações da realidade social como representações de determinados fatos. Pode-se dizer que há uma imagem de migrante refugiado e do refúgio, mais para esconderijo do que para direitos de amparo. Não é o pontual de um determinado jornal *a* ou *y*, senão do poder discursivo na construção de sentido pelas gramáticas de produção sobre algo ao longo do tempo, assim como também pelo atravessamento e interpenetração de diferentes ordens de discurso – midiático, de saúde, econômico, religioso, político etc. Não é de um momento sincronicamente estabelecido, senão diacronicamente sistematizado com relação ao outro, ao distinto, ao estrangeiro, ao estranho. Isso foi pensado com base em que a sociedade não é dada, porém desenvolvida, por diferentes discussões e instrumentos de representação.

Uma dinâmica de significações midiáticas sobre a história pessoal, familiar, de classe, religião, região, raça e etnia não pode ser simplificada em operações lineares.

A competência cultural atravessa as classes, pela via da educação formal em suas distintas modalidades, configurando as etnias, as culturas regionais, os dialetos e as distintas mestiçagens urbanas (Cogo, 2000). Nessa linha, também podemos retomar Van Dijk (2003, p. 46), quando destaca que a concepção de racismo também inclui o etnicismo, que ele define como o sistema de predomínio de um coletivo ou grupo étnico que se baseia na categorização por meio de critérios culturais e a diferenciação e exclusão, nos quais se encontram linguagem, religião, costumes ou visões do mundo. A elite discursiva – o discurso que se apresenta como dominante, o *status quo* – favorece o sentido de etnicismo, particularmente nas suas dimensões discursivas mais sutis.

Sendo as identidades construídas como processos de mudança, tensão e interação no contexto do cenário social, podemos compreender, portanto, que muitos dos traços e marcas das conversas cotidianas podem ser observados nas produções midiáticas, tanto quanto a existência de interações entre o que dizem, e constroem, os meios de comunicação, no decurso de seus produtos, e o público, que incorpora operadores midiáticos, dirigindo suas relações por meio dessas regras. As gramáticas de reconhecimento (ou recepção) não foram objeto desta pesquisa, que, no entanto, permite um desenvolvimento nessa linha de busca no âmbito da mediação do tema migração-refúgio na esfera e no sentido da recepção.

Os meios de comunicação (os jornais, nesta pesquisa), no interior das dinâmicas culturais, não podem ser pensados só como meios, senão também como fins, que estão participando nos modos de constituição e reconhecimento das identidades coletivas. Essas marcas coletivas interatuam na configuração-distinção entre sujeitos autóctones e estrangeiros, conforme o etnicismo destacado por Van Dijk (2003). Desse modo, os processos de reconhecimento das identidades, na produção de sentido midiático, marcam e especificam os sujeitos como características e práticas midiaticamente distintas, isto é, como critérios para determinar o ser migrante, o ser refugiado.

Os agendamentos midiáticos destacados pelo mercado informativo amplificam e aprofundam tendências estruturais de conservação discursiva, uma ordem do discurso que mantém a funcionalidade social, como exclusão e interdição (Foucault, 2008), esta última característica pelo tabu do objeto (refugiado) do qual não se pode falar ou se fala de uma única e determinada peculiaridade. Isto é, o que pode e por quem pode ser dito ou não; quem tem direito a fala e quem não. Deve-se ouvir a voz dos migrantes ou refugiados como testemunhas, não como sujeitos pensadores de um tipo de discurso, mas meramente como conduto de uma voz que já tem um lugar discursivo em outro discurso ordenado para isso. Assim, de acordo com Foucault (2008, p. 9),

em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função

conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Com base nisso, podemos entender que o discurso é um veículo de poder, além de ser também objeto de desejo. Assim, deter o discurso é deter o poder, isto é, conforme o autor, a relação tríade: poder, discurso, saber. Portanto, esse poder não pode ser facilitado a qualquer um (lógica de refúgio); do contrário, será a vacilação do *status quo*. Eis a função social dos jornais ao analisar o discurso neles contido e por eles proposto: manter a ordem do discurso, o que os afasta da informação em si.

Consequentemente, compreendemos que a mídia atua como articuladora de um conjunto de operadores simbólicos, em que os sentidos que levam aos leitores são remanejados durante sua circulação no ambiente cultural (Mouillaud, 1997), refazendo o acontecimento em um fluxo ininterrupto de transformações. A cultura cotidiana é transformada, na relevância discursiva das mídias, não em cultura-conteúdo, senão nos valores das notícias que elas catalisam e potencializam como dever ser da forma de “estar juntos”. Por isso, apontam para uma ideologia dominante, que potencializa certos acontecimentos para que apareçam no contexto da informação, e outras, que são separadas desse campo. Por meio dessas lógicas midiáticas aplicam-se recortes e molduras sobre o fenômeno a ser noticiado. Deparamo-nos com a intencionalidade da produção que, nessas propostas, fortalece a transformação midiática da cultura cotidiana, em que o dia a dia concreto do migrante-refugiado é esquecido ou reduzido ao documento (passaporte), assim como por uma generalização que oblitera o indivíduo e sua história.

A mídia não só atribui amplificação e visibilidade a determinados fatos, mas também propõe modos próprios de fazer existir esse cotidiano, que, por meio de ações ritualistas-cotidianas, vão não somente anunciando a noção de realidade, porém convertendo-se, elas mesmas, no lugar através do qual a realidade não só passa por elas mas também se faz nelas (Fausto Neto, 1999). Conhecendo isso, como assinalamos anteriormente, podem-se sublinhar as relações entre os agentes do campo midiático e dos outros campos (econômico, político, jurídico, pedagógico), porque nelas se configuram as estratégias e os operadores discursivos, dos quais se serve a mídia para construir a informação (operadores como enquadramentos, mapa geográfico, destinatário construído). Isso é fundamental para entender a conformação das dinâmicas específicas ao campo midiático (por exemplo, no jornalismo) como função simbólica e institucional na informação sobre as migrações. Dessa forma, a construção de jogos racionais do discurso midiático em que o jornalismo constrói a notícia integrada à realidade, como lugar de onde se fala, explica e traduz tudo o que acontece de “relevante” e que, em consequência, “deve” ser entendido como tal.

Nesse sentido, vejamos que as transformações pelos processos de midiaticização interferem, por exemplo, nos modos de pensar e fazer política, economia etc.

Isso acontece, no mínimo, por meio de três mudanças substanciais (Mata, 2000): *i)* a substituição das instituições juridicamente consagradas como lugar para e da representação cidadã – parlamento, juizado, partidos – pelos meios de comunicação; *ii)* a substituição dos sujeitos atores clássicos da política – políticos, governantes, cidadãos, militantes – pelos novos sujeitos midiáticos: jornalistas, condutores de programas, público, entrevistados; e *iii)* a substituição dos cenários da ação política do partido ao *set* televisivo, da praça à plateia.

Sabendo disso, podem-se caracterizar, por exemplo, alguns operadores de sentido na construção da informação sobre as migrações-refúgio – e de outros fenômenos – como categorias de análises gerais para compreender a dinâmica da midiatização (Dutra, 2005), conforme apresentado a seguir.

- 1) Os temas agendados, observando as operações lógicas que lhe são subjacentes: a *seleção* e a *tematização* dos assuntos; a definição dos grupos e sujeitos principais e dos temas abordados; o tempo dedicado; e o número de notícias correspondentes a essa categoria. As situações de agendamento propostas midiaticamente permitem caracterizar a informação sobre os migrantes-refugiados desde uma perspectiva de luta de agendas, explicitadas no discurso ou não. Foi importante mapear o número e o tipo de notícias e problematizar a importância que certos temas adquirem na agenda proposta sobre o tema.
- 2) Entender o *mapa geográfico* da construção noticiosa, as áreas geográficas referenciadas e a temporalidade narrativa dessas referências contribui para a caracterização do mapa geográfico-simbólico que a mídia constrói.
- 3) Reconhecer os *agentes sociais* que protagonizam as informações torna-se um elemento-chave para observar a presença dos diferentes campos sociais na construção dessa informação sobre as migrações.

Como ilustração, essa categorização torna-se visível pelas denominadas entrevistas e os espaços de opinião que os jornais estudados publicam quando desejam apropriar-se das falas dos migrantes e refugiados, porém dentro das lógicas discursivas midiáticas que os sustentam como lugares habilitados para outorgar a oportunidade de expressão. São dinâmicas comunicativas de singularidades midiáticas. Isso quer dizer que os meios podem ser pensados como sendo também modos de constituição e de reconhecimento dos outros. Do mesmo modo, operam articulados a um conjunto de marcas de sentido que são modificadas na própria ação das apropriações midiáticas, os progressos de sentido.

Ao mesmo tempo, é necessário compreender as dinâmicas midiáticas como operadoras de situações simbólicas de entendimentos atribuídos ao fenômeno migratório. Sem querer, as falas sobre a migração dão o xeque-mate na ideia

de migração como exclusiva da passagem corporal de fronteiras. Isso acontece porque temos, midiaticamente, operadores de sentido que permitem imaginar sobre a migração, o migrante, antes mesmo de conhecê-lo, de sabê-lo. O outro já está como sujeito discursivo entre nós – já tem cor, tipo de vestimenta, forma de falar, forma de atuar etc. Na sociedade em que, pelos processos de midiaticização, já operam com princípios interpretativos dessas esferas midiáticas, isso quer dizer que o migrante já é um “perfeito” conhecido.

O paradoxal acontece porque, ao mesmo tempo em que se conhece ou informa sobre o refúgio e a migração, sustentam-se as reduções interpretativas supramencionadas. Por esse motivo, compreender a midiaticização da migração-refúgio exige observar uma ressignificação conceitual da migração e da figura do outro como um todo, que tem seu operador no próprio campo das mídias, forjando representações de um *nós* e *eles*, resultante das apropriações midiáticas.

Nesse sentido, compreender a partir desta pesquisa as condições de sentido propõe a reinvenção dos laços culturais como novas redes de significação, que efetuem, desde essa outra lógica, uma nova compreensão dos espaços midiáticos. Esses processos de outra proposta de informação articulam operadores de sentido que potencializam diferentes graus de autoconsciência e consciência social. Quer dizer, os indicadores analíticos construídos pela pesquisa permitem arquitetar conhecimentos, mas também ferramentas de referência para os profissionais dos jornais, os docentes de jornalismo, pesquisadores da temática, políticos e outros atores sociais que participam, direta ou indiretamente, nas decisões relativas ao tratamento informativo idôneo da migração na atualidade brasileira e internacional.

Passamos assim à aplicação prática dessa discussão teórica na forma da metodologia aqui empregada.

3 REFERENCIAL E AÇÃO METODOLÓGICA

Para pensar na metodologia, é necessário compreender o objeto de estudo desta pesquisa: o sentido proposto pelo discurso midiático jornalístico sobre os migrantes e refugiados no Brasil entre 2010 e 2018. O objeto foi construído e recortado desde a interdependência de saberes e óticas de investigação, visando assim poder entender essa realidade sociomidiática como processo de midiaticização. O recorte realizado busca entender especialmente o tratamento midiático, a dinâmica discursiva de uma quantidade de matérias jornalísticas (no período 2010-2018) referentes aos refugiados estrangeiros no Brasil. No sentido metódico, parte-se da matriz compreensiva, tendo como pontos de apoio a análise de conteúdo e do discurso, para ajustar a pesquisa no âmbito dos estudos de midiaticização das migrações/refúgio. O percurso da pesquisa demandou ajustes devido à dinâmica de significação e reinterpretação dos objetivos, do problema de pesquisa e da construção do objeto.

Assim sendo, foi construído um desenho analítico sobre o tratamento informativo dado à migração e aos refugiados – incluída a produção de sentido e a unidade de informação – que possibilitou diversos desdobramentos dos temas e categorias que poderão dar suporte para outras pesquisas no que tange à midiatização das identidades dos refugiados. Nesse sentido, é importante ressaltar que se trata de uma estratégia de transferência – *transfer*, conceito utilizado por Van Dijk (2000, p. 92) – empregada para desassociar-se aparentemente de um discurso racista e/ou dominante, apelando a uma voz alheia, como a voz da sociedade/povo, para transmitir uma mensagem (uma narrativa) para conseguir “um consenso político acerca da imigração e, ao mesmo tempo, exercer influência (agendamento) sobre a opinião pública” (*op. cit.*, p. 101). Conforme o autor, o discurso é considerado uma forma de ação na sociedade, ação social, como um produto cultural, assim como uma manifestação explícita de crenças e conhecimentos sociais (Van Dijk, 2003, p. 78). Estudar os jornais como operadores discursivos sobre o outro, o estranho e o estrangeiro, nas faculdades de refugiado, permite compreender também como se constituem numa – às vezes única – informação de destaque sobre um evento – nesse caso, migração-refúgio (*op. cit.*, p. 233). Isso abre o caminho para uma outra reflexão sobre quem tem o acesso e controle sobre a produção simbólica nos meios de comunicação.

Essa distinção se dá no sentido metodológico, visando à compreensão dos procedimentos realizados. A proposta, nesse sentido, foi de uma análise inicial quantitativa de um conjunto de matérias jornalísticas de meios de comunicação brasileiros de agenda significativa na opinião pública. A etapa da análise quantitativa das unidades de registro selecionadas nos períodos supramencionados e a análise qualitativa de maior destaque e intensidade – discurso, processos e operadores de sentidos –, das linguagens e narrativas utilizadas não foram trabalhadas de forma fragmentada, senão consolidadas pela articulação.

As técnicas de pesquisa incluem a observação e a análise da materialidade midiática com base em referenciais do estudo do discurso, da produção e da circulação de sentidos que se interpenetram entre as mídias estudadas, isto é, interfaces entre mídias como operadores discursivos.

Para estudar o tratamento informativo sobre a migração, propõe-se um processo metódico quali-quantitativo de observação sistemática e comparativa dos jornais, das gramáticas de produção, nesses momentos temporais. O processo metódico comparativo procura não perder de vista a adequação ao objeto de estudo aqui delimitado, no caso o tratamento informativo do refúgio no Brasil, entre jornais brasileiros.

Foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa – a partir de base de dados – dos materiais selecionados (notícias), assim como das especificidades

das linguagens e formas narrativas. Do ponto de vista quantitativo, esse processo permitiu obter índices e variáveis específicas sobre as notícias acerca da migração para poder compará-las entre si e no conjunto dos jornais. Fala-se aqui de uma especificidade dos meios e das linguagens que permitem identificar determinados operadores de sentidos nas gramáticas de produção, tais como: os textos, os títulos, os subtítulos, o caráter do léxico utilizado, as fontes informativas, as vozes que falam, as vozes faladas, as seções nas quais se publicam as notícias, a tematização, a intertextualidade. Para a análise do visual, observam-se: os infográficos; as fotografias, considerando seus parâmetros técnicos de fotojornalismo; o lugar (a página) de publicação no jornal; e as intertextualidades imagem-texto.

Nessa lógica, propõe-se um processo metódico que compreenda as mídias como operadores de sentido dos processos sociais, os quais colaboram para futuras interpretações, assim como para conhecer o tratamento midiático sobre diferentes coletivos. Dessa maneira, a pesquisa oferece inferências com base nos resultados obtidos, para que o tratamento midiático seja o mais adequado possível, evitando visões racistas, parciais ou fragmentadas da realidade migratória internacional.

De forma sintética, a análise de conteúdo, como ideia de ser uma técnica de investigação com finalidade quantitativa e de condições especialmente normativas – limitantes – em relação ao conteúdo presente nos veículos de comunicação, foi também ampliada e articulada como dinâmica qualitativa de análise (Bonin, 2005; Bardin, 1977). A compreensão desse percurso permite sustentar, neste capítulo, a articulação da verificação de conteúdo para a análise discursiva na linha da produção de sentido.

Com base nas modalidades da análise de conteúdo, trabalhamos com a abordagem temática que, no caso dos jornais, foi utilizada para separar os núcleos de sentido que compunham as notícias relacionadas a migração e refúgio. Observaram-se os significados (operadores de sentidos) construídos nas notícias dos jornais. Os núcleos de sentidos foram a base para a elaboração das categorias e subcategorias (Bonin, 2005, p. 6).

Conforme Bardin (1977), como organização do estudo, optamos pelas unidades de registro como forma de ancorar nosso processo de categorização – quer dizer, os temas –, edificando assim nossa análise como sendo temática. Dessa forma, compreendemos, a partir de Bonin (2005), que a unidade de registro corresponde à unidade de significação que buscamos, nesse caso, os temas, “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1977 *apud* Bonin, 2005, p. 7). Importam as ideias constituintes do texto: elas são proposições portadoras de significações, o que permite entender que essa unidade de registro (tema) corresponde a uma ordem de recorte de sentido e não da forma em si.

A dinâmica relacionada à unidade de registro (tema) permitiu avançar com relação à construção das categorias temáticas. Retomamos aqui a sistematização de Bonin (2005, p. 8), que possibilitou realizar o desenvolvimento das categorias, considerando regras estabelecidas para a construção das categorias – elas não estão dadas ou explicitadas nos veículos; são construídas com base nos critérios dos pesquisadores, do problema de pesquisa. De acordo com essas regras, as categorias devem ser: *i*) exclusivas, isto é, os mesmos elementos não podem pertencer a diversas categorias; *ii*) exaustivas, ou seja, de modo que se percorra todo o texto; e *iii*) objetivas e fidedignas, assim é possível controlar os desvios relacionados à subjetividade dos pesquisadores no momento de construir as categorias. Isso implica a necessidade de estabelecer regras claras de inclusão e de exclusão.

Cabe destacar que a construção das categorias analíticas foi feita em equipe, e as idas e vindas permitiram um trabalho importante no sentido metódico, e também no metodológico, quer dizer, na compreensão do que estava sendo realizado coletiva e analiticamente. O que estamos explicitando é que não foram categorias preestabelecidas ou já construídas em outras pesquisas; as categorias são exclusivas desta pesquisa, elas foram elaboradas pela equipe com base nas leituras das matérias dos jornais selecionados. Logo depois de elaboradas, as categorias analíticas (temas) serviram para submeter as matérias à categorização propriamente dita. As categorias não são fixas, isso quer dizer que podem ser ressignificadas no decorrer do tempo e nas futuras leituras e intervenções analíticas de outros pesquisadores.

Na aplicação concreta desse método, se fez uso de uma ferramenta digital, o ATLAS.ti, cujo emprego se descreve na próxima seção.

4 O USO DO APLICATIVO ATLAS.TI

Para auxiliar na sistematização e categorização do conteúdo das matérias, foi utilizado o aplicativo ATLAS.ti 8.0 para Windows.⁷ Ele é uma ferramenta extremamente útil para o tratamento de grandes bases de dados qualitativos em áudio, vídeo, texto ou imagem. Além disso, como os dados que foram analisados possuem uma disposição temporal (de acordo com a data de publicação das matérias), o ATLAS.ti permitiu que fosse feita uma disposição quantitativa. Outra vantagem é a capacidade de, ao final da pesquisa, possibilitar que outros pesquisadores refaçam o percurso investigativo que foi desenvolvido (Conrad e Reinharz, 1984). Em resumo, se devidamente utilizada, a ferramenta conjuga rigor, flexibilidade, transparência e velocidade na manipulação e análise de dados (Lu e Shulman, 2008; Silver e Lewins, 2014).

7. Disponível em: <http://downloads.atlasti.com/docs/manual/atlasti_v8_manual_en.pdf>.

A condição básica para a utilização do ATLAS.ti é que o material que a ser analisado esteja em formato digital ou – como foi o caso das matérias de jornal desta pesquisa – tenham passado por algum processo de digitalização. Foi preciso fazer a inserção do material no projeto (arquivo básico do aplicativo) e, em seguida, proceder à elaboração das categorias por meio das quais foi classificado. Essas categorias foram denominadas dentro do aplicativo de códigos. Uma vez elaborados os códigos ou a estrutura de codificação, a maior parte do processo de pesquisa com o ATLAS.ti consiste no exercício de codificar os materiais, ou seja, “rotular as passagens dos dados de acordo com o que eles tratam ou com outro conteúdo de nosso interesse” (Richards e Richards, 1994, p. 446).

A codificação é, quer estejamos ou não sendo auxiliados por computadores e aplicativos, a etapa fundamental da pesquisa qualitativa. Segundo Saldana (2015, p. 3), “um código na pesquisa qualitativa é, na maioria das vezes, uma palavra ou frase curta que atribui simbolicamente um atributo que resume, salienta, captura a essência e/ou evoca de uma porção de dados visuais ou baseados na linguagem”.

Embora o ATLAS.ti possibilite, pela função de autocodificação, buscar automaticamente a presença de palavras em linhas, parágrafos ou páginas, o exercício de codificação é uma tarefa fundamentalmente hermenêutica de interpretação de dados. Isso exige, por conseguinte, um extremo cuidado na definição dos códigos e no treino dos codificadores para que faça a associação entre a citação (o trecho que nos interessa) e o respectivo código. O aplicativo ainda permite que sejam criadas, ao longo desse processo, notas sobre os materiais do projeto. Isso é o equivalente a um caderno de campo digital da pesquisa com *insights*, anotações sobre os dados, impressões etc. Ao final, há uma gama de possibilidades qualitativas, como geração de relatórios com todos os trechos referentes à determinado código; criação de redes que possibilitam a visualização de documentos, códigos e citações etc., além de procedimentos quantitativos, como frequência de códigos por documentos, cruzamentos de códigos, frequência e nuvem de palavras etc.

Apesar desse manancial de funções e possibilidades do aplicativo, existem alguns aspectos que, embora não configurem necessariamente uma desvantagem, ainda assim precisam ser considerados. Um deles reside no fato de o ATLAS.ti ser um aplicativo comercial cujo acesso ao código-fonte não é permitido. Por conseguinte, os pesquisadores se tornam dependentes, em certa medida, das características da arquitetura da própria plataforma, configurando aquilo que vem sendo denominado pelo neologismo de “encaixapretamento” (*black-boxing*) (Berry, 2012, p. 75-77). Além disso, a utilização da ferramenta continua a exigir, por parte dos pesquisadores, uma atenção às etapas que tradicionalmente compõem uma investigação qualitativa de dados. Em outros termos, a automatização e a velocidade propiciadas pela sofisticação tecnológica do aplicativo não prescindem da crítica e da atenção constantes por parte dos pesquisadores envolvidos.

Assim, o ATLAS.ti permitiu a sistematização das matérias e a construção das categorias, o reordenamento e a recategorização dos temas (*codes*). A cada criação ou revisão de categoria, exigiu-se um trabalho atento para ajustar a ferramenta à pesquisa, e não o contrário. Dessa forma, foram sendo definidas as unidades de informação. Esse esclarecimento é de uma particularidade epistêmica, porque o uso de uma ferramenta importante responde aos interesses da pesquisa, e não o inverso. Vale esse destaque, sabendo que estes capítulos podem ser lidos por futuros e novos pesquisadores.

As ferramentas ou instrumentos, por mais importantes que sejam, sempre deverão estar sob o olhar epistemológico e metodológico do(a) pesquisador(a). Ao destacar o ATLAS.ti como valorosa ferramenta desta pesquisa, queremos que ela também seja entendida como tal nas suas potencialidades e limitações. As pesquisas são feitas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras, não pelas ferramentas ou instrumentos.

Registre-se que se adotou na pesquisa que fundamenta este capítulo a ferramenta da metodologia qualitativa mediante a importação de notícias, o que representou um movimento inicial rumo à adoção da análise de conteúdo⁸ e de discurso pela produção de sentido.

A pesquisa teve início com a coleta de matérias nos acervos digitais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Para isso, nós elaboramos três *scripts* de *webscraping*⁹ ad hoc na linguagem R (R Team Core, 2014) por intermédio do pacote *rvest*¹⁰ ou em Python, pela biblioteca Beautiful Soup 4.4.0.¹¹ Assim, obteve-se, inicialmente, um total de 9.407 documentos¹² nos acervos dos jornais *Folha de S. Paulo* (3.721 matérias),¹³ *O Estado de S. Paulo* (1.837 matérias)¹⁴ e *O Globo* (3.849 matérias)¹⁵ que continham, ao menos uma vez, o termo *refugiado*. Em seguida, três técnicos realizaram leituras sistemáticas com o objetivo de selecioná-las entre dois tipos.

- *Matérias que apenas citavam o termo refugiado*: sem tratar diretamente do território brasileiro e do tema de integração, como matérias sobre as crises internacionais vinculadas às questões de direitos humanos. Foram retiradas também matérias que fugiam do contexto da pesquisa proposta.
- *Matérias limitadas ao território brasileiro*: independentemente das temáticas relacionadas, mas priorizando as questões de integração, por exemplo, os

8. Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados (Mozzato e Grzybovski, 2011, p. 734).

9. Coleta automatizada de dados na internet utilizando linguagens de programação (Marres e Weltevrede, 2013).

10. Disponível em: <<http://rvest.tidyverse.org/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

11. Disponível em: <<https://www.crummy.com/software/BeautifulSoup/bs4/doc/index.html>>. Acesso em: 9 jun. 2019.

12. Número de documentos que podem conter entre uma ou mais matérias.

13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

15. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

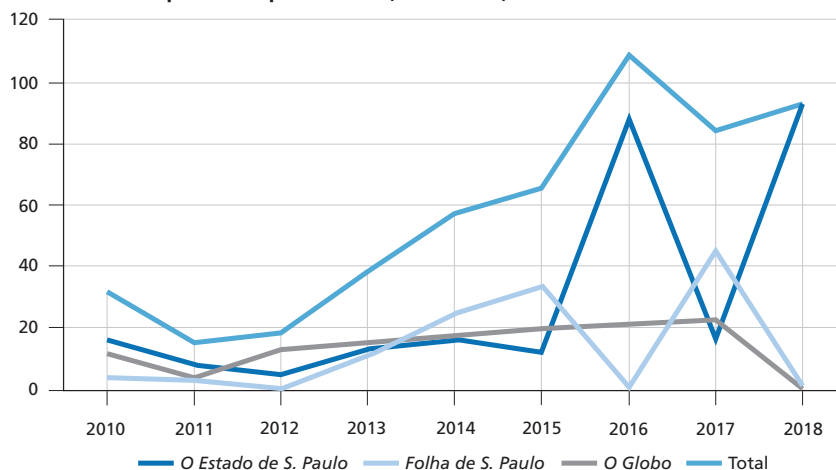
estados e as cidades brasileiras retratadas nas matérias. Foram selecionadas também as matérias que continham o termo *refugiados*, mas que se referiam a outro *status* jurídico, como os imigrantes haitianos.

Foi realizada uma pré-seleção, por meio da qual tivemos um total de 689 matérias do tipo B, distribuídas entre *Folha de S. Paulo* (327 matérias) e *O Estado de S. Paulo* (148 matérias) e *O Globo* (214 matérias). Logo, no processo de ajuste das categorias e subcategorias temáticas, foi elaborado o *corpus* definitivo da pesquisa (2010-2018), com um total de 517 matérias. Considerando sempre o recorte de matérias do tipo B, elas foram divididas da seguinte forma: *Folha de S. Paulo* (175 matérias), *O Estado de S. Paulo* (217 matérias) e *O Globo* (125 matérias).

Todas as análises subsequentes trataram apenas das matérias do tipo B. Para o estudo desse material, optou-se pela abordagem qualitativa, que consiste na obtenção de dados em contato direto com os artigos filtrados, e pelo exame descritivo dos referidos textos, com a utilização da análise de conteúdo (Bardin, 1977) e os procedimentos antes citados e destacados.

Por meio de uma observação preliminar, descartou-se do total coletado as matérias em que o termo *refugiado* aparecia em contextos cujo assunto foi entendido como estranho ao tema da pesquisa. Por exemplo, foram excluídas matérias que apenas citavam o termo, mas o faziam sem tratar diretamente do território brasileiro e/ou do tema da integração dos refugiados ao Brasil. Eliminamos também as matérias sobre crises internacionais vinculadas às questões de direitos humanos. Ao final, obteve-se o total de matérias que foram consideradas segundo o gráfico 1.

GRÁFICO 1
Documentos por ano e por veículo (2010-2018)



Fonte: *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.
Elaboração dos autores.

Por meio dessa ferramenta, foram criados *quotations*, isto é, trechos significativos das matérias, selecionados nos documentos com base nos objetivos estipulados na pesquisa e de acordo com o referencial teórico-metodológico adotado. Posteriormente, cada trecho recebeu um código conforme seu conteúdo (*code*, que denominamos com base na análise de conteúdo como unidades de registro – vide quadro 1). Isso significa a criação de conceitos gerados pelas interpretações – inferências – dos pesquisadores, podendo estar associados a uma citação ou a outros códigos para formar uma ordenação conceitual. Também foram elaborados esquemas gráficos (*networks*), os quais permitem a apresentação dos códigos e elementos organizados e conectados dentro das temáticas abordadas. Desse modo, a pesquisa trabalhou com 608 códigos (*codes*) e 3981 citações (*quotations*).

5 SÍNTESE

Como síntese, podem ser destacadas as atividades listadas a seguir, realizadas coletivamente, ancoradas nas reuniões semanais da equipe.

- 1) Levantamento e revisão de bibliografia (geral-específica) referente às especificidades da pesquisa proposta, isto é, questões conceituais, procedimentos metódicos e estruturação do mapa de conteúdo, como forma de ancorar e demarcar o terreno de interesse do projeto e da equipe.
- 2) Sistematização e definição das especificidades que a produção de sentido assume no âmbito do tratamento informativo pelos jornais selecionados para construir a matriz analítica da base de dados qualitativos.
- 3) Definição de categorias e subcategorias de análise e das inter-relações dos conteúdos das obras selecionadas, usando, para isso, o ATLAS.ti.
- 4) Elaboração do mapa analítico inicial, a partir do material coletado para repensar as categorias analíticas – novamente fazendo uso do ATLAS.ti.
- 5) Reestudo crítico das estratégias analíticas.
- 6) Análise dos temas escolhidos pelos pesquisadores, a partir da definição das categorias e subcategorias que guiaram a pesquisa na sua dinâmica inferencial, possibilitando a construção desses capítulos e também podendo servir de referência a futuros textos.

Feito esse esclarecimento sintético das atividades, apresentamos a seguir o quadro dos temas e as categorias analíticas e subcategorias resultantes da construção meticulosa da equipe de pesquisa que possibilitou construir uma base de dados essencial para compreender o sentido produzido pelos três jornais analisados com relação ao refúgio e à migração. A base vai além dos três jornais em si, porque se projeta – não automaticamente – para outras análises de sentido que envolvam outras mídias.

Lembramos que o objetivo deste capítulo é apresentar as bases conceituais, teóricas, epistêmicas e metodológicas que permitiram a construção de categorias analíticas para que elas não sejam entendidas como dadas ou naturalizadas. O quadro 1, em três colunas, destaca não somente as categorias mas também as subcategorias e o que foi contemplado para constituir as categorias em si – sempre num processo de idas e vindas entre as matérias e os conceitos das bases teóricas.

Encerramos este capítulo com a apresentação do quadro construído pela equipe desta pesquisa, como forma de sistematizar as unidades de registro, subunidades de registro e unidades de contexto.

QUADRO 1

Unidades de registro, subunidades e unidades de contexto

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Trabalho	-	Acesso às questões de mercado de trabalho pelos estrangeiros no Brasil.
	Formal	Profissional registrado e oficializado dentro da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a proteção e o amparo das leis trabalhistas, possui carteira assinada, usufrui de todas as vantagens e benefícios garantidos pela contribuição regular dos impostos.
	Informal	Profissionais que exercem suas atividades sem registro na carteira, não possuem vínculo empregatício, não contam com benefícios trabalhistas como férias, licença-maternidade, aposentadoria, seguro desemprego, entre outros.
	Remunerado	Trabalho retribuído financeiramente ou em espécie, submetido às condições de oferta e demanda do mercado de trabalho. O trabalhador remunerado pode ser um empregado ou um conta própria.
	Não remunerado	Trabalho não retribuído financeiramente, ou seja, o trabalhador exerce atividades de pessoas ditas “do lar”, cuja atribuição é cuidar da própria casa, ou o trabalhador é dedicado ao trabalho filantrópico, que é o caso de voluntários em escolas, hospitais, orfanatos, templos religiosos etc.
	Empregado(a)	Profissional que exerce funções ou atividades em determinada profissão, no setor formal ou informal.
	Desempregado(a)	Pessoa que está à procura de trabalho.
	Inativo	Pessoa que não está trabalhando e nem procurando emprego. Geralmente são os estudantes, donas de casa e aposentados.
	Empresário	Pessoa de direito que é responsável pela empresa (micro, pequena, média ou grande) e exerce profissionalmente (com habitualidade) uma atividade.
	Oportunidades	Ofertas e oportunidades de trabalho que tem acesso.
	Programas sociais	Programas sociais aos quais os trabalhadores têm acesso e incentivo, como Bolsa Família, auxílio-moradia, bolsa para estudante, pensão e aposentadoria.
	Capacitação	Capacidade técnica e profissional da pessoa.
	Aumento oferta	Incremento na oferta de trabalho.
	Queda oferta	Redução na oferta de trabalho.
Desvio de função	Trabalho abaixo da qualificação profissional, subatividade exercida no trabalho.	
Escravidão	Trabalho em condições análogas à escravidão, condições precárias e sem remuneração.	

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Setor de atividade	-	Na atividade de trabalho ou de procura de trabalho, a atividade econômica em que o refugiado está inserido.
	Agricultura	Pesca, outros.
	Artes e entretenimento	-
	Comércio	Lojista, vendedor, atendente, caixa.
	Comunicações	-
	Construção civil	Pedreiro, pintor, marceneiro.
	Educação	Professor, diretor, coordenador.
	Estudante	-
	Empregador	Empresário, empreendedor, dono de negócio.
	Exploração de minas e canteiras	-
	Gastronomia	Cozinheiro, chefe de cozinha, ajudante de cozinha.
	Hotelaria	Bares e restaurantes (copeiros, garçons).
	Indústria extrativa, de transformação e manufaturado	-
	Serviços domésticos	Faxineira(o), cozinheira(o), jardineiro(a), diarista, caseiro(a).
	Serviços sociais e de saúde	-
Transporte e armazenamento	-	
Outras atividades	-	
Profissão no Brasil	-	O exercício da profissão no Brasil.
	Cozinheiro(a)	-
	Professor(a)	-
	Vendedor(a)	-
	Pedreiro(a)	-
	Outros	-
Empregador	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	São informações de quem está empregando o refugiado.
Profissão no país de origem	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	O exercício da profissão que tinha no país de origem.
	Professor(a)	-
	Outros	-
Escolaridade no Brasil	Se houver	Última escolaridade matriculada ou finalizada no Brasil.
Escolaridade no país de origem	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Última escolaridade em andamento ou finalizada no país de origem.
Gênero	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Gênero do refugiado na matéria.
	Homem	-
	Mulher	-
	LGBT+	-

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Raça/etnia	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Etnia ou raça do refugiado na matéria.
	Negro(a)	-
	Índio	-
	Branco(a)	-
Adjetivação (relacionado ao <i>status</i>)	-	O que foi mencionado na matéria sobre o refugiado, quais foram os adjetivos usados.
	Refugiado(a)	Refugiados são aquelas pessoas que têm que deixar seu país por causa de guerras, perseguição religiosa, racial ou política, ou por tragédias naturais.
	Illegal	Sem o <i>status</i> de refúgio.
	Legal	Refugiado com <i>status</i> de refúgio, com documentação e permissão do Comitê Nacional para Refugiados (Conare).
	Clandestino	Illegítimo.
	Invasor	Invade um território.
	Estrangeiro(a)	Que veio de outro país.
	Migrante	Pessoa que se muda de um país para outro.
	Apátridas	O indivíduo que não é titular de qualquer nacionalidade.
	Asilado(a)	Que solicitou um lugar para se proteger.
	Europeu	Codificar apenas quando aparecer o termo explicitamente.
	Africano(a)	Codificar apenas quando aparecer o termo explicitamente.
	Latino-americano(a)	Codificar apenas quando aparecer o termo explicitamente.
	Asiático(a)	Codificar apenas quando aparecer o termo explicitamente.
	Criminosos(as)/ilícitos	O refugiado está envolvido com algum ilícito, crime, roubo, furto, tráfico, drogas, terrorismo, sequestro, prostituição, exploração sexual, pedofilia, invasão de terra ou domicílio.
Criminalização	Associação por parte dos brasileiros da imagem dos refugiados à criminalidade.	
Ondas (sobretudo novos fluxos)	Fluxo intenso de entrada no Brasil, com grande número de pessoas do mesmo país de origem.	
Nacionalidade	-	País de nascimento do refugiado.
	Haitianos(as)	-
	Sírios(as)	-
	Venezuelanos(as)	-
	Todas as que apareçam	-

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Violência	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Citação na matéria sobre o envolvimento do refugiado em algum ato de violência.
	Fronteira	Em ambos os países.
	Urbana	-
	Doméstica	-
	Mulheres	-
	Crianças	-
	Do Estado	-
	Policial	-
	Outras	-
	Aumento	-
	Diminuição	-
	Trabalho	-
País de procedência	Todos os que apareçam	País de onde veio antes de chegar ao Brasil.
Trajatória no Brasil	Todos os que apareçam	Locais, municípios, estados ou regiões que percorreu no Brasil.
Rota de passagem	Não foram codificados os <i>subcodes</i> do país de destino	Refugiados que passaram pelo Brasil como rota de passagem para outro país.
Localidade (no Brasil)	Todos os que apareçam	Local (municípios, estados ou regiões) em que o estrangeiro está morando atualmente.
Expectativas (verificar a sustentação do <i>code</i>)	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	A expectativa do refugiado em relação a temas mencionados na entrevista.
	Emprego	-
	Língua	-
	País (geral)	-
	Cidade	-
	Financeiras	-
	Familiares	-
	Afetivas	-
	Atrativo	Motivação para pedido de refúgio. Fatores do cenário brasileiro que incentivam o refugiado a vir para o Brasil.
Condicionante (êxodo)	Guerras e conflitos	Motivos que levaram o refugiado a sair do país de origem.
	Questões ambientais	
	Perseguição	
	Questões econômicas	
	Crise humanitária	

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Língua portuguesa	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Relação do refugiado com o idioma português no Brasil.
	Preconceito	As pessoas têm preconceito por não saber falar português.
	Barreira linguística	Não consegue se comunicar, se relacionar por não ter fluência no português.
	Formas de apropriação	Como aprendeu a língua: com amigos, parentes, igreja, escola, universidade, professor particular, cursos <i>on-line</i> ?
	Cursos de formação	Curso de português em escola de línguas, universidade, curso <i>on-line</i> ?
	Dificuldades	Dificuldades por não saber falar português.
	Facilidades	Facilidade por saber falar português.
Religiosidade	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Situações do refugiado em relação à sua religião no Brasil.
	Dificuldades	Dificuldades para vivência com diversas religiões.
	Facilidades	Facilidades para vivência com diversas religiões.
	Dificuldade de acesso	Dificuldade de acesso às instituições religiosas no Brasil.
	Facilidades de acesso	Facilidades de acesso às instituições religiosas no Brasil.
	Discordância	Falta de respeito e dificuldade de convívio.
	Concordância	Respeito mútuo, bom convívio.
Saúde	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Acesso aos serviços de saúde do refugiado no Brasil.
	Falta de assistência	-
	Infraestrutura adequada	-
	Infraestrutura precária	-
	Dados/estatísticas	-
	Atendimento emergencial	-
	Atendimento geral	-
	Atendimento odontológico	-
	Atendimento psicológico	-
	Campanhas de vacinação	Pensando nos venezuelanos, em sarampo etc.
Habitação	-	Acesso à habitação do estrangeiro no Brasil.
	Tipos (incluir os trechos que descrevam os tipos de moradia)	Isso vai nos permitir extrair os tipos que o discurso midiático enuncia.
	Aquisição	Compra, incentivos para compra, programas sociais.
	Aluguel	Possibilidades, falta de possibilidades, facilidades, entraves, dificuldades.
	Condições habitacionais	Satisfatória: casa, apartamento, próprio ou alugado. Precária: barraco, favela, moradores de rua, acampamentos. De favor: com parentes ou amigos, em acolhimento, abrigo, moradia coletiva, igrejas, centro de assistência.

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Brasil	-	Retrato midiático.
	Adaptação, integração	Do ponto de vista dos migrantes-refugiados, as estratégias para se adaptar, se integrar. Do ponto de vista das instituições públicas ou da sociedade civil, ações para colaborar na adaptação e integração dos migrantes-refugiados.
	Racismo	Quando for mencionada explicitamente uma situação é denominada como racismo. Quando for relatada uma situação (fato ou interpretação da realidade) de discriminação ao estrangeiro por motivo <i>racial</i> , mesmo sem ser assim denominada.
	Discriminação	Quando for mencionada explicitamente uma situação é denominada como discriminação. Quando for relatada uma situação (fato ou interpretação da realidade) de discriminação ao estrangeiro por outros motivos (não raciais) mesmo sem ser assim denominada. Exemplo: discriminação por nacionalidade, orientação sexual, sotaque etc.
	Xenofobia	Quando for mencionada explicitamente uma situação denominada como xenofobia. Quando for relatada a uma situação que envolva ódio e rejeição explícita pela condição de estrangeiro.
	Mulheres brasileiras	Estereotipadas (mulher como objeto, mulher como objeto atraente).
	Como pátria	Relato de migrantes-refugiados (citação direta) ou construção do discurso jornalístico que torna o Brasil como pátria dos migrantes-refugiados.
	Solidariedade (da sociedade local)	Situações que relatam ações de solidariedade de atores sociais locais ou público em geral.
	Acolhida (refugiados, migrantes)	Ações específicas de acolhida (institucional)/interiorização.
	Culinária (gostos, desgostos)	Do Brasil Aceitação da culinária do Brasil e da culinária do país de origem do refugiado.
	Amizades	No Brasil.
	Esportes	Idem.
	Turismo	Idem.
	Eventos culturais	Idem.
	Campanhas de sensibilização	Não só de saúde, mas em outras áreas.
	Bolsa Família	Migrantes e refugiados <i>versus</i> Bolsa Família.
	Frustração (interações com instituições, pessoas)	No processo de incorporação à sociedade brasileira, experiências de frustração com instituições, pessoas.
	Política de refúgio (ineficiências, entraves)	Percepção dos próprios migrantes-refugiados. O discurso midiático analisado com base em fontes.
	Despesas do Estado	O discurso midiático analisado com base em fontes.
	Acordos de governo Convênios intrarregião	O Brasil dialogando com países da região sobre política migratória e de refúgio. Diálogo interno entre governos dos estados (do Brasil). Exemplo: política de interiorização.
Exploração	Trabalho escravo, sexual.	
Lei e ordem	Discurso midiático sobre ajuda das Forças Armadas para estabelecer a lei e a ordem no território.	

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Educação	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Relativos à educação do estrangeiro no Brasil.
	Acesso educacional	Vagas em escolas e creches.
	Dificuldade	Por falta de tempo, distâncias, custos.
	Acesso à universidade	Vagas em universidades para refugiados.
	Dados estatísticos	Migrantes e refugiados que entram no sistema educativo.
Assistência	Não foram codificados os <i>subcodes</i>	Assistência prestada ao estrangeiro no Brasil.
	Institucional	Estado.
	Organizações não governamentais (ONGs)	Sociedade civil.
	Alta demanda	Relatos sobre aumento de procura por serviços de assistência.
	Dados estatísticos	-
	Concorrência entre beneficiários	Clima conflitivo resultado da alta demanda por assistência.
	Violência entre beneficiários	Clima violento resultado da alta demanda por assistência.
	Eficiente	Avaliada dessa forma no discurso.
Ineficiente	Avaliada dessa forma no discurso.	
Documentação	-	Questões documentais e burocráticas dos estrangeiros no Brasil.
	Descrição geral de processos	Matérias com conteúdo pedagógico a respeito dos processos de solicitação de refúgio
	Demora	Demora na emissão de documentos no geral.
	Sentimento de medo	Durante a espera da solicitação de refúgio, ou medo de serem expulsos do país.
	Solicitantes Obtenção parcial	Obtenção parcial de documentação – solicitantes de refúgio (exemplo).
	Dificuldade de inserção laboral, educacional	Devido à falta de documentação.
	Esforços	Esforços de instituições estatais para atender à demanda.
	Apoio	Apoio de ONGs nos processos de documentação.
	Promessas do governo	Perante demandas de diversos atores sociais, análise e estudos da demanda.
	Reconhecimento de diploma	-
	Dados estatísticos	-
	Educação	-
	Documentos	-
Aprensão	-	
Regulamentação	Legislação (Lei nº 9.474)	Citações do marco regulatório, regularização migratória no país e outros.
	Tempo de reconhecimento	Período de espera para reconhecimento de refúgio.

(Continua)

(Continuação)

Unidade de registro (<i>code</i>)	Subunidade de registro	Unidade de contexto
Fronteira	Fechamento	-
	Acesso	-
	Dificuldade	-
	Dados estatísticos	-
	Conflito	-
Atores sociais	Todos os que apareçam	Atores que são citados explicitamente nas matérias como protagonistas.
Opinião	Editorial	-
	Leitores	-
	Coluna	-
Fontes	-	Atores que são fontes da informação repassada na matéria (pode ser repetido com os atores sociais).
	Agências de notícias	-
	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	-
	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	-
	Ipea	-
	Outros	-
Imagens	<i>Codes</i> e sub-registros anteriores	Relacionar a imagem ao <i>code</i> que identifica sua característica.
Casos específicos	-	Títulos que repetem o assunto abordado em uma mesma temática (por exemplo, caso Batisti).

Elaboração dos autores.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERRY, D. M. **Understanding Digital Humanities**. UK: Palgrave Macmillan, 2012.
- BONIN, J. A. **Fase 3 da pesquisa: descrição**. São Leopoldo: Unisinos, 2005. Mimeografado.
- COGO, D. Multiculturalismo e campo midiático: “narrativas” sobre as identidades nos 500 anos de descobrimento do Brasil. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* **Mídia e processos socioculturais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000. p. 43-77.
- CONRAD, P.; REINHARZ, S. Computers and Qualitative Data: Editor's Introductory Essay. **Qualitative Sociology**, v. 7, n. 1-2, p. 3-15, 1984.

DUTRA, D. Sobre articulações (e) processos teórico-conceituais: entrecruzamentos do campo midiático com outros campos sociais. **Protestantismo em Revista**, v. 8, p. 7-34, set.-dez. 2005.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LU, C.-J.; SHULMAN, S. W. Rigor and flexibility in computer-based qualitative research: Introducing the Coding Analysis Toolkit. **International Journal of Multiple Research Approaches**, v. 2, n. 1, p. 105–117, 1 jun. 2008.

MARRES, N.; WELTEVREDE, E. Scraping the Social? **Journal of Cultural Economy**, UK, v. 6, n. 3, p. 313–335, 1 ago. 2013.

MATA, M. C. De la presencia a la exclusión: la obliteración del conflicto y el poder en la escena mediática. **Diálogos de la Comunicación**, n. 59-60, oct. 2000.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul.-ago. 2011.

R TEAM CORE. **R: A language and environment for statistical computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2014.

RICHARDS, T. J.; RICHARDS, L. Using computers in qualitative research. *In: Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc, 1994. p. 445–462.

RUSSI, P. **Meios de comunicação na migração**: uruguaios no Sul do Brasil. Porto Alegre: Entremeios, 2009.

_____. Qui pro quo? Nas pesquisas que trabalham na análise de discurso. *In: FERREIRA, G. M.; SAMPAIO, A. de O.; FAUSTO NETO, A. (Org.). Mídia, discurso e sentido*. 1. ed. Salvador: Editora UFBA, 2011. p. 64-73. v. 1.

_____. (Org.). **Processos semióticos em comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2013. p. 312.

_____. Midiatização das migrações. *In: CAVALCANTI, L. et al. (Org.). Dicionário crítico de migrações internacionais*. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 448-452. v. 1.

SALDANA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc, 2015.

SILVER, C.; LEWINS, A. **Using Software in Qualitative Research**: a step-by-step guide. Second Edition ed. London: SAGE, 2014.

VAN DIJK, T. A. On the analysis of parliamentary debates on immigration. *In*: REISIGL, M.; WODAK, R. (Ed.). **The semiotics of racism**: approaches to critical discourse analysis. Vienna: Passagen, 2000. p. 85-103.

_____. **Racismo y discurso de las élites**. Tradução de Montse Basté. Barcelona: Gedisa, 2003.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, Lima, n. 48 p. 9-17, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACNUR – AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>>.

ALSINA, M. R. **La comunicación intercultural**. Barcelona: Anthropos, 1999.

ANJ – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Maiores jornais do Brasil**: 2015. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/site/>>.

BONIN, J. A. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e processualidades de um projeto. *In*: MALDONADO, A. E. (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 21-40.

CARDOSO, A. Z. Um olhar sobre a cobertura jornalística de refugiados no Brasil. **Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 7, n. 7, 2012.

DUARTE, P. R.; SILVEIRA, D. D. da. Uruguay: Mercosur, un bloque que se desintegra. *In*: DUARTE, J.; GOBBI, M. C. (Org.). **MERCOSUL sob os olhos do mundo**: como jornais de 14 países apresentaram o Mercosul aos seus leitores. 1 ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2008. p. 93-107.

_____. Lecturas y significados: vivencias mediáticas de mujeres peruanas, trabajadoras domésticas, en Brasilia. *In*: COGO, D.; ELHAJJI, M.; HUERTAS, A. (Ed.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales**. 1. ed. Barcelona: Editora Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 469-485. v. 1.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

VAN DIJK, T. A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

VERÓN, E. Acerca de la producción social del conocimiento: el “estructuralismo” y la semiología en Argentina y Chile. **Lenguajes**, n. 1, abr. 1974.

_____. **La semiosis social, 2**: ideas, momentos, interpretantes. Buenos Aires: Paidós, 2013.

_____. Teoria da mediação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Revista Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 13-19, jan.-jun. 2014.

VERÓN, E.; SIGAL, S. **Perón o muerte**: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: Legasa, 1986.

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: HAITIANOS, SÍRIOS E VENEZUELANOS

João Brígido Bezerra Lima¹

Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochael Garcia²

Valéria Maria Rodrigues Fechine³

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou-se pelo resgate do acervo de notícias sobre o tema refúgio no período de estudo e a consequente seleção das matérias jornalísticas que focalizavam os fluxos migratórios com destino ao Brasil veiculadas em três dos principais jornais brasileiros de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*). Este capítulo, portanto, tem por objetivo contribuir na compreensão do discurso midiático sobre os fluxos migratórios recentes a partir de elementos obtidos nas matérias sobre os temas relacionados à mobilidade de haitianos (2011-2018), sírios (2012-2018) e venezuelanos (a partir de 2014) para o Brasil na perspectiva da sua integração em comunidades locais.

Cumprir reiterar que as questões atinentes aos processos de integração desses migrantes às comunidades locais brasileiras prevaleceram na identificação e no tratamento dos registros jornalísticos. Entretanto, é oportuno registrar que a movimentação dessas pessoas durante o período estudado decorreu de coerção, ameaças à vida, terremoto, epidemias (cólera), violência, abusos e impasses políticos nos países de origem, entre outros fatores que caracterizam tal movimentação como deslocamento forçado (Perruchoud e Redpath-Cross, 2011). Nesse ponto, torna-se imperioso registrar que a Organização das Nações Unidas (ONU) pressupõe a migração como ato voluntário, o que descaracteriza, por conseguinte, haitianos, venezuelanos e sírios como refugiados, embora os reconheça como “pessoas que carecem de proteção” (UNHCR, 2005, p. 5).

Foge aos objetivos desta pesquisa deter-se nas razões e motivações dos jornalistas autores das matérias examinadas e de seus editores quanto à opção adotada

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dinte/Ipea.

3. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea.

pelo registro de acontecimentos e pelas situações vivenciadas por essas pessoas, olvidando as tipificações estabelecidas nos regramentos nacional e internacional vigentes. Prevalece, no entanto, a importância do recorte da realidade sob a ótica da imprensa, vislumbrando-se, assim, “sua função social de formadora de opinião” (Cardoso, 2012).

Em face da abrangência e da complexidade do conceito da integração, prevaleceu a perspectiva funcionalista quanto à integração dessas pessoas aos programas ou a políticas existentes no país de chegada (Castles *et al.*, 2002).

Pesquisa recente do Ipea destaca que

o tema da mobilidade humana inclui-se na agenda global em face da sua vinculação ao fenômeno da urbanização dos grandes centros urbanos e por representar uma realidade econômica e social que desafia as políticas nacionais e internacionais tendo assumido grande relevância na mídia mundial e mobilizando as mais diferentes leituras do fenômeno em suas expressões locais (Bezerra Lima *et al.*, 2017).

É inquestionável que as informações veiculadas na mídia influenciam a formulação de opiniões e visões da população sobre os mais diversos assuntos (Thompson, 2002; Cardoso, 2007), e conforme apontam Sulaiman-Hill *et al.* (2011, p. 346, tradução nossa):

a mídia desempenha um papel central e poderoso nas sociedades modernas, moldando atitudes, refletindo opiniões e fornecendo um ponto de contato entre grupos díspares. Para muitas pessoas, ajuda a definir suas percepções sobre minorias e relações entre grupos, com a penetração da mídia impressa política contribuindo significativamente para o debate público de qualidade.⁴

Alguns estudos apontam que a mídia pode impactar positiva e negativamente os temas migratórios e de refúgio (Sulaiman-Hill *et al.*, 2011; Cardoso, 2012). Na perspectiva positiva, as reportagens dedicadas ao tema podem estimular e destacar a importância da integração, do ganho cultural, do viés de direitos humanos e das histórias de vida. Além de informar e alertar sobre as situações de risco intrínsecas ao pedido de refúgio, tais reportagens colaboram para que o refugiado seja visto também em sua individualidade. Destacam-se como pontos negativos questões relacionadas às dificuldades, especialmente locais, ocasionadas pela chegada de fluxos de imigração e exploração da alteridade, que apresentam os refugiados em um contexto de ameaça e disputa com os nacionais (por empregos, acesso a serviços de assistência etc.).

4. “The media plays a central and powerful role in modern societies, shaping attitudes, reflecting opinion, and providing a point of contact between disparate groups. For many people it helps define their perceptions of minorities and intergroup relations, with penetrating political print media significantly contributing to quality public debate.”

Outros estudos identificam e analisam aspectos ressaltados pela mídia ao tratar de refúgio. A partir de reportagens publicadas em 2015 no jornal *Zero Hora*, Cappellari, Nedwed e Hillesheim (2015) identificaram que parte significativa das matérias estimulava a inclusão, com base nas ideias de solidariedade, humanidade e tolerância. Entre as práticas identificadas como inclusivas, segundo as autoras, o jornal ressaltava a importância de políticas públicas que atendessem às necessidades específicas dos refugiados, bem como seu acesso ao mercado de trabalho. Entretanto, a noção de hospitalidade se dá sob algumas condições, destacando-se que os refugiados têm circulação restrita e devem se submeter a determinadas regras para serem aceitos.

Hoffmann e Roesler (2017) descreveram as abordagens encontradas em alguns *sites* de notícias sobre o tema dos refugiados, a fim de analisar a influência desses discursos midiáticos em sua representação social. Foram identificadas matérias que: *i*) ressaltavam tanto as dificuldades enfrentadas pelos refugiados como a necessidade de melhorias para a recepção dessa população; *ii*) apresentavam números relacionados ao tema; *iii*) relatavam declarações que emitiam juízo negativo sobre a chegada de fluxos migratórios ao território brasileiro; e *iv*) promoviam a inclusão dos refugiados no Brasil.

Cardoso (2012) analisou o conteúdo divulgado nos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *Zero Hora* sobre o assunto e relatou que, sob a ótica do jornalismo, o fenômeno do refúgio ganhava distintas interpretações a partir de recortes da realidade. Apesar do consenso de que a notícia é um fato real, é possível vislumbrar nela sua função social de formadora de opinião. A pesquisa realizada verificou que os textos partem de elementos factuais, ou seja, privilegiam o registro de fatos recém-ocorridos em detrimento do aprofundamento de questões relevantes ao tema, como identidade, adaptação, cultura e contextualização dos eventos.

Nesse sentido, considerando que o tema do refúgio ganhou maior evidência na mídia brasileira em período mais recente, em particular em alguns momentos de maior fluxo de imigração – como foi o caso de haitianos (2011-2018), sírios (2012-2018) e venezuelanos (desde 2014) –, fluxo este identificado no exame das mídias estudadas, pode-se inferir que a literatura sobre o assunto na mídia brasileira não é extensa.

Assim, a análise temática dos fluxos migratórios de haitianos, sírios e venezuelanos para o Brasil se cingirá à perspectiva de integração local no território brasileiro, utilizando-se de matérias jornalísticas com informações e histórias mais representativas sobre essas pessoas.

A parte final desta análise consistirá na comparação da forma como são tratados os principais temas relacionados à integração quando correlacionados às diferentes nacionalidades aqui estudadas.

Cumprir registrar que, para assegurar o adequado acesso aos acervos das mídias selecionadas, foram utilizadas técnicas disponíveis no *software* ATLAS.ti,⁵ ferramenta que facilita a análise sistemática de dados textuais, mapeando e definindo como unidade de registro o tema.⁶

2 CARACTERIZAÇÃO

As caracterizações adotadas neste estudo são fruto de um trabalho em equipe que resultou numa matriz de codificação que se expressou em atributos que resumem uma situação descrita nas matérias de jornais para a população de refugiados, como indicado no capítulo anterior.

Neste capítulo, o foco da análise recai sobre os textos noticiosos referentes a 372 documentos, relativos às nacionalidades haitiana (125 matérias), síria (138) e venezuelana (109). A pesquisa contou com 517 matérias jornalísticas.

Os conteúdos analisados possibilitaram identificar palavras-chave mais representativas para cada nacionalidade, visualizadas no formato de nuvens de palavras. Trata-se de uma representação visual da frequência das palavras, usada para destacar como um termo ou categoria aparece em uma fonte de dados. Quanto maior a representação gráfica do tamanho da palavra, mais vezes essa palavra se repete no *corpus*.

Essa metodologia nos permite identificar os vocábulos mais frequentes dos textos analisados, mas também apresenta limitações em relação ao contexto e significado em que uma palavra é utilizada. Apesar disso, é possível traçar uma série de inferências.

Nota-se que é possível diferenciar características e vocábulos mais presentes na nuvem de cada uma das nacionalidades, mas para os três grupos a nacionalidade e o *status* de imigrante/refugiado são visualmente os mais presentes, por ser, afinal, o recorte da pesquisa.

Na figura 1, para a nacionalidade haitiana, podemos distinguir um grupo de palavras que descrevem as localidades em que os haitianos se fixaram ou por onde transitaram, e que transmitem uma noção de espaço geográfico (Brasil, Acre, São Paulo, Peru, Bolívia, fronteira e Glicério – bairro da cidade de São Paulo no qual se localiza a Missão Paz). Outro grupo refere-se aos atores sociais e instituições governamentais ou não que participam do processo de acolhimento/recepção (governo, ministério, prefeitura, Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, Igreja).

5. *Software* de Análise Qualitativa – ATLAS.ti, versão 8. Disponível em: <<https://atlasti.com>>.

6. As categorias definidas para a pesquisa estão descritas na metodologia no capítulo 1.

FIGURA 1

Nuvem de palavras mencionadas nas matérias analisadas sobre os haitianos no Brasil (2010-2018)



Elaboração dos autores.

Para a nacionalidade síria (figura 2), destaca-se o grupo de palavras relacionadas ao tema bélico (guerra, Palestina e conflito). Há também um grupo de palavras relacionadas à política de refúgio (lei de refúgio, situação de refúgio, solicitações, acordos de governo, comitê de refugiados, política, justiça, concessão e visto humanitário). Outro grupo está relacionado, ainda, a questões gastronômicas (restaurante, esfirras e comida).

FIGURA 2

Nuvem de palavras mencionadas nas matérias analisadas sobre os sírios no Brasil (2010-2018)

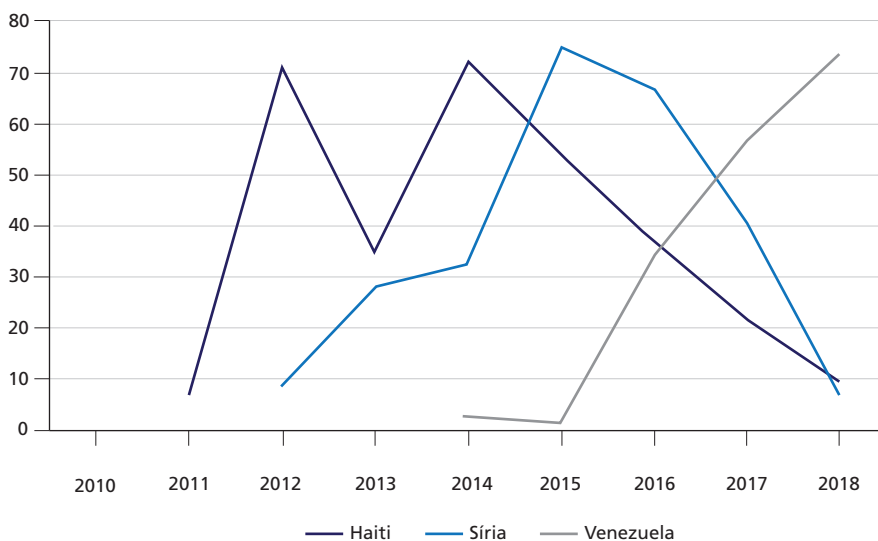


Elaboração dos autores.

Mais de seiscentos haitianos terão sua situação regularizada no país. Segundo o Ministério da Justiça, o Brasil vai permitir que 245 haitianos que estão na cidade de Iñapari, no Peru, entrem em território brasileiro. Além disso, outros 363 haitianos que já estão no país, na cidade de Tabatinga, no Amazonas, receberão visto para ficar no país. (...) Essa decisão visa alcançar os haitianos que estavam em trânsito e, por isso, não foram beneficiados pela resolução de 13 de janeiro, que autorizou a concessão de residência humanitária a cerca de 5 mil haitianos que já estavam no Brasil.⁷

GRÁFICO 1

Distribuição das matérias analisadas por nacionalidade no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

Em 2014, a emigração haitiana alcançou seu ápice devido à grave crise econômica que se mantinha no Haiti, associada aos impactos do terremoto.

O sociólogo José de Souza Martins, em sua coluna *Sem lenço, sem documento*, publicada no dia 4 de maio de 2014 no jornal *O Estado de S. Paulo*, divulgava que “o que mudou no fluxo migratório de agora é que já não se trata de imigrantes à procura da prosperidade do café ou da indústria, mas de imigrantes que buscam refúgio da miséria de países de economias arruinadas”.⁸

O fluxo de refugiados sírios obteve maior destaque apenas no final de 2014 e início de 2015, devido à flexibilização de visto para as pessoas naturais da República Árabe Síria com amparo na Resolução Normativa nº 17/2013 do Conare.

7. Disponível em: <<http://twixar.me/t7pT>>.

8. Disponível em: <<http://twixar.me/77pT>>.

A escolha pelo Brasil seria motivada especialmente pela flexibilização recente do governo na concessão de vistos a quem foge do conflito na Síria. “A facilidade da emissão de vistos de turista, a abertura do país e o fato de o Brasil ter uma grande comunidade de sírios fazem com que eles pensem no Brasil como opção” (...).⁹

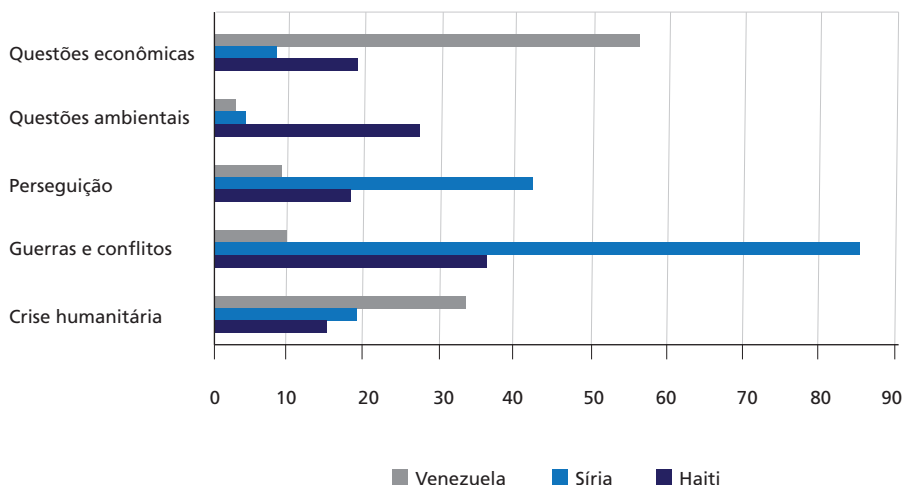
No que concerne ao fluxo fronteiriço de venezuelanos, esse fenômeno teve início em 2015, e apresentou uma tendência crescente e ascendente que atingiu o maior registro em 2019. Isso se deve, em grande parte, ao programa de interiorização, coordenado por nove ministérios, em articulação com governos de estados e municípios receptores, e organizações internacionais e não governamentais. De acordo com a ONU, no Brasil, mais de 5 mil venezuelanos já foram beneficiados, sendo distribuídos entre cinquenta cidades de dezessete estados.

2.2 Causas do êxodo

No gráfico 2, é possível identificar, no caso dos sírios, que claramente há um maior destaque para os motivos relacionados com guerra e conflitos seguidos por perseguições, enquanto os venezuelanos apontam questões econômicas e crise humanitária como principais causas da imigração. Finalmente, os haitianos vinculam-se às questões ambientais, quase em pé de igualdade com guerra e conflitos.

GRÁFICO 2

Quantidade de matérias jornalísticas segundo as causas para o êxodo dos refugiados por nacionalidade no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

9. Disponível em: <<http://twixar.me/77pT>>.

Assim sendo, é importante contextualizar brevemente as causas que ocasionaram o alto fluxo migratório das três nacionalidades em análise, uma vez que apresentam culturas diferentes. Além disso, carregam questões históricas distintas que justificam a saída dessas populações de seus países de origem e a solicitação de acolhimento em outro país.

Os haitianos constituíam a colônia mais produtiva das Américas no início do século XIX, apresentando produção significativa de matérias-primas agrícolas. O Haiti produzia café e algodão, e, principalmente, açúcar, colocando-se em posições mais competitivas do que outras colônias da época (Gorender, 2004). A independência proclamada em 1804 foi seguida por uma história de instabilidade política, a intervenção militar dos Estados Unidos no início do século XX, e novos golpes e ditaduras a partir dos anos 1940. Basicamente, no país, não existe o que tenha se realizado independentemente da tutoria das grandes organizações internacionais ou potências estrangeiras, pois há oficialmente a falta de um Estado maior para lidar com suas prioridades (Thomaz, 2010).

O terremoto ocorrido em 2010 causou grande destruição em mais de 250 mil residências e 30 mil prédios comerciais arruinados, deixando mais de 1 milhão de desabrigados (Steinman *et al.*, 2011). A tragédia tornou patente que não existia uma proposta para a reconstrução do país, mas apenas orientações emergenciais dos países desenvolvidos, que, segundo Thomaz (2010), tinham somente a preocupação de passar uma imagem de bons prestadores de assistência para a mídia internacional.

Em um país com péssimas condições econômicas e politicamente instável, a vida se tornou ainda mais insustentável com o terremoto, o que resultou na migração de mais de meio milhão de famílias haitianas que fugiram do país por seus próprios meios. Buscavam assistência, apoio e proteção nos países que se apresentavam em condições de acolhê-las (Thomaz, 2010). Entre 2010 e 2015 foi contabilizada, pelo Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sincre), a entrada de mais de 85 mil haitianos em território brasileiro.

Os refugiados sírios são o segundo grupo estudado neste capítulo. A guerra civil na Síria completou oito anos em 2019, e foi responsável por cerca de 470 mil mortes, segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos (Syrian Observatory for Human Rights – OSDH). De acordo com Vasconcellos (2018), o conflito tem assumido invulgar importância no cenário internacional em face da dimensão da conflagração e das consequências decorrentes.

A região divide-se entre xiitas e sunitas, que travam uma luta secular pela dominação do território, e foi alvo da cobiça de potências estrangeiras, levando a enfrentamentos por terras e recursos (Souza *et al.*, 2017). De acordo com Omran (2014), a história da Síria, no último século, foi marcada por vários episódios violentos, e a principal causa desses conflitos na Síria e em todo o Oriente Médio

é o radicalismo religioso, que interfere diretamente nas relações sociais e políticas dos países.

Protestos dos povos do Oriente Médio em busca de melhores condições de vida, direitos políticos e um regime democrático marcaram o início da Primavera Árabe, em 2011 (Souza *et al.*, 2017). Na Síria, o movimento iniciou-se de forma pacífica, e assim continuou durante alguns meses – porém, foi contido com violência pelo exército sírio. Rapidamente, se tornou uma guerra civil. Manifestantes passaram a recorrer à luta armada, com a adesão de desertores do exército e manifestantes vindos do exterior (Vasconcellos, 2018).

Ainda em conformidade com Vasconcellos (2018), apenas em 2012 o conflito sírio passou a configurar uma guerra civil. Exigiu-se, de imediato, o posicionamento daqueles que atuam na manutenção e proteção do Direito Humanitário Internacional e das organizações internacionais responsáveis. De acordo com informações do ACNUR,¹⁰ até 2018, mais de 5,6 milhões de pessoas foram forçadas a fugir do país, sendo que mais de 13 milhões ainda necessitam de assistência na Síria.

Finalmente, no caso venezuelano, as mídias analisadas destacaram a crise política instaurada no país nos últimos anos. A Venezuela possui a maior reserva provada de petróleo do mundo. A renda gerada a partir da produção e exportação petrolífera permitiu a construção de infraestrutura portuária e viária, além da implementação de um Estado centralizado, substituindo uma administração fragmentada e difusa (Zero, 2017).

Alcoforado (2019) afirma que as inúmeras vitórias de Hugo Chávez nas eleições da Venezuela confirmaram o forte apoio popular, indicando um caminho de mobilização e organização das massas mais necessitadas e a elaboração de agenda governamental em defesa da soberania nacional e no confronto com o imperialismo norte-americano. Ainda de acordo com o autor, após a morte de Chávez e a ascensão ao poder de Nicolás Maduro, o país passou por dificuldades econômicas e violentos confrontos entre a esquerda e a direita por diversos motivos, como a hiperinflação e a queda do produto interno bruto (PIB) a partir da queda do preço do petróleo.

A partir desse momento, os conflitos sociais e políticos ficaram cada vez mais violentos. Alimentos, medicamentos, *kits* de higiene, entre outros itens de consumo doméstico, começaram a faltar – não só pela impossibilidade de o setor privado receber recursos suficientes para as importações necessárias, mas também pela guerra econômica que influenciou a radicalização do processo político venezuelano (Zero, 2017).

10. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/siria/>>.

De acordo com o relatório mundial do Human Rights Watch 2019,¹¹ de 2014 até novembro de 2018 mais de 3 milhões de venezuelanos deixaram o país. Uma parcela recorreu à solicitação de refúgio e muitos também obtiveram visto humanitário em países limítrofes.

A partir do estudo das mídias, o gráfico 2 representa a frequência dos diversos problemas enfrentados pelos venezuelanos, que passaram a transpor as fronteiras brasileiras a partir de 2016. Muitos atenderam aos critérios de elegibilidade vigentes para o *status* de refugiado, tendo as alegações de grave e generalizada violação de direitos humanos sido aceitas pelo governo brasileiro.

2.3 Localidades brasileiras de acolhida

A codificação adotada neste trabalho, sob a denominação de fluxos, identifica o ponto de entrada dos estrangeiros no Brasil em determinado período. Recortando as informações para as nacionalidades estudadas neste capítulo, temos que, no caso dos haitianos, as informações codificadas do material jornalístico destacam as municipalidades acreanas de Brasileira e Epitaciolândia, além de Manaus, capital do estado do Amazonas.

Os sírios concentraram-se basicamente na região Sudeste – mais especificamente nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro –, que, em geral, chegam a essas cidades por transporte aéreo.

A região Norte também é a porta de entrada e acolhida dos venezuelanos, em especial nas localidades situadas na fronteira Brasil-Venezuela no estado de Roraima, principalmente os municípios de Boa Vista e Pacaraima. Cumpre registrar que, em decorrência do programa de interiorização de imigrantes do governo federal, o município de São Paulo apresenta um número crescente de citações, e municípios de diversos estados brasileiros estão recebendo essa população.

2.4 Adjetivação

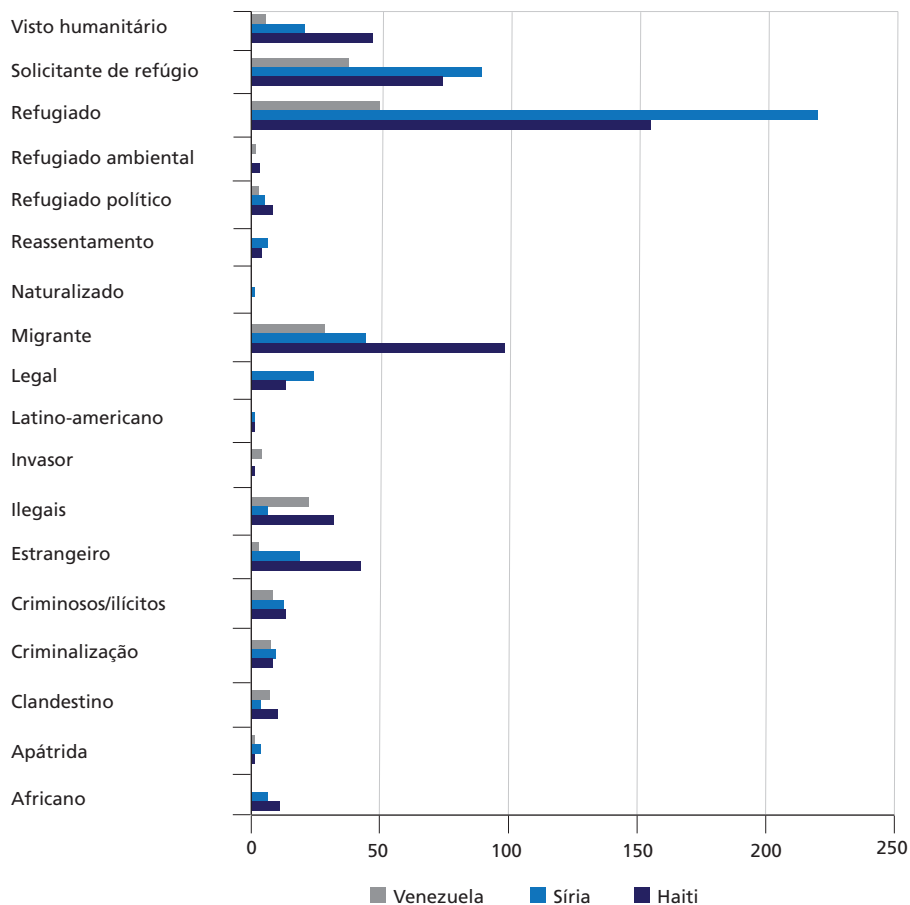
Durante a codificação das matérias, foram identificados vários adjetivos aplicados aos refugiados. Nesse sentido, é possível notar que a citação de fluxos¹² migratórios permite identificar que 69% dos documentos analisados são relativos aos venezuelanos, enquanto 56% destacam os haitianos, e 18% os sírios.

11. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/326452>>.

12. Vale ressaltar que a codificação “fluxos” identifica a entrada de um grande número de estrangeiros no Brasil em determinado período, como é o caso das nacionalidades representadas. Essa categoria de fluxos faz com que as localidades citadas nas matérias obtenham maior destaque, como no caso do município de São Paulo, para aqueles estrangeiros que vêm de avião ou se deslocam pelo território até chegar lá. Ou para aqueles que entram pela fronteira e transformam a dinâmica das cidades acreanas, como é o caso de Brasileira e Epitaciolândia, e da capital do estado do Amazonas, Manaus.

Os haitianos são caracterizados de diversas maneiras (gráfico 3), destacando-se as citações de refugiados, migrantes, solicitantes de refúgio, ilegais e vistos humanitários. Isso evidencia certa inconsistência por parte da mídia ao adjetivar esses estrangeiros, principalmente pela dificuldade jurídica em considerá-los com o *status* de refugiados.

GRÁFICO 3
Quantidade de matérias jornalísticas segundo as adjetivações dos refugiados por nacionalidade no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

Com referência aos grupos de venezuelanos, a mídia os descreve principalmente como refugiados, solicitantes de refúgio ou migrantes, além de mencioná-los na categoria de fluxos migratórios. A partir de 2015, as solicitações de refúgio dos venezuelanos cresceram substancialmente e hoje representam o maior número de solicitações no Brasil. O fluxo intenso da entrada de refugiados é retratado pela

mídia em imagens de pessoas caminhando pelas margens das estradas; do governo enviando tropas federais para reforçar a segurança; além de vários episódios de violência e xenofobia retratados pela mídia nos últimos anos.

FIGURA 4

Brasil terá duas vezes mais venezuelanos em 2019, segundo a ONU



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 15 dez. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/tmwv3a>>.

As pessoas com nacionalidade síria são citadas em matérias que as destacam como refugiadas, solicitantes de refúgio e legalizadas, principalmente devido à flexibilização de concessão da condição de refúgio, garantida a partir de 2013.

2.5 Atores sociais

Os processos de midiaticização, segundo Russi e Dutra (2014), transformam a realidade e, nesse contexto, o jornalismo constrói a notícia integrada à realidade, explica e traduz tudo que acontece de “relevante” e, em consequência, deve ser entendido como tal.

A sistematização de matérias jornalísticas e a quantificação de registros da atuação de instituições junto a haitianos, sírios e venezuelanos permitiram a identificação desses atores com fundamento nos registros feitos pela mídia. É importante ressaltar que as atuações dessas instituições foram retratadas de diferentes formas, como uma entrevista ou posição de um ator específico quanto à determinada situação, ou a contribuição realizada mediante apoio ou assistência a esses estrangeiros.

No caso dos haitianos, os três principais atores sociais citados nas matérias foram: governo brasileiro, Polícia Federal (PF) e Conare. Essas instituições foram apresentadas de diversas formas, mas muitas vezes ligadas ao acesso ou fechamento das fronteiras brasileiras, como menção feita ao governo nos trechos a seguir.

Desde o terremoto de 2010, cerca de 5 mil haitianos entraram no Brasil pelas fronteiras amazônicas. O governo vinha dando vistos a todos os refugiados por razões humanitárias, mas em janeiro decidiu definir uma cota de 1.200 vistos anuais, com validade de cinco anos. Até agora, apenas metade dos ilegais teve sua situação regularizada. Enquanto isso, há informações de que novos grupos de refugiados já se preparam para cruzar a fronteira.¹³

Os haitianos não se enquadram na condição de refugiados, mas estão recebendo tratamento diferenciado do governo. O Ministério da Justiça não deixou claro se adotará medidas para conter a imigração. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, alguma providência será adotada para “equacionar” o problema. Mas o governo não pretende fechar as fronteiras, nos moldes do modelo americano.¹⁴

FIGURA 5

Acre quer transferir 1,2 mil refugiados para outras regiões



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 15 dez. 2018. Disponível em: <<http://bit.do/fyrPr>>.

Com referência aos nacionais da Síria, é possível identificar que o Conare é o ator que mais teve relação com essa nacionalidade, devido ao fato de ter flexibilizado o reconhecimento da condição de refúgio para os sírios, conforme o trecho publicado pela *Folha de S. Paulo*: “Em 2013, o Conare publicou uma portaria facilitando a vinda de sírios como refugiados por causa do recrudescimento do conflito (...). Desde o ano passado, os sírios passaram a representar o maior contingente de refugiados no Brasil”. Além do comitê, alguns atores também contribuíram de alguma forma, como o ACNUR, a Cáritas brasileira e a PF.

13. Disponível em: <<https://tinyurl.com/u2wqoue>>.

14. Disponível em: <<http://twixar.me/FrpT>>.

O governo federal, mediante a atuação de seus órgãos e instrumentos (PF, Casa Civil, ministérios setoriais e Conare), é o principal ator na interação com os venezuelanos (quadro 1).

QUADRO 1

Atores sociais mencionados nas matérias jornalísticas como atuantes para os venezuelanos no Brasil (2010-2018)

Atores	Menções
ACNUR	10
Conare	9
PF	7
Casa Civil	6
Governo brasileiro	5
Ministério da Justiça	5
Forças Armadas	3
Governo estadual	3
Ministério da Saúde	3
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	3
Missão Paz/São Paulo	3
ONU	3
Cáritas/Rio de Janeiro	2
Exército Brasileiro	2
Força Aérea Brasileira (FAB)	2
Fundação Nacional do Índio (Funai)	2
Gabinete Integrado de Gestão Migratória (GIGM)	2
Ministério do Trabalho e Emprego	2
Supremo Tribunal Federal (STF)	2

Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

2.6 Discurso midiático

No discurso midiático,¹⁵ também considerado descritivo sociocultural, os documentos com menções sobre os haitianos estavam relacionados, principalmente, com a política de refúgio,¹⁶ acordos de governo¹⁷ e adaptação e integração¹⁸

15. O discurso midiático será apresentado no capítulo 3 e por isso não nos aprofundaremos aqui.

16. O entendimento do *subcode* política de refúgio para o estudo são percepções da ineficiência, entraves da política de refúgio.

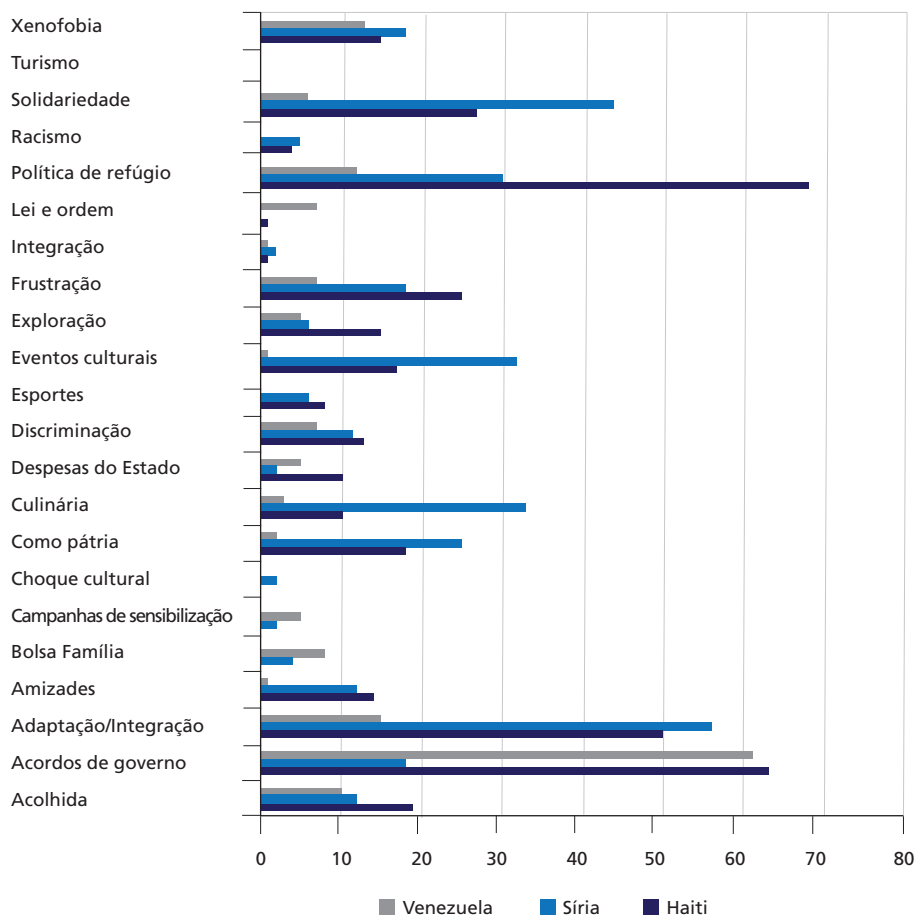
17. O entendimento do *subcode* acordos de governo para o estudo é o diálogo interno e externo do governo brasileiro sobre a política migratória e de interiorização.

18. O entendimento do *subcode* adaptação e integração para o estudo são ações do ponto de vista do migrante ou de instituições sobre adaptação e integração no Brasil dos migrantes-refugiados.

(gráfico 4). Enquanto isso, os destaques para os venezuelanos se referiam a acordos de governo, seguidos de adaptação e integração, xenofobia e política de refúgio.

GRÁFICO 4

Quantidade de matérias jornalísticas segundo o discurso midiático com relação aos refugiados por nacionalidade no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

No caso do descritivo sociocultural, os documentos com menções sobre os sírios destacam os termos: adaptação e integração, solidariedade, culinária e eventos culturais. Interessante mencionar que as matérias ligadas às questões culturais estão, em sua maioria, relacionadas à gastronomia e à solidariedade, conforme a narrativa a seguir.

Tulin Al Hashemi saiu da Síria há um ano e um mês, fugindo dos conflitos no país, assim como Adel Bakkour, que não queria virar soldado de uma guerra que nunca entendeu. Audrey Mandala foi obrigado a deixar a República Democrática do Congo por questões políticas. Os três desembarcaram no Rio, cidade que escolheram para reinventar suas vidas, e estão, junto de outros refugiados, não apenas aprendendo os hábitos dos cariocas, mas também trazendo um pouco de suas culturas para os moradores da cidade. As trocas já são muitas. Em Botafogo, o trio ensina seus idiomas num curso que está aceitando inscrições para novas turmas, com aulas de árabe, francês e espanhol. Na Glória, refugiados estão deixando com água na boca quem passa pela feira montada na última quinta-feira, e que deve funcionar até amanhã. Em barraquinhas coloridas, oferecem sabores diferentes, como o prato feito com mandioca e couve ao molho de amêndoas, uma especialidade da angolana Landu Coledd e da congolosa Zizu Josefina. Ao lado da dupla, Khaled Pares, de 27 anos, um sírio que chegou ao Rio em 2014, fugindo da guerra que se aproximava de Damasco, onde ele morava com os pais e um casal de irmãos, preparava sanduíches de falafel. Sua barraca era uma das mais procuradas, mas Khaled conta que não quer seguir no ramo gastronômico. “Isso para mim é temporário. Não quero trabalhar com comida, quero voltar a estudar”, contou Khaled, um muçulmano que estudava odontologia no seu país de origem e que hoje vive dentro de uma igreja católica em Botafogo.¹⁹

2.7 Integração local

A proteção e o apoio a refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil realizados pelo governo federal são complementados pelo engajamento de diversos atores da sociedade civil que promovem o acolhimento e empenham-se na integração local dessas pessoas (Ipea e ABC, 2018). A grande maioria desses imigrantes manifesta suas demandas por moradia, acesso aos serviços de saúde, oportunidades de emprego, aprendizado de língua portuguesa, informática, segurança etc. Isso ocorre de forma dispersa e desarticulada no território nacional junto aos representantes dos poderes locais e organizações civis.

O conceito de integração é complexo e, segundo Simões (2018), merece destaque o papel abordado nas políticas públicas que não definiram, de modo geral, o que se entende por “integração”.

Detendo-se na questão da proteção e integração de refugiados no Brasil, cumpre citar o entendimento de Carlet e Milesi (2012, p. 88): “As políticas públicas devem se constituir, cada vez mais, em instrumento de proteção e integração dos refugiados, bem como de equilíbrio social nas diferentes situações de desigualdade em que se encontram”.

Moreira (2014, p. 88) considera que “o termo ‘integração local’ faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no

19. Disponível em: <<http://twixar.me/mft>>.

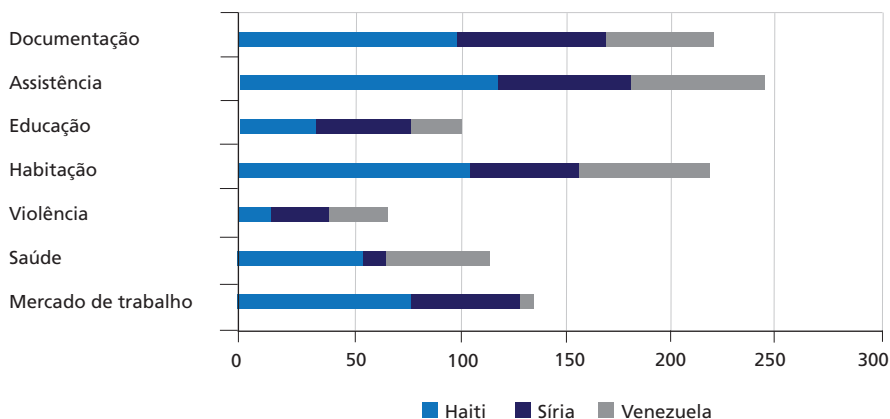
país de destino, em meio à comunidade receptora”. A integração local no contexto do refúgio é um processo dinâmico e multifacetado de mão dupla que requer esforços de todas as partes envolvidas. Isso inclui a preparação, por parte dos refugiados, para se adaptar à sociedade de acolhida sem renunciar a sua própria identidade cultural, e a prontidão correspondente por parte das comunidades anfitriãs e instituições públicas para acolher e suprir as necessidades de uma população diversa.

A autora apresenta, ainda, o entendimento de que se trata de um processo complexo e gradual que compreende três dimensões distintas, porém inter-relacionadas: *i)* jurídica; *ii)* econômica; e *iii)* social e cultural. Sob a perspectiva jurídica, destacam-se a regularização migratória e a garantia de amplos direitos em consonância com aqueles garantidos para os nacionais do Estado, além da possibilidade de naturalização. A dimensão econômica está ligada à inserção, principalmente mediante a geração de renda e autossuficiência econômica. A terceira perspectiva concerne à inclusão por meio de interações sociais nas comunidades e compartilhamento de princípios e crenças, sem perder suas identidades culturais.

Pires (2012, p. 56), em outra leitura, afirma que o termo integração é “usado com um sentido semelhante para designar o conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir de suas componentes, sejam elas pessoas, organizações ou instituições”.

A análise procedida com foco na integração local e tratada nesta parte do estudo evidencia a ocorrência de interseções entre a maioria dos *codes*, especialmente com a categoria assistência, ao considerar os registros com haitianos, sírios e venezuelanos. Os principais temas codificados estão representados no gráfico 5 e serão abordados, na sequência, segundo as nacionalidades consideradas.

GRÁFICO 5
Quantidade de matérias jornalísticas segundo os principais temas codificados por nacionalidade no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

É possível constatar, a partir da observação do gráfico 5, que as matérias sobre os haitianos apresentam um maior número de menções aos temas assistência, habitação, documentação e mercado de trabalho, valendo destacar o seguinte trecho de matéria jornalística.

Por incrível que pareça, degradou-se ainda mais a situação dos imigrantes haitianos abrigados provisoriamente nos confinados do Acre. Não bastasse o drama de abandonar o país em que viviam em razão da calamidade em que se encontra o Haiti após o grande terremoto de 2010, esses imigrantes, enquanto aguardam a emissão de autorização para permanecer no Brasil, perderam a pouca ajuda que o governo acreano lhes dava. Por falta de dinheiro, foi suspenso o fornecimento de alimentos, e o aluguel da casa onde eles estão abrigados não está sendo pago.²⁰

Assistência e habitação são categorias que refletem a dependência que haitianos têm do apoio de autoridades e organizações não governamentais (ONGs) para conseguir o mínimo de estabilidade. No que tange à situação de desemprego, há destaque para situações que levam ao assistencialismo e a grandes dificuldades de obter moradia digna e acesso à renda a fim de garantir sua sobrevivência (figura 6).

FIGURA 6
ONGs veem plano para imigrantes com cautela



Penúria. Haitianos que chegam ao Acre dependem de assistência do governo brasileiro

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://bit.do/fyMy6>>.

20. Disponível em: <<http://twixar.me/OMPt>>.

Desde o começo do feriado da Páscoa, cerca de quatrocentos haitianos vieram para São Paulo e cem deles estão abrigados na sede da Pastoral do Migrante da igreja católica, no Glicério, região central. A situação é crítica: eles fazem só uma refeição por dia e dormem no chão do salão. Não conseguem emprego, apesar de haver ofertas de vagas, por não terem carteira de trabalho. Falta ainda material de higiene pessoal.²¹

As matérias sobre os haitianos destacam as dificuldades na obtenção de documentos, como a concessão dos papéis que os regularizam ante as autoridades que legitimam o refúgio, além do agravamento da situação precária a partir desse obstáculo burocrático.

Enquanto as autoridades brasileiras se envolvem em uma retórica burocrática, os imigrantes sofrem com as precárias condições do alojamento de Brasileia. O principal problema é o tempo de demora para a concessão dos papéis necessários para que oficializem sua condição de refugiados. A delegacia da PF existente em Epitaciolândia – cidade vizinha, de 15 mil habitantes – estava preparada para atender trinta pessoas por dia nos últimos meses. Com a avalanche de pedidos e o decreto de emergência, tenta agora acelerar os processos com o reforço de funcionários da Receita Federal [RF], responsável pela concessão de CPFs [Cadastros de Pessoa Física]. A promessa é emitir uma centena de documentos e aliviar a pressão em um mês, permitindo aos imigrantes a obtenção de documentos para a posterior retirada da carteira de trabalho especial, em Rio Branco. Sem a documentação, empresas interessadas em contratar os haitianos não conseguem completar a seleção dos trabalhadores.²²

A busca por trabalho também tem destaque como motivação para a vinda dos haitianos para o Brasil. Os momentos dessa imigração foram bastante noticiados pelas mídias que relatam a saga dessas pessoas até São Paulo em busca de oportunidades ou a contratação pela agroindústria no Sul do país (gráfico 6).

Os temas que aparecem com maior destaque nas matérias sobre os refugiados sírios são: documentação, assistência e mercado de trabalho. Conforme menção anterior, todos estão inter-relacionados, por exemplo, com situações de documentação que afetam a inserção no mercado de trabalho e acarretam necessidade de assistência, como sinaliza o trecho a seguir.

“É da natureza do refúgio que muitas pessoas cheguem sem documentos, e com essa espera eles ficam numa situação vulnerável, sem acesso à saúde, à educação e ao trabalho”, diz a advogada especialista em direitos humanos Larissa Leite, da Cáritas. A professora de inglês síria D. B., 35 (ela prefere não ter o nome divulgado com medo de represálias), é uma potencial refugiada que está nessa fila. Ela não consegue ser contratada para dar aulas. “Vim sozinha com uma mala e US\$ 1 na carteira, preciso

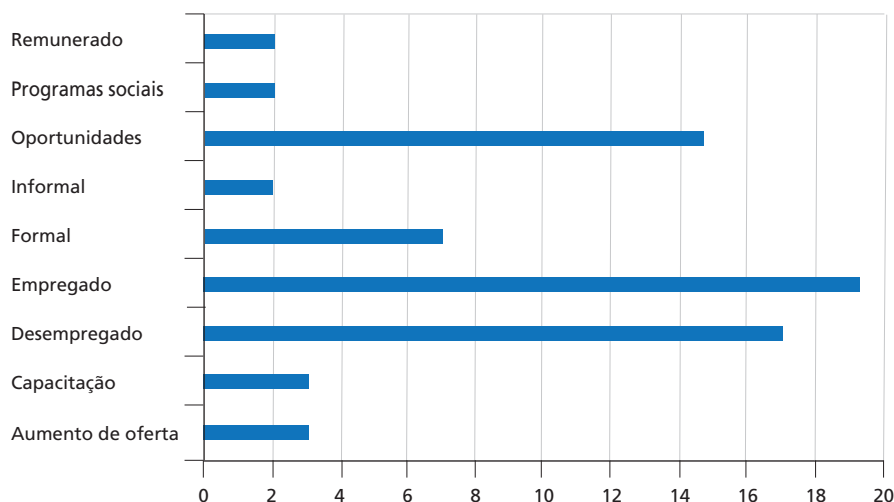
21. Disponível em: <<http://twixar.me/l3tT>>.

22. Disponível em: <<http://twixar.me/j3tT>>.

do documento para reconstruir minha vida”, diz. “Você agenda e eles [PF] adiam, o sentimento é de desespero.”²³

GRÁFICO 6

Quantidade de matérias jornalísticas segundo as codificações de mercado de trabalho para os haitianos no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

O tema documentação, abordado nas matérias jornalísticas (gráfico 5), também recebe destaque por estar relacionado a questões descritivas dos pedidos de refúgio, trâmites dos processos e quantitativos de solicitações para os sírios. Tais matérias são enquadradas principalmente na categoria descrição geral, que apresenta um número maior de ocorrências.

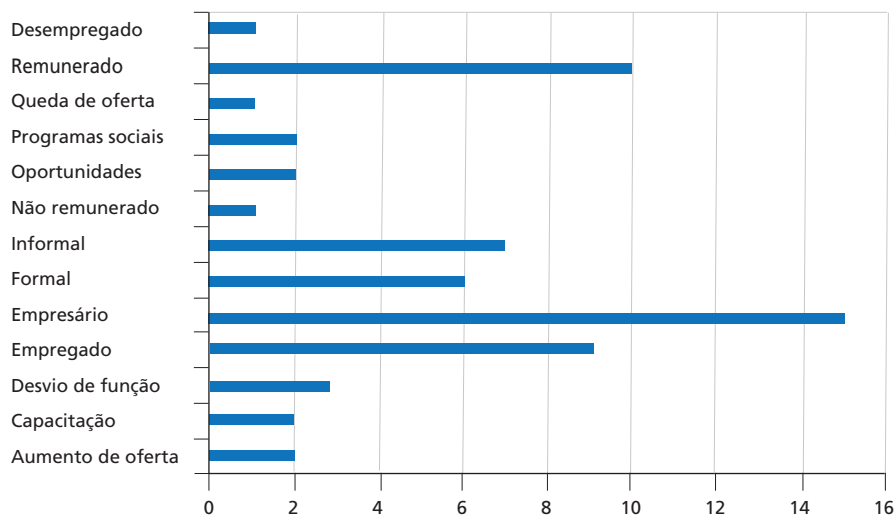
Quanto ao tema mercado de trabalho, no que concerne aos sírios, notamos a grande ocorrência de registros sobre empreendedorismo (microempresários), principalmente no setor de gastronomia, empregos formais e remunerados (gráfico 7). Registram-se, ainda, ocupação informal, desemprego, falta de remuneração e situações de emprego com baixa qualificação profissional em relação à formação do refugiado.

Há um número restrito de matérias com registros sobre questões habitacionais relacionadas à nacionalidade síria. Esses poucos registros dizem respeito a matérias que abordam tipos de moradias: em mesquita, centros de acolhida, abrigos, alojamentos ou aluguéis de quartos.

23. Disponível em: <<http://twixar.me/83tT>>.

GRÁFICO 7

Quantidade de matérias jornalísticas segundo as codificações de mercado de trabalho para os sírios no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

No que diz respeito aos venezuelanos, os temas que se destacam são assistência, saúde e habitação. Cabe mencionar a preocupação com o tema da saúde, bem como o da insegurança alimentar, para as pessoas dessa nacionalidade, principalmente na região de fronteira. Tal preocupação se justifica porque as cidades de acolhida enfrentam sobrecarga no sistema de saúde, com aumento da demanda por doses de vacinas, medicamentos, leitos e insumos hospitalares. Há grande quantidade de mulheres venezuelanas que atravessavam a fronteira e se encaminhavam diretamente para as maternidades dos hospitais brasileiros: “O Brasil ainda não se deu conta desse drama na sua amplitude. Cerca de 180 crianças venezuelanas entram todos os dias no país, na maternidade Boa Vista nascem quatro por dia. E há muitas mulheres grávidas. Toda uma nova geração de brasileiros está surgindo desse drama histórico”.²⁴

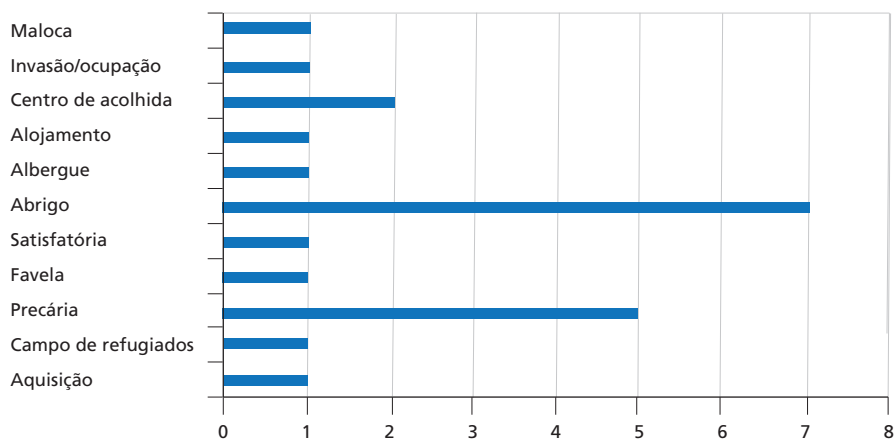
Além do fluxo de mães venezuelanas que fazem seus partos no Brasil tendo seus filhos em território nacional, muitos venezuelanos que cruzaram a fronteira do estado de Roraima nos últimos anos portavam doenças já erradicadas no Brasil, colocando as autoridades governamentais em estado de alerta ainda em 2018. No entanto, vale ressaltar que o aumento de doenças não se relaciona unicamente a essa nacionalidade.

24. Disponível em: <<http://twixar.me/r3tT>>.

A fragilidade da vigilância epidemiológica venezuelana “resulta em aumento significativo no registro das doenças endêmicas importadas”, destaca a governadora. Para Suely [Campos], “a malária é um exemplo claro: entre 2015 e agosto de 2016, a doença teve um crescimento de 153% entre pessoas que foram infectadas na maioria das vezes na Venezuela, mas assinaladas aqui no estado, batendo na porta das nossas unidades de urgência e emergência”. Um levantamento sanitário preliminar aponta que HIV/AIDS, tuberculose, leishmaniose e a desnutrição estão na lista das moléstias encontradas entre os refugiados.²⁵

Com relação ao tema habitação (gráfico 8), as matérias destacaram os tipos de moradia a que os venezuelanos se sujeitam por falta de condições. Na maioria das vezes, são acolhidos em acomodações precárias, tais como abrigos ou centros de acolhida, mas também se encontram registros de alojamentos, albergue, favela e invasões.

GRÁFICO 8
Quantidade de matérias jornalísticas segundo os tipos de habitação para os venezuelanos no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
Elaboração dos autores.

Com relação às matérias que abordam o tema mercado de trabalho para os venezuelanos (gráfico 9), destacam-se a informalidade de ocupações – com ênfase em bicos –, trabalho na rua e venda de produtos como ambulantes.

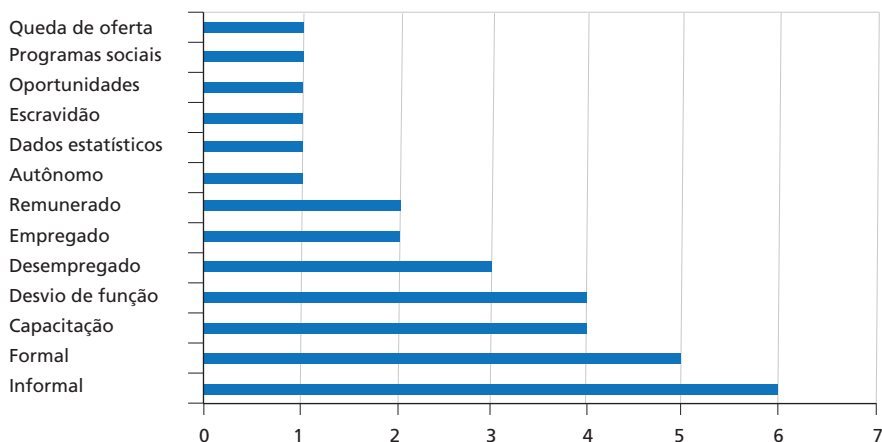
Essa condição representa severa exploração do trabalho, ocupações abaixo do nível de formação e um número considerável de venezuelanos em situação de desemprego.

25. Disponível em: <<http://twixar.me/WntT>>.

Quando finalmente conseguiu cruzar a fronteira e chegar à Boa Vista, em Roraima, achou que as coisas não tinham como piorar. O que não imaginava é que viveria uma situação similar à escravidão justamente na maior e mais rica cidade do país. Sem encontrar emprego em Roraima, Stefany, o marido e as três crianças receberam uma proposta para vir a São Paulo, onde os dois adultos trabalhariam em uma oficina de costura. Foram contratados por um boliviano que se ofereceu para pagar a passagem de avião entre Boa Vista e a capital paulista. (...) Chegaram ao novo emprego já devendo o valor das passagens dos cinco integrantes da família, em um valor total de R\$ 2,2 mil. Depois da segunda semana de trabalho, as condições de trabalho oferecidas passaram a ser descumpridas. “Eles nos faziam trabalhar das 6h até as 22h, 23h. Diziam que até as 19h a gente trabalhava pelo salário. Depois daquilo era hora extra para compensar a comida e a moradia que eles nos davam.” Os bolivianos também começaram a maltratar os filhos do casal, que eram trancados no quarto “para não atrapalhar” o trabalho dos pais na costura. A pressão por maior rapidez no serviço também era intensa. (...) Os empregadores também recolheram os passaportes e certidões de nascimento da família venezuelana, alegando que iriam ajudá-los com a obtenção da documentação juntamente com a PF. Passadas duas semanas e sem nenhuma novidade sobre o processo, Stefany e o marido, já muito desconfiados de toda a situação, pediram os documentos de volta e enviaram mensagem para uma conterrânea que vivia no Brasil, pedindo ajuda. “Ela me levou um dia à Missão Paz (projeto da Igreja Católica) e lá contei tudo que estava passando. Foi aí que me disseram que isso não era permitido pela lei brasileira e que estávamos sendo explorados”, conta.²⁶

GRÁFICO 9

Quantidade de matérias jornalísticas segundo as codificações de mercado de trabalho para os venezuelanos no Brasil (2010-2018)



Fonte: *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.
Elaboração dos autores.

26. Disponível em: <<http://twixar.me/JzpT>>.

Assim, quanto aos temas educação e documentação, pode-se afirmar, também, que os serviços educacionais estão ligados ao aumento da procura por vagas para as crianças em escolas e cursos de português. A intenção é melhorar a forma de comunicação com os brasileiros. Porém, a questão com documentação acaba dificultando o acesso a esses serviços.

3 COMPARATIVO

Com base no total de 372 documentos que abordaram situações migratórias das nacionalidades haitiana, síria e venezuelana, realizou-se análise comparativa. A partir das médias, nota-se a diferença de entrada no território brasileiro entre as nacionalidades ou as condições de habitação.

Além disso, vale mencionar que o número de documentos que compõem o tema integração soma mais de 66% do total geral de documentos (527), justificando o foco escolhido no estudo.

TABELA 1
Distribuição de documentos por *code* de integração no Brasil (2010-2018)

<i>Code</i> de integração ¹	Haiti	Síria	Venezuela
Assistência	55	20	21
Documentação	19	18	15
Educação	8	7	7
Habitação	22	10	14
Mercado de trabalho	30	39	23
Português	12	16	8
Religiosidade	2	7	-
Saúde	18	3	19
Sociocultural	67	34	8
Violência	7	9	9

Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ O mesmo documento pode conter um ou mais *codes*.

O refugiado ou solicitante de refúgio que se encontra em território brasileiro precisa entender a realidade e o panorama brasileiros, ou seja, as especificidades do mercado de trabalho, dos laços sociais, da saúde, do estudo, do aprendizado de um novo idioma e, principalmente, da forma como o povo brasileiro se comporta diante do seu *status* (Carlet e Milesi, 2012).

Com referência às formas de entrada no Brasil, é possível verificar que os haitianos e venezuelanos entraram primordialmente pelas fronteiras terrestres, tendo as mesmas dificuldades para conseguir chegar ao território brasileiro. Vale lembrar

que os haitianos sofreram muito mais, pois vieram de um país da América Central e, por isso, tiveram de enfrentar diversos obstáculos, incluindo, em alguns casos, o uso de coiotes – pessoas que realizavam a travessia até a fronteira brasileira –, conforme o trecho a seguir.

[Os haitianos estavam] em massa, na praça Hugo Poli, uma das principais da cidade, que, aos poucos, foi sendo ocupada pelos inesperados moradores temporários. Como revelou *O Globo*, eles são a ponta de uma cadeia de tráfico de pessoas que começa no Haiti, passa pelo Equador e chega ao Brasil. Os mesmos coiotes que ajudam a levar brasileiros e mexicanos para os Estados Unidos agora trabalham na rota em que o Brasil não é mais origem, mas chegada.²⁷

Predomina entre os sírios a adoção do transporte aéreo com registros mediante trânsito por diferentes países, tais como Líbano ou Turquia, chegando em grandes massas no território brasileiro.

O motivo da nova onda migratória é a guerra civil no país do Oriente Médio que, prestes a completar dois anos, já matou cerca de 70 mil cidadãos e obrigou mais de 700 mil a fugir. O vendedor Jihad Mohammed, de 33 anos, foi um deles – saiu da Síria com a família após ter a casa destruída por um míssil. Subornou agentes do Exército para chegar ao Líbano e de lá vir para o Brasil.²⁸

No que diz respeito à questão das localidades em que se encontram esses estrangeiros, é possível notar que buscam se deslocar dentro do país para centros como São Paulo e Rio de Janeiro à procura de mais oportunidades de trabalho. Em termos de comparação, os haitianos estão concentrados no Acre e nas cidades de Manaus e São Paulo. Porém, um número grande de notícias dá conta da ida dessas pessoas para pequenas cidades do interior do estado do Paraná. De sua parte, os sírios estão predominantemente relacionados a matérias focadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro devido principalmente à grande comunidade síria nesses estados, facilitando a integração.

O xeque (líder espiritual) Mohamad Albukai, 38, estima que atualmente 25 famílias sírias estejam alocadas próximas à mesquita. “A comunidade islâmica da zona sul é considerada uma das maiores de São Paulo. Os primeiros imigrantes que chegaram acabaram chamando amigos e familiares. Depois que construíram o centro, a comunidade cresceu ainda mais, porque as pessoas procuram um lugar onde tem mesquita.”²⁹

Os venezuelanos são descritos como presentes na maioria dos estados da região Norte devido às facilidades de travessia da fronteira terrestre, além da impossibilidade financeira de ir para outras partes do país. (Importante ressaltar que foram abordadas matérias referentes a 2018 apenas no jornal

27. Disponível em: <<http://twixar.me/sntT>>.

28. Disponível em: <<http://twixar.me/mtT>>.

29. Disponível em: <<http://twixar.me/K1tT>>.

O Estado de S. Paulo, e por isso não foram identificadas muitas informações relacionadas à interiorização desses estrangeiros.) Os locais que necessitaram de mais assistência, como Roraima, acabaram recebendo grande quantidade de atores sociais contribuindo para o apoio e a proteção desses estrangeiros.

Além do ACNUR, muitas organizações da sociedade civil auxiliaram no acolhimento, na orientação de entrada e na inclusão desses refugiados nas comunidades brasileiras. Apesar das políticas públicas instituídas pelos governos, a sociedade civil tem participação relevante em sua execução, mediante acolhimento, proteção e assistência e integração dos refugiados na sociedade, mostrando que o trabalho dessas instituições alcança forte expressão mesmo se comparado à atuação do Conare e do ACNUR (Moreira, 2008).

Ao comparar a atuação da sociedade civil com relação às nacionalidades estudadas, é possível identificar que os haitianos recebem mais assistência que sírios e venezuelanos, sendo que o apoio da Igreja está entre as principais. Os sírios receberam apoio da Cáritas/São Paulo,³⁰ bem como do Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus),³¹ e principalmente da comunidade síria em São Paulo. Para os venezuelanos, as entidades da sociedade civil aparecem com menor intensidade no noticiário relacionado a sua acolhida, mantendo-se o destaque para atores governamentais e agências internacionais.

No âmbito dos temas relacionados à integração, é possível traçar comparações entre as nacionalidades, focando as questões de documentação, mercado de trabalho e habitação. A documentação é um problema para haitianos e venezuelanos. Como não são considerados refugiados em termos jurídicos, acabam enquadrados na situação de visto humanitário. Diferentemente dessas duas nacionalidades, os sírios obtiveram a facilitação do reconhecimento da condição de refúgio, e assim não enfrentam tantas dificuldades na obtenção da documentação.

Contudo, a codificação realizada a partir das mídias permitiu identificar que sempre houve grande dificuldade para obter o reconhecimento de diplomas para as três nacionalidades. Isso impossibilita e dificulta sobremodo o acesso a oportunidades de ocupação correspondentes às formações em seus países de origem. Muitos estrangeiros, principalmente haitianos e venezuelanos, passam a ser marginalizados no processo, e se submetem a empregos informais, sendo explorados e tendo opções restritas para melhoria da condição de vida.

O engenheiro Rodrigo (nome fictício), de 29 anos, trabalhava numa construtora em Valencia, na Venezuela, que prestava serviços para o governo do país. (...) Com

30. Disponível em: <<http://caritasarqsp.blogspot.com/>>.

31. Disponível em: <<http://www.adus.org.br/>>.

medo de ser morto, decidiu fugir para o Rio de Janeiro, onde hoje ganha a vida dando aulas de espanhol e vendendo comidas típicas numa feira de gastronomia.³²

Prosseguindo nessa abordagem, com relação ao mercado de trabalho, constata-se grande diferença entre sírios, haitianos e venezuelanos. Conforme informações retratadas nas mídias, haitianos e venezuelanos apresentam grande atuação em trabalhos específicos na construção civil, na indústria extrativa e de transformação, e em serviços gerais.

Grande parte dos entrevistados, com destaque para haitianos e africanos, buscou um lugar na construção civil, um setor que nos últimos doze meses fechou 385 mil vagas formais, mais de um terço de todos os empregos encerrados no país no mesmo período, segundo dados do Caged [Cadastro Geral de Empregos e Desempregados].³³

As pessoas de nacionalidade síria concentravam-se nos setores de comércio, de vendas e de gastronomia, principalmente na condução de seus próprios negócios. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados que reúnem maior concentração de restaurantes e negócios gastronômicos de sírios, incluindo a venda informal de comida árabe em barracas distribuídas nas ruas das duas cidades.

Rami Shurbaji, que, depois do Rio Grande do Sul, hoje mora em acomodações para estrangeiros na igreja da Matriz, em Botafogo, sobrevive vendendo esfirras, quibes e pão sírio. Ele foi um dos primeiros a participar da Junta Local [uma feira comunitária no Rio]. “A comida árabe é muito conhecida no Brasil, vendemos tudo”, conta o refugiado.³⁴

A conversa era regada a *shawarmas* e Palestina Libre, o drinque da casa, que mistura *arak* (destilado árabe), cachaça, limão, pimenta vermelha e *zaatar* verde. O canudo preto completa a paleta de cores da bandeira palestina. “Nosso objetivo aqui é mostrar que existem questões políticas para o refúgio, sem vitimização dos refugiados. E que cada país tem sua realidade específica”, explica Hasan Zarif, um dos sócios do Al Janiah, ecoando parte do discurso de Luambo. Os empreendimentos dos novos imigrantes são viabilizados de formas diversas, mas sempre com muita força de vontade. Quem trabalha com comida geralmente começa vendendo quitutes por encomenda e em eventos até juntar dinheiro para o próprio negócio (...).³⁵

Habitação é outro tema de destaque influenciando sobremodo na inserção de estrangeiros nas comunidades brasileiras. Os sírios não têm tanto destaque nessa área devido à grande assistência de comunidades de seus compatriotas espalhadas pelo Brasil – eles conseguem se instalar com parentes e com amigos da mesma nacionalidade. Já no que tange à situação de haitianos e venezuelanos, constata-se maior carência na estrutura habitacional (tabela 2).

32. Disponível em: <<http://twixar.me/L1tT>>.

33. Disponível em: <<http://twixar.me/4ltT>>.

34. Disponível em: <<https://www.dm.jor.br/cotidiano/2015/12/estrangeiros-que-deixaram-zonas-de-conflito-reinventam-suas-vidas/>>.

35. Disponível em: <<http://twixar.me/xltT>>.

TABELA 2
Quantidade de matérias jornalísticas segundo as codificações do tema habitação para as nacionalidades haitiana e venezuelana no Brasil (2010-2018)

<i>Codes</i>	Haiti	Venezuela
Aluguel	1	0
Aquisição	1	1
Campo de refugiados	0	1
Condições de favor	7	0
Condições precárias	20	5
Favela	1	1
Satisfatória	0	1
Tipo abrigo	12	7
Tipo acampamento	10	0
Tipo albergue	0	1
Tipo alojamento	1	1
Tipo centro de acolhida	1	1
Tipo centro temporário de acolhimento	0	1
Tipo invasão/ocupação	1	1
Tipo maloca	0	1
Tipo quartinho	1	0

Fonte: *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*.
 Elaboração dos autores.

4 RESUMO DO CAPÍTULO

Os trabalhos desenvolvidos neste capítulo tiveram por objetivo ampliar a compreensão sobre o discurso midiático a respeito da mobilidade de haitianos, sírios e venezuelanos no período de 2011 a 2018 na perspectiva da sua integração em comunidades locais brasileiras.

Os pesquisadores valeram-se das potencialidades da ferramenta ATLAS.ti para codificar as unidades de registro, construir categorias e sistematizar as matérias jornalísticas, possibilitando focalizar os fluxos de haitianos, sírios e venezuelanos para o Brasil. Nesse particular, é pertinente registrar que os autores da abordagem dos fluxos migratórios construíram as categorias e recategorizaram os temas (na forma de *codes*), no intento de ajustar a ferramenta ao foco da pesquisa. Cabe ainda assinalar que a codificação é a etapa mais fundamental na pesquisa qualitativa e se caracteriza por ser tarefa essencialmente hermenêutica, ou seja, possibilita diferentes leituras do mesmo fenômeno.

As fontes primárias deste estudo são constituídas por documentos obtidos mediante o resgate do acervo de notícias sobre o tema refúgio no período de estudo. Também por meio da consequente seleção de matérias jornalísticas que focalizavam

os fluxos de pessoas com destino ao Brasil veiculadas em três dos principais jornais brasileiros de circulação nacional, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Assumiu-se, na análise realizada, a posição teórico-metodológica que entende ser objeto da pesquisa aplicada o fenômeno historicamente realizado – no caso, o registro jornalístico da movimentação de haitianos, sírios e venezuelanos que chegaram ao Brasil. As notícias registraram um fenômeno que se positivou no espaço e no tempo, e se realiza como experiência efetiva, passada e atual.

Prevaleceu o objetivo de contribuir para a qualificação do debate sobre refugiados e solicitantes de refúgio em geral. Assim, a análise da documentação resultou na identificação de questões de documentação, mercado de trabalho e habitação no âmbito de temas relativos à integração de haitianos, sírios e venezuelanos.³⁶

Nesse ponto, cabe enfatizar que integração é conceito complexo que não se define nas políticas públicas, nem ocorre mediante definição normativa estabelecida em instrumentos internacionais e/ou instituídos pelas legislações nacionais. Segundo Simões (2018, p. 22), “a integração dos refugiados e solicitantes de refúgio depende mais dos recursos e das políticas de acolhimento estruturadas para esse fim do que da capacidade de agência dos indivíduos”.

À guisa de resumo dos temas tratados, vale destacar que os documentos analisados (372) nesta parte da pesquisa e resgatados dos periódicos por tratar de situações migratórias não registram recursos e políticas de acolhimento estruturadas para a integração, restringindo-se aos relatos jornalísticos sobre fatos ocorridos com os indivíduos. Essa percepção reafirma que a pesquisa capturou a visão de jornalistas e editores dos três periódicos sobre o fluxo de imigrantes, e procurou sintetizar a substância dos documentos.

Cumprir registrar o impacto que causou nos pesquisadores a constatação de que, em conformidade com o teor dos registros jornalísticos, não foram encontrados registros nos periódicos sinalizando mudanças significativas sobre aspectos da vida dessas pessoas ao longo do período estudado.

Em geral, trata-se de artigos dramatizando os fatos noticiados cujas expressões refugiado e imigrante são utilizadas indistintamente, não havendo preocupação também em caracterizar solicitantes de refúgio e refugiados, *status* fortemente diferenciados para a obtenção de proteção e apoio previstos na Lei nº 9.474 de 1997 (conhecida como Lei Brasileira de Refúgio).³⁷ Cumprir ressaltar que o reconhecimento da importância desses relatos na formação de opinião da população

36. Cumprir registrar que, em setembro de 2019, o ACNUR estimou a presença de 190 mil venezuelanos no país com perspectivas de incremento, haja vista a permanência dos fatores causadores dessa migração de nacionais do país vizinho e limítrofe.

37. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/refugio-no-brasil>>.

ampliou os horizontes da temática tratada neste capítulo e aportou o desafio de considerar abordagens perspectivas conjuntas e no âmbito regional.

A adoção de material jornalístico nas pesquisas de refúgio no Brasil acrescentou flagrantes de questões e desafios vividos pelos imigrantes no olhar da grande imprensa nacional, assinalando temas a ser acolhidos pelos entes governamentais que executam políticas e programas de integração dessas pessoas às comunidades locais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Cenários da crise na Venezuela**. [s.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/38247328/CEN%C3%81RIOS_DA_CRISE_NA_VENEZUELA.pdf>.

BEZERRA LIMA, J. B. *et al.* **Refúgio no Brasil**: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017.

CAPPELLARI, A.; NEDWED, A. P.; HILLESHEIM, B. A hospitalidade em questão: os refugiados na mídia. *In*: JORNADA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA, 5., 2015, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Editora Unisc, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/download/14510/2974>.

CARDOSO, A. Z. Um olhar sobre a cobertura jornalística de refugiados no Brasil. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 7, n. 7, 2012.

CARDOSO, G. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARLET, F.; MILESI, R. Refugiados e políticas públicas. *In*: SILVA, C. A. S. da (Org.). **Direitos humanos e refugiados**. Dourados: Editora UFGD, 2012. p. 77-99. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/direitos-humanos-e-refugiados-cesar-augusto-da-silva-org.pdf>>.

CASTLES, S. *et al.* **Integration**: mapping the field. London: Home Office, 2002.

GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295-302, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025>.

HOFFMANN, J. E. dos S.; ROESLER, M. von B. A mídia na construção da representação social dos refugiados no Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL HUMANIDADES NAS FRONTEIRAS, 1., 2017, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: Editora Unila; Editora Unioeste, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014-2016**. Brasília: Ipea; ABC, 2018.

MOREIRA, J. B. A questão dos refugiados nos contextos latino-americano e brasileiro. *In*: SIMPÓSIO DOS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIA POLÍTICA, 5., 2008, São Paulo, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Editora USP, 2008. p. 1-16. Disponível em: <http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/soc_global/Moreira.pdf>.

_____. Refugiados no Brasil: reflexões acerca da integração local. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 43, jul./dez. 2014.

OMRAN, M. As marcas da história na guerra civil síria. **Topoi**, v. 15, n. 28, p. 366-371, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000100366&lng=en&nrm=iso>.

PERRUCHOUD, R.; REDPATH-CROSS, J. (Eds.). **Glossary on migrations**. 2. ed. Geneva: International Organization for Migration, 2011. (International Migration Law, n. 25). Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml25_1.pdf>.

PIRES, R. P. O problema da integração. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 24, p. 55-87, 2012.

RUSSI, P.; DUTRA, D. A dimensão comunicacional como recorte metodológico para o estudo das migrações. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, v. 1, p. 4-12, 2014.

SIMÕES, G. da F. **Refugiados colombianos no Brasil e no Canadá: narrativas e estruturas de acolhimento**. Curitiba: Appris, 2018. 253 p.

SOUZA, C. E. C. *et al.* A guerra civil na Síria: atores internos, jogos de poder e possíveis reflexos para o Brasil a partir da situação dos refugiados desse conflito. *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 14., 2017, Resende, Rio de Janeiro. **Anais...** Resende: Editora AMAN, 2017. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/a_guerra_civil_na_siria.pdf>.

STEINMAN, M. *et al.* Terremoto no Haiti: uma experiência multiprofissional. **Einstein**, v. 9, n. 1, p. 1-7, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082011000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

SULAIMAN-HILL, C. M. R. *et al.* Changing images of refugees: a comparative analysis of Australian and New Zealand print media 1998-2008. **Journal of Immigrant and Refugee Studies**, v. 9, n. 4, p. 345-366, 2011.

THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o *Lougawou*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 23-39, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100002&lng=en&nrm=iso>.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Conclusion on Local Integration nº 104 (LVI): 2005. **UNHCR**, 7 Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/excom/exconc/4357a91b2/conclusion-local-integration.html>>.

VASCONCELLOS, R. R. de. A situação da Síria frente à ordem jurídica internacional. **Faculdade de Direito**: Artigos de Periódicos, 23 maio 2018. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3940/1/SitSiriaOrdemJurInternacional.pdf>>.

ZERO, M. Marcelo Zero: para entender a Venezuela hoje é preciso saber como era antes da “revolução bolivariana”. **Viomundo**, 8 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html>>.

RETRATOS MIDIÁTICOS SOBRE REFÚGIO NO BRASIL¹

Delia Maria Dutra da Silveira Margalef²

1 INTRODUÇÃO

O aumento da presença de refugiados e migrantes no cenário internacional vem gerando ações e reações que demandam, cada vez mais, uma maior complexificação na leitura que se faz desse fenômeno. Trata-se de um fato social que geralmente acaba numa visão dicotômica, como reducionismo do mundo dos bons e dos maus, em que se justificam as políticas discriminatórias apoiadas numa visão de mundo que precisa ser limpadado, higienizado da presença de alguns (Bauman, 2017).³ Nesse cenário, a tomada de decisões sobre políticas de refúgio e migrações; os controles de fronteiras; os acordos entre determinados países ou regiões; e as estratégias de (des)integração no âmbito local, regional ou internacional acabam pautando e sendo afetados pelas agendas⁴ midiáticas.

McCombs e Shaw (*apud* Traquina, 2001) propuseram que existe o agendamento não só quando as notícias nos dizem sobre o que pensar, mas também quando as notícias nos dizem como pensar nisso. Além disso, sublinham dois elementos como poderosos papéis do agendamento: os objetos selecionados que despertam a atenção e a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos. Nessa linha, tanto as agendas públicas como as midiáticas colaboram com a configuração de um ambiente cada vez menos aberto, ou menos acolhedor, para os deslocamentos de contingentes populacionais não bem-vindos.

1. Parte da discussão deste capítulo foi publicada de forma resumida em Margalef e Viana (2019).

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; professora adjunta da Universidad de la República; e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB).

3. Bauman (2017), ao refletir sobre o que se convencionou chamar de crise migratória recente nos países europeus, denuncia que essas sociedades receptoras parecem ser tomadas por uma espécie de pânico moral, um sentimento de ameaça do bem-estar social.

4. Em 1922, Lippmann publicou um livro onde sugeria a existência de uma relação causal entre agenda midiática e agenda pública. Também Cohen, em 1963, escreveu que a imprensa, mesmo que não possa dizer às pessoas como pensar, tem a capacidade de dizer sobre o que pensar. Isso demonstra que o conceito de agendamento vinha sendo discutido fazia já alguns anos. Porém, foi em 1972, na ocasião da publicação do trabalho de campo desenvolvido por eles durante as eleições presidenciais norte-americanas de 1968, que McCombs e Shaw o definem e dão-lhe o nome de *agenda-setting*. Evidentemente, não se trata de um conceito estático: os próprios autores foram redefinindo-o.

Nos primórdios do século XX, Robert Park,⁵ em um dos textos clássicos para a sociologia das migrações, *The human migration and the marginal man*, sustentava que o principal obstáculo para a integração cultural e, portanto, acrescentamos, para a acolhida dos migrantes e refugiados não passa somente pelas diferenças nos hábitos e costumes, mas, notadamente, pelo conjunto de traços físicos diferentes. Atualmente, no Brasil, nem sempre esses traços físicos marcam claras diferenças com populações locais, mas, sim, há diversas marcas que carregam no corpo que os tornam *outros* e nem sempre bem-vindos.

A chegada desses outros, aqueles considerados “os de fora”, nos coloca perante um jogo de inclusões-exclusões em que os meios de comunicação, com suas propostas de agenda, cumprem um papel fundamental na produção de sentidos. Quais as nossas compreensões ou (in)certezas sobre a condição de refugiado(a)? Quais os rostos e quais as cores os representam? Quanto tempo eles ficam no país e como eles podem morar e trabalhar? Mais ainda, *onde* buscamos as respostas para essas perguntas?

Não se propõe aqui dar respostas a essas perguntas, e sim levantar elementos reflexivos sobre o tema da integração dos refugiados e migrantes no Brasil. Isso se dá desde uma perspectiva compreensiva dos meios de comunicação como participantes fundamentais da nossa visão de mundo, isto é, os meios de comunicação como construtores de acontecimentos.

A atualidade enquanto realidade social em devir existe *nos e pelos* meios informativos. Significa dizer que os fatos que compõem esta realidade social não existem como tais (como fatos sociais) antes de serem construídos pelos meios. Depois de terem sido produzidos pelos meios, esses fatos têm todo tipo de efeitos (...) (Verón, 1987, p. 57, tradução nossa).⁶

Seguindo a proposta do autor, entende-se que os meios de comunicação não produzem tudo aquilo que chamamos de real. Verón (1987) defende que os meios produzem a realidade de uma sociedade enquanto realidade em devir, presente como experiência coletiva para os atores sociais. Portanto, parafraseando Watzlawick (1994), não é possível pretender a existência de uma realidade, lembrando que o que temos, de fato, são inúmeras versões da realidade; que mesmo sendo opostas entre elas, todas são resultado de um processo de comunicação – complexo – e não podem ser consideradas reflexo de verdades eternas e objetivas.

Tendo definido algumas bases para nossa reflexão, este capítulo tem por objetivo analisar como o discurso midiático nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* durante o período de 2010 a 2018 configura e se apropria

5. Disponível em: <<https://www.infoamerica.org/teoria/park1.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

6. “La actualidad como realidad social en devenir existe en y por los medios informativos. Esto quiere decir que los hechos que componen esta realidad social no existen en tanto tales (en tanto hechos sociales) antes de que los medios los construyan. Después que los medios los han producido, en cambio, estos hechos tienen todo tipo de efectos (...)”

da presença de refugiados e migrantes e no Brasil. Trabalha-se com um recorte de conteúdo feito sobre uma base de dados constituída por um total de 517 matérias.⁷

Os documentos foram divididos por ano e incluídos no *site* ATLAS.ti⁸ para, logo depois, e seguindo a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 1977), proceder à análise por temas. Isso é feito no intuito de poder “descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1977 *apud* Dutra, 2007, p. 124).

Dessa forma, houve um mapeamento definindo o tema como unidade de registro, e assim foi possível definir categorias analíticas.⁹ Essa categorização, por temas agendados, segundo Bardin (1977 *apud* Dutra, 2007, p. 124), permite classificar as principais situações de agendamento seguindo critérios “susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir certa ordem na confusão inicial” e, dessa forma, tornar mais operacionais os dados disponíveis.

Levando em conta os limites analíticos deste capítulo, foram escolhidas duas principais unidades de registro (temas) a ser analisadas, sendo que a cada uma delas foram vinculadas outras subunidades – o Brasil mediatizado e a adjetivação, sendo que cada uma será analisada em seções por separado. Antes de adentrar nessa análise de conteúdo temática, apresenta-se uma discussão conceitual, em diálogo com conteúdos de notícias que compõem o *corpus* que dá sustento à escolha de análise das duas unidades de registro deste capítulo e, conseqüentemente, a uma parte ou recorte da pesquisa maior.

2 SOBRE SIGNIFICADOS, DISCURSOS, AÇÕES E APROPRIAÇÕES¹⁰

“Estou esperando também para ir à escola”, acrescenta o haitiano. Apoiado por religiosos da Missão de Paz que funciona no Glicério, Pierre quer fazer um curso de eletricista para facilitar sua inclusão no Brasil. No Haiti, uma filha de 6 anos espera pelo sucesso da empreitada do pai em São Paulo.

O Estado de S. Paulo, 12/1/2012.¹¹

Os refugiados, tal como no caso de Pierre, proveniente do Haiti, assim como os migrantes em geral, chegam a um local buscando sobreviver para logo, se possível, se estabelecer, mantendo sempre o sentimento de estar de forma provisória (Sayad, 1998). Nessa ação social de se adentrar numa sociedade onde seja possível ser, os estrangeiros, seguindo o pensamento de Simmel (1983), ou os refugiados e

7. Sendo 217 de *O Estado de S. Paulo*, 175 da *Folha de S. Paulo* e 125 de *O Globo*, todas compreendidas no período entre 2010 e 2018. Para ser incluídas no *corpus* de análise da pesquisa, o critério de inclusão das matérias foi que a informação contida referisse a integração, refugiados e migrantes, sempre no âmbito do território brasileiro.

8. Versão 8, disponível em: <<https://atlasti.com>>.

9. Conferir o total de categorias definidas para a pesquisa no capítulo 1 deste livro.

10. Parte dessas reflexões baseiam-se em Dutra (2013).

11. Disponível em: <encurtador.com.br/cwMN7>.

migrantes terão sua posição caracterizada pelo fato de não ter pertencido desde o começo e por introduzir outras qualidades, outras formas de vida.

Schutz (2003) nos permite introduzir nessa reflexão a dimensão de aceitação e não aceitação, o que passa a ser muito significativo se levarmos em conta que todo grupo tem modelos culturais sobre valores e orientações de conduta mais ou menos aceitos. Pode-se dizer que existe uma maneira habitual de se pensar e se conduzir no grupo, com o grupo e a partir do grupo, o que Max Scheler chamou de uma “concepção relativamente natural de mundo” (Schutz, 2003, p. 17).

Como a maioria dos ganenses é muçulmana, criou-se, atrás do ginásio, um espaço atapetado para que todos possam orar voltados para Meca. Ao rezar, os migrantes postam-se de lado a uma grande cruz colocada na parede do ginásio de esportes da instituição católica. “O Evangelho é para todos, sem distinção de raça, cor ou cultura”, diz o padre Edmundo Marcon. O convívio é pacífico. Os ganenses dizem que estão bem acolhidos e se sentem respeitados.

O Estado de S. Paulo, 20/7/2014.¹²

Mesmo em grandes cidades e/ou nas sociedades consideradas multiculturais – apesar de ser um conceito difícil de se sustentar – existe uma forma dominante de conceber o convívio e que busca, através de diversos meios (instrumentos políticos, veículos de comunicação, coerção), impor-se como modelo a seguir, e a partir do qual se adjetivam outras formas de organização social. Pois bem, mesmo em tais situações, a figura do estrangeiro e do refugiado, particularmente, aparece demarcando os que não são “do lugar” face aos outros. Como se estivéssemos submetidos a modelos de comportamentos coletivos que nos garantem, ou não, o pertencimento ao grupo.

Quando o Estado visitou o restaurante, Zarif abriu a casa sozinho – limpando ele mesmo as mesas e organizando garrafas. Os cozinheiros chegaram um pouco depois – atraso totalmente justificado pela obediência ao Ramadan (durante quatro semanas, os muçulmanos jejuam desde o sol nascer até o pôr do sol). (...) Mohamad Othman, Mohamad Isa, Wissam e Rami são religiosos, mas não se importam com a algararra e o consumo de álcool no local. “Nós estamos no Brasil. Não tem nenhum problema em respeitar os costumes daqui”, comenta Othman. Os quatro estão no país desde 2013.

O Estado de S. Paulo, 18/6/2016.¹³

A presença de outros diferentes nos coloca de imediato perante um espelho que constantemente está projetando a nossa capacidade de aceitar novas formas de alteridade, outras concepções de mundo. Isso não é somente para o habitante local ou um integrante de um grupo que aceite os hábitos e costumes deste; também coloca à prova quem vem de fora, ou aquele que se rebela perante a norma, na sua capacidade de dialogar com outras formas de entender a existência em sociedade.

12. Disponível em: <encurtador.com.br/hxyKO>.

13. Disponível em: <encurtador.com.br/jFMQ5>.

Erving Goffman¹⁴ nos auxilia na reflexão sobre o encontro entre os “de fora” – refugiados – e os locais. De acordo com o autor, podemos pensar que, quando se encontram na presença imediata, um do outro, “ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma” (Goffman, 1988, p. 23).

Também vim para o Brasil depois do terremoto. Morava na cidade de Les Cayes, onde tenho minha mulher e meus três filhos. Queria não ter precisado vir para cá, mas, como as coisas estão muito complicadas por lá, pretendo trazê-los para morar comigo futuramente. O salário daqui, porém, é muito baixo e mal consigo pagar as minhas contas. Já me falaram que para nós haitianos, eles pagam menos ainda. (...) Tratam-nos como se não tivéssemos opção. Em parte, isso é verdade. É para sobreviver que aceitamos o trabalho forte pelo dinheiro fraco. Quando chego em casa, converso um pouco com a minha família por telefone e vou dormir. Não tenho tempo nem disposição. Sou como uma máquina, que só trabalha.

O Globo, 1/11/2015.¹⁵

Difícil foi no Brasil, onde trabalho com refugiados palestinos que moravam na Síria. Quando souberam que eu era judeu, foi um choque. Mas como já gostavam de mim àquela altura, deu certo. Sempre quis me envolver com palestinos, mas me faltava a coragem. No Brasil, vi a possibilidade. Ajudei a montar uma banda com músicos sírios, libaneses, palestinos e brasileiros judeus. A primeira apresentação será em maio, numa sinagoga. Vai ser o meu primeiro experimento cultural.

Folha de S.Paulo, 24/4/2016.¹⁶

Atualmente, no Brasil, convivem diversos cenários migratórios e diversas construções sociais sobre a condição de refugiado(a) e migrante. Isso faz com que, no dia a dia dos meios de comunicação, vão sendo tecidas múltiplas malhas de sentidos que configuram o que se costuma denominar de cultura midiática.

Isso porque o ser humano não é um simples produto do seu entorno (do qual faz parte a oferta midiática) e não detém o poder absoluto de mudar o dado – seja o entorno, seja sua própria natureza. Entre o chamado mundo exterior e suas vivências, interpõe-se uma densa rede de sentidos (Andacht, 1993) que contribui no desenvolvimento de uma identidade sua e dinâmica, pela força do herdado, dentro de um processo de interação com o outro diferente e com as diversas instituições sociais culturalmente legitimadas. Tais instituições – mídia, família, Estado, Igreja, escola etc. – se investem de valores e normas que, como já institucionalizados, legitimam e outorgam sentido social às mediações (Sodré, 2002; Martín-Barbero, 2001).

14. Goffman (1988) está falando dos “normais” e “estigmatizados”.

15. Disponível em: <encurtador.com.br/ABIM0>.

16. Disponível em: <encurtador.com.br/BPZ06>.

Nesse sentido, cada instituição social, que por sua vez pertence a um campo social (Bourdieu, 2004),¹⁷ tem uma agenda permanente que vai mudando conforme os interesses particulares a ela, entendendo que a agenda representa uma oferta de olhares ou pontos de vista. Daí que esses olhares se intensionam e será o campo midiático que fará a mediação-midiática – o que se chama de processo de miatização – necessária para dar uma ordem, a ordem axiológica própria de que fala Rodrigues (1997), aos discursos provenientes de outros campos sociais, como o campo político.

A responsabilidade é nossa. E também do Peru, da Bolívia, Equador, Panamá, de todos os países em que passam os haitianos em seu roteiro de fuga. A diplomacia brasileira precisa ajudar a liderar um esforço internacional pela solidariedade e pela garantia dos direitos humanos desses imigrantes (Marina Silva).

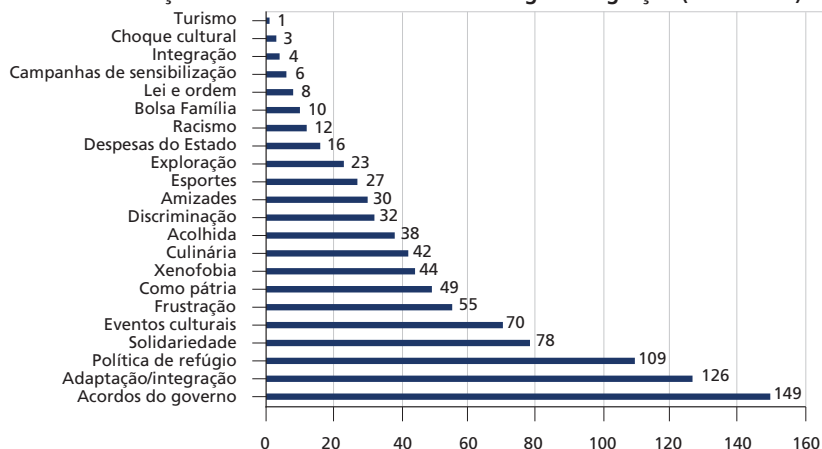
O Estado de S. Paulo, 14/4/2013.¹⁸

3 BRASIL, RETRATOS DE AGENDAS

Quais os sentidos produzidos sobre o país quando se produz informação sobre refúgio, integração de refugiados(as) e migrantes em geral? Tomando elementos do próprio discurso dos jornais analisados, foram definidas subunidades de registro (subtemas) analíticas vinculadas a uma principal – nesse caso, o Brasil – e que se detalham no gráfico 1.

GRÁFICO 1

A tematização do Brasil nas notícias sobre refúgio e migração (2010-2018)



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Elaboração da autora.

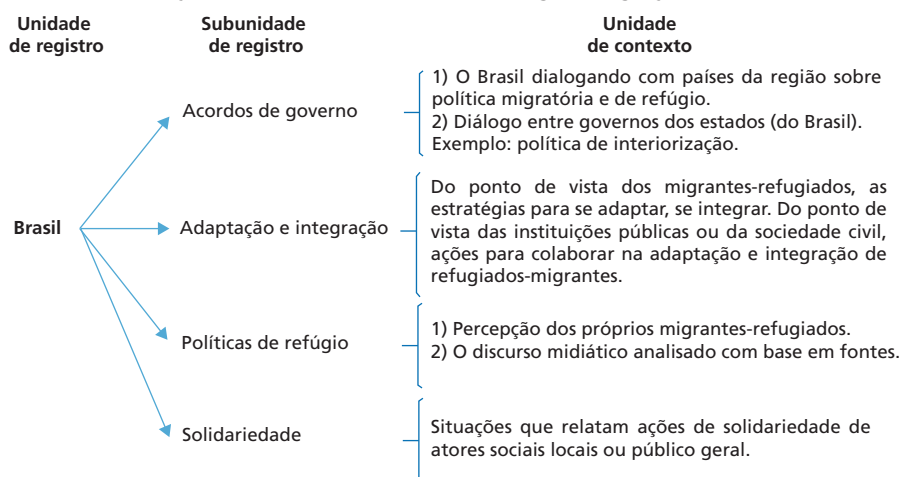
17. Bourdieu (2004) define o campo social como um espaço – microcosmo – detentor de relativa autonomia, dotado de leis sociais próprias que diferem das do macrocosmo, e do qual fazem parte agentes e instituições que aparecem ocupando uma posição dentro da estrutura.

18. Disponível em: <encurtador.com.br/qzHXZ>.

O eixo das abscissas registra a frequência¹⁹ com que essas subunidades temáticas (eixo das ordenadas) são agendadas²⁰ nos jornais durante o período analisado para informar sobre o Brasil e o tema do refúgio e migração. Analisar essas situações de agendamento no período contribui para uma melhor compreensão sobre a informação que está sendo construída, na linha conceitual proposta por Verón (1987) aqui discutida. A figura 1 explicita o conteúdo das quatro subunidades de registro (ou subtemas) colocadas nos primeiros lugares em termos de frequência dos temas agendados.

FIGURA 1

A tematização do Brasil nas notícias sobre refúgio e migração (2010-2018)



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.
Elaboração da autora.

Os acordos de governo foram o subtema com maior frequência, representando 16,0% sobre o total dos agendados na unidade de registro Brasil. Isso inclui tanto informações sobre diálogos do Brasil com países da região respeito a políticas migratórias como diálogos internos no país entre governos dos Estados.

O governo brasileiro negocia um acordo com a Alemanha para receber parte dos refugiados sírios que estão no país europeu ou pretendam viajar para lá – e já abriu um processo para avaliar com a União Europeia (UE) um diálogo para colaborar na questão dos tratados que auxiliam os requerentes de asilo. Em troca, o Brasil pede aos governos da Europa que arquem com os custos dos estrangeiros e sua integração.

O Estado de S. Paulo, 31/3/2016.²¹

19. No ATLAS.ti a frequência é denominada como magnitude.

20. Ou seja, se dá um efeito de agenda pela frequência com que determinados temas acabam sendo tratados nas notícias e também pelas formas escolhidas, os enquadramentos, para informar. Isso não determina as formas de ler o mundo através da lente do jornalismo – porém, evidentemente, propõe agendas de leitura sobre o tema do refúgio no Brasil, porque todo discurso jornalístico traz propostas claras de leitura em função de suas fontes, enquadramentos e tempo dedicado aos temas.

21. Disponível em: <encurtador.com.br/dwyA4>.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito Fernando Haddad (PT) defenderam ontem o planejamento como a melhor forma de receber os imigrantes haitianos que chegam à cidade. Alckmin se referiu à vinda de imigrantes organizada pelo governo do Acre como “despejar pessoas”, enquanto Haddad defendeu o estado governado por Tião Viana (PT), ao dizer que “durante anos, o Acre recebeu os refugiados haitianos sozinho”.

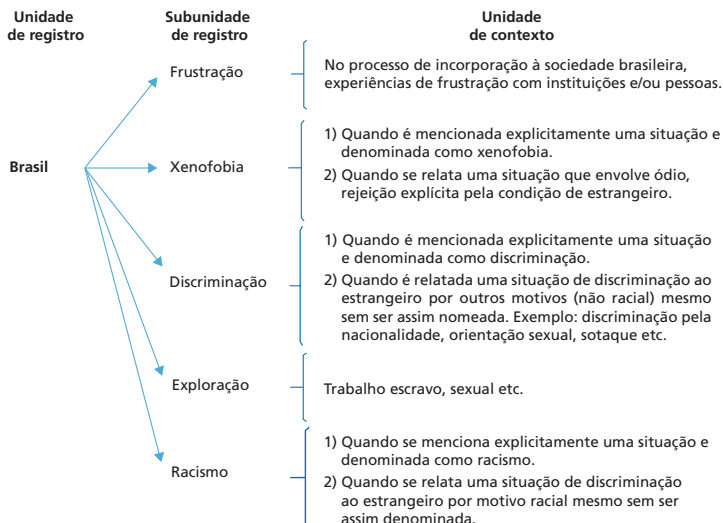
O Estado de S. Paulo, 29/4/2014.²²

Essa subunidade é seguida pela de adaptação e integração dos refugiados (13,5%), políticas de refúgio (11,7%) e solidariedade (8,4%), todos subtemas fortemente ligados às possibilidades e aos entraves para a integração dos refugiados no país. Significa dizer que, considerando o total de 22 subtemas identificados a partir do que o próprio discurso jornalístico desses três jornais propõe para retratar o Brasil na temática de refúgio e migração, essas primeiras quatro subunidades (acordos de governo, adaptação e integração, política de refúgio e solidariedade) concentram 50% da frequência do agendamento para esse tema.

As dezoito subunidades temáticas restantes conformam a outra metade dos temas agendados, sendo que cinco delas referem-se às dificuldades que os refugiados encontram para a integração no país: frustração (5,9%), xenofobia (4,7%), discriminação (3,4%), exploração (2,5%) e racismo (1,3%), totalizando 17,8% das frequências de agendamento. A figura 2 ilustra essa análise.

FIGURA 2

A tematização do Brasil nas notícias sobre refúgio e migração (2010-2018)



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.
Elaboração da autora.

22. Disponível em: <encurtador.com.br/cwEQ7>.

Outras quatro subunidades de registro (gráfico 1), que representam 22,2% sobre o total, referem-se a informações que dizem respeito ao cotidiano dos refugiados, ou seja, que informam e retratam sobre a vida deles no Brasil enquanto seres humanos que buscam se estabelecer e retomar suas cotidianidades. O conteúdo delas refere-se à participação em eventos culturais (7,5%), à culinária (4,5%), a amizades no Brasil (3,2%) e a esportes por eles praticados no país (2,9%). A seguir, citamos algumas passagens de notícias sobre esses temas.

Restaurante Al Janiah abriga refugiados de diversas nacionalidades e se transforma em um centro de debate político e cultural. A questão palestina e a guerra na Síria são temas constantes em suas mesas. O que não se discute ali é a qualidade do falafel e do *shawarma*.

O Estado de S. Paulo, 18/6/2016.²³

Ela é formada em literatura em inglês e trabalhava na Síria como professora. Ele era engenheiro naval. A partir de página no Facebook e do WhatsApp, o casal recebe encomendas de pratos da cozinha árabe.

Folha de S. Paulo, 1/4/2016.²⁴

Em suas poucas horas vagas, geralmente aos domingos, os haitianos se reúnem no estreito corredor da vila para cantar, acompanhados pelo violão de Robinson. (...) Musso Philippe, de 30 anos, não perde esses encontros: “Em 2013, deixei minha mulher e meus dois filhos na cidade de Gonaíves, para vir morar aqui. O contato com outras pessoas na mesma situação me fortalece”.

O Globo, 1/11/2015.²⁵

4 ADJETIVAÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E HIERARQUIAS

A unidade de registro denominada adjetivação busca captar o que se diz sobre o(a)s refugiado(a)s e os migrantes com bases nos próprios operadores de sentidos utilizados pelo discurso midiático. Isto é, quais termos ou palavras – adjetivos ou substantivos – o jornalismo mobiliza para fazer saber sobre situações agendadas de refúgio e migração? Nesse exercício de produzir conteúdo para informar, retomando a reflexão aqui levantada, o discurso midiático propõe agendas não só abordando determinados temas, mas também propondo enquadramentos ou formas de leituras para saber e se informar. Nesse sentido, buscando aguçar mais a análise temática, foram vinculadas a essa unidade de registro as seguintes subunidades (gráfico 2), sempre respeitando os termos que aparecem nos discursos dos jornais analisados.

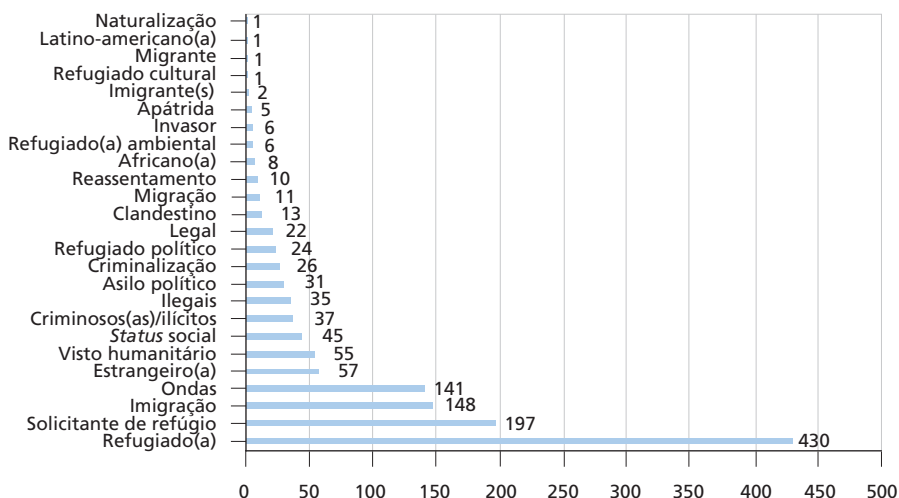
23. Disponível em: <encurtador.com.br/ejxEK>.

24. Disponível em: <encurtador.com.br/iwAGZ>.

25. Disponível em: <encurtador.com.br/euF07>.

GRÁFICO 2

A adjetivação nas notícias sobre refúgio e migração (2010-2018)



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Elaboração da autora.

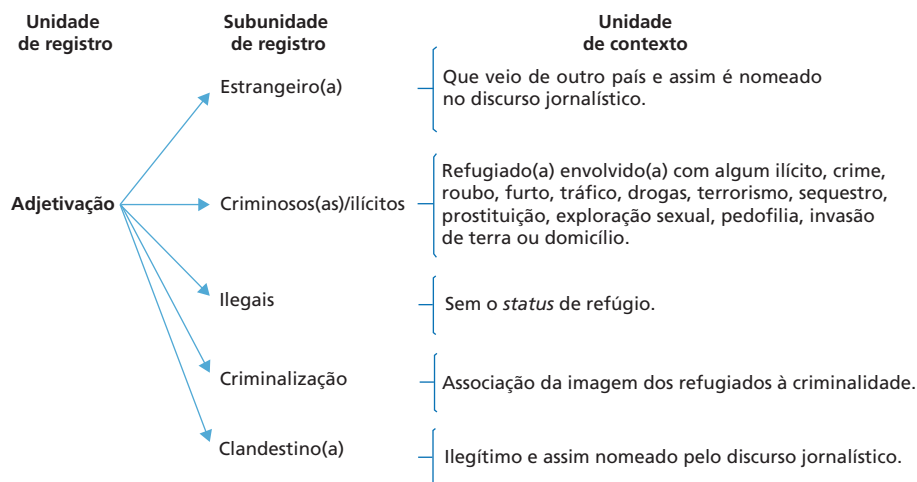
Observar a frequência com que essas subunidades aparecem no discurso jornalístico nos ajuda a avançar em uma compreensão de como o discurso midiático se apropria do tema integração do(a)s refugiado(a)s no Brasil. Observe-se que as quatro primeiras subunidades representam quase 70% dos termos mais utilizados no período analisado: refugiado(a) (32,7%), solicitante de refúgio (15%), imigração (11,3%) e ondas (10,7%). Todos operadores semânticos, notadamente os três primeiros, cuja utilização se naturaliza, isto é, que se torna comum e cotidiano, já que eles próprios são constitutivos do tema principal analisado.

Entretanto, resulta interessante concentrarmos o nosso foco de observação em adjetivos e/ou substantivos cuja utilização envolve outras conotações para além daquilo que discursivamente naturalizamos como sendo parte constitutiva do tema. Ou seja, propomos focar naqueles termos que socialmente carregam e outorgam de sentidos ao tema refúgio e migração, que podem desqualificar ou estigmatizar a existência desse fenômeno. Esses termos são: estrangeiro(a); criminoso(a)s/ilícitos; ilegais; criminalização; e clandestino(a).

A somatória da frequência de citações dessas subunidades é de 12,8% sobre o total das menções. Com um olhar apressado, pode ser considerada uma frequência de menções pouco significativa. Todavia, sua simples presença, justamente pelo jogo discursivo de presença *versus* ausência, conota e propõe formas mais específicas de leitura do fenômeno.

FIGURA 3

A adjetivação nas notícias sobre refúgio e migração (2010-2018)



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.
Elaboração da autora.

As duas passagens seguintes extraídas de dois dos jornais analisados ilustram duas formas bem diferentes de construção do acontecimento da chegada no Brasil de refugiados. A primeira refere-se a dados publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU), colocando uma forma de construção do discurso mais objetiva com base em fontes secundárias.

O Brasil é um dos países menos solidários com a crise de refugiados no mundo. Dados revelados ontem pela ONU apontam para as baixas taxas de recepção de estrangeiros no Brasil, diante da maior crise de refugiados da história e com um novo recorde de mais de 65 milhões de pessoas afetadas pelo mundo.

O Estado de S. Paulo, 20/6/2016.²⁶

A segunda passagem, aqui citada e dividida em três trechos comentados, resgata um episódio ocorrido entre um refugiado que vendia seus produtos e habitantes locais da cidade de Rio de Janeiro.

Uma discussão por causa de um ponto de venda de ambulantes, em Copacabana, terminou, na última sexta-feira, com ataques a um refugiado sírio. Mohamed Ali, de 33 anos, que vende esfirras e outros quitutes árabes numa das ruas mais movimentadas do bairro, foi agredido verbalmente por um homem que carregava dois pedaços de madeira nas mãos. Um vídeo da discussão foi publicado nas redes sociais e viralizou. Nas imagens, é possível ouvir o agressor gritar: “Saia do meu país! Eu sou brasileiro

26. Disponível em: <encurtador.com.br/cJRX8>.

e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bombas que mataram, esquartejaram crianças, adolescentes. São miseráveis”. Em seguida, ele diz que “essa terra aqui é nossa. Não vai tomar nosso lugar não”.

O Globo, 3/8/2017.²⁷

Nas instâncias de interação – entre o que Goffman chama de contatos mistos, na troca de olhares, nos silêncios, nas agressões – se reafirmam pré-noções tanto de um lado quanto do outro. Quem carrega o peso de um estigma (marcas no seu próprio corpo, forma de falar), isto é, aquele que se sente em condição inferior ou de diferença com relação ao outro, experimenta um estar “em exibição” numa cena que lhe causa forte sensação de não saber aquilo que os outros estão “realmente” pensando dele. Ou, até, pode responder antecipadamente por meio de uma capa defensiva fornecedora, quem sabe, de certo conforto ou sensação de “dar conta” da cena (Goffman, 1988, p. 22-26).

Outros homens berraram também com Mohamed e chegaram a jogar as mercadorias do sírio no chão. Quando a vítima perguntou o motivo da agressão (...) os homens repetiram para ele sair do Brasil, país onde Mohamed mora há três anos. “Eu não entendi muito bem por que ele veio brigar comigo. De repente, ele começou a gritar e me pedir para sair. Ele falava muito rápido e não consegui compreender algumas coisas. Outras pessoas traduziram para mim. Sei que ele falou de homens-bomba. Não esperava que isso pudesse acontecer comigo”.

O Globo, 3/8/2017.²⁸

Buscando ir além de nos posicionar sobre qual dos lados seja justo defender, pois não é esse o objetivo, interessa analisar que nesses momentos de encontros entre pessoas que se sentem “locais” e aqueles que tradicionalmente “não pertencem” ao lugar podemos observar que se dá um intercâmbio de signos – nesse caso, a mercadoria que estava sendo vendida, e provavelmente outros elementos como o sotaque do vendedor – carregados daquilo que Goffman (1988) denomina informação social e que o discurso jornalístico – seja por escrito, seja por meio de imagens – se esforça por retratar, tal como no trecho final da notícia.

“Vim para o Brasil porque a guerra me fez vir para cá. Vim com amor, os amigos sempre diziam que o Brasil aceita muito outras culturas e religiões, e as pessoas são amáveis. Não sou terrorista, se eu fosse, eu não estaria aqui, estaria lá” – disse Mohamed. No vídeo, ainda é possível ouvir algumas pessoas defendendo Mohamed. Uma mulher ainda o orientou a deixar o local diante da confusão. Ele, então, retirou os pertences: “Chegaram carros da polícia, da Guarda Municipal. Me falaram para registrar na polícia, mas não quis. Não quero confusão. Quero apenas trabalhar em paz”.

O Globo, 3/8/2017.²⁹

27. Disponível em: <encurtador.com.br/qHJX3>.

28. Disponível em: <encurtador.com.br/qHJX3>.

29. Disponível em: <encurtador.com.br/qHJX3>.

5 INFERÊNCIAS FINAIS

Propor uma reflexão crítica sobre os processos de midiaticização do refúgio e das migrações no país, por meio da análise de conteúdo de notícias de três dos principais jornais do Brasil, permite levantar ponderações que apontem para estimular uma análise que avance para além das dicotomias de locais *versus* estrangeiros, bem-vindos *versus* rejeitados. Interessa, com isso, indicar o lugar que o campo midiático detém na mediação e proposição de agendas – entendendo-se que essas agendas representam uma oferta de olhares e pontos de vistas, resultando em diversas e dinâmicas possibilidades formas de se entender o fenômeno do refúgio no Brasil.

Atendendo ao objetivo definido para este capítulo, a análise foi feita com base em um recorte analítico que focou em duas das unidades de registro delimitadas no marco da pesquisa maior: o Brasil mediaticizado e a adjetivação.

Na análise da unidade de registro denominada nesta pesquisa como Brasil e suas formas de midiaticização, apontamos para o forte impacto de conteúdos (50%) que buscam explorar as notícias desde a perspectiva do jornalismo que informa sobre “fatos” e/ou aspectos sobre os quais existe o acordo social implícito quando se pretende fazer saber sobre refúgio: acordos de governos; adaptação e integração; políticas de refúgio; e solidariedade. Ainda nessa unidade temática, registrou-se conteúdo com um viés desde uma perspectiva dos entraves para os refugiados se integrem à sociedade brasileira, representando estas 18% das menções no período: frustração, xenofobia, discriminação, exploração e racismo.

Entretanto – e pode-se pensar até que na contramão desses enquadramentos das notícias desde uma perspectiva da dificuldades e entraves –, 22,2% do conteúdo refere-se a informações que dizem respeito ao cotidiano dos refugiados, ou seja, que informam e retratam a vida deles no Brasil enquanto seres humanos que buscam viver seu cotidiano: eventos culturais, culinária, amizades no Brasil e esportes.

Em um segundo movimento analítico, a unidade de registro denominada adjetivação busca captar o que se diz sobre o(a)s refugiado(a)s e migrantes com base nos próprios operadores de sentidos utilizados pelo discurso midiático. Nesse bojo, interessou também focar naqueles termos cuja utilização envolve outras conotações para além daquilo que discursivamente naturalizamos – refugiado(a), solicitante de refúgio, imigração, ondas – como sendo parte constitutiva do tema. Essas outras conotações referem-se às seguintes subunidades: estrangeiro(a); criminoso(a)s, ilícitos; ilegais; criminalização; e clandestino(a) – e totalizaram 12,8% sobre o total de menções.

Trata-se de conteúdos jornalísticos diversos e dinâmicos, mas não necessariamente apresentando uma abordagem inesperada para os leitores sobre o fenômeno do

refúgio. Identifica-se a presença de matrizes jornalísticas próprias à simbólica formal desse campo social, o campo dos meios de comunicação, espaço no qual se faz a mediação dos discursos provenientes de outros campos (como o econômico, político, religioso) para informar e propor agendas sobre o tema do refúgio.

Para fins de conclusão, retoma-se a Watzlawick (1994), lembrando que o que temos são inúmeras versões da realidade, ou seja, inúmeras formas de leitura sobre o refúgio no Brasil. Essas versões mudam no tempo e no âmbito de um mesmo veículo de comunicação; e mesmo sendo opostas, convergentes, ou ambivalentes entre elas, *todas* são resultado de um complexo processo de mediação que precisa ser analisado no âmbito do contexto histórico-social em que se está inserido, de uma luta de campos sociais em que o campo midiático possui o lugar de mediação do discurso.

Finalmente, nessa linha, todas as versões da realidade propõem sempre formas de ler o mundo, porque não são neutras, sempre produzem sentidos – neste caso, sentidos para se entender o refúgio no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDACHT, F. **Entre signos de asombro**: antimanual para iniciarse a la semiótica. Montevideo: Trilce, 1993.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2017.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- DUTRA, D. A mediação da informação econômica na CNN *en español*. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, v. 9, n. 2, p. 121-129, 2007.
- _____. **Migração internacional e trabalho doméstico**: mulheres peruanas em Brasília. São Paulo: OJM; Brasília: CSEM, 2013.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- MARGALEF, D. M. D. S.; VIANA, A. R. A mediação das migrações internacionais e do refúgio no Brasil entre 2007 e 2018. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2019.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1997.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHUTZ, Alfred. **L'étranger**. Paris: Allia, 2003.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 182-188.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

VERÓN, E. **Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva y el accidente de la central nuclear de Three Mile Island**. Buenos Aires: Gedisa, 1987.

WATZLAWICK, P. **¿Es real la realidad? Confusión, desinformación, comunicación**. Barcelona: Herder, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO¹

André Rego Viana²

1 INTRODUÇÃO

A caracterização de ser/estar refugiado passa pelo reconhecimento de uma situação eminentemente transitória – o reconhecimento como o estrangeiro, o não nacional corporificado no espaço do nacional; o indivíduo que se afirma como portador de uma não cidadania porque portador de uma cidadania necessariamente incompleta. Nesse jogo de sombras, os indivíduos concretos se tornam espectros de um ser imaginário, o outro, o estrangeiro, o expulso, o sem lugar. O estar refugiado é, ao mesmo tempo, a construção de uma nova situação de pertencimento a um local/espaço em que as pessoas expressam sua diferença como seres em trânsito à espera da possibilidade de voltar a uma situação anterior ou avançar para uma, também, nova situação legal por meio da nacionalização no país receptor. Essa posição em movimento contrasta com o caleidoscópio apresentado pela mídia, em que os indivíduos concretos são haitianos, sírios, venezuelanos, negros, morenos, educados, políglotas – uma sucessão de adjetivos que não definem com exatidão quem são essas pessoas.

Do ponto de vista da política pública brasileira, em que pese a sempre festejada “legislação mais moderna do mundo”,³ o que vemos é uma situação na qual os poucos que escolhem o Brasil como país de destino forcejam contra a ausência de regramentos para o atendimento da população de refugiados.⁴ Ao contrário de um debate em que se estabeleça uma política pública clara,⁵ o que vemos é o estabelecimento de regras que permitem a gestão dessas pessoas como casos de polícia – seja de forma estrita, seja na acepção de Rancière (1996b).

1. Parte da discussão deste capítulo foi publicada de forma resumida em Margalef e Viana (2019).

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

3. No caso, especialmente, as leis nº 9.474/1997 (refúgio) e 13.445/2017 (imigração).

4. Até o agravamento da crise venezuelana, o número de refugiados no Brasil era bastante pequeno, mal passando da casa de 20 mil pessoas para um conjunto que beirava os 20 milhões de pessoas no total global, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Mesmo considerando os números informalmente relatados por um oficial do ACNUR em recente visita ao Ipea, que dão conta da entrada, até setembro de 2019, de algo entre 180 mil e 190 mil venezuelanos, se calcularmos de forma aproximada um total na casa de 200 mil pessoas, isso ainda representa apenas 1% do total mundial de refugiados e menos de 0,1% da população que vive em nosso território.

5. Uma das raras vozes encontradas nas mídias estudadas reconhecendo essa deficiência foi de Marta Suplicy (2016), que afirmou que “faltam políticas públicas de integração específicas para essa população.”

Esta análise foi feita a partir do material codificado sobre mercado de trabalho e seus *subcodes* (205 artigos) e dos *codes*⁶ documentação (217 artigos) e educação (105 artigos) quando relacionados ao mercado de trabalho e abrangendo os artigos das três mídias analisadas entre 2010 e 2018 (como discutido no capítulo 1 desta publicação). Os *subcodes* mais recorrentes nos artigos sobre mercado de trabalho foram (com o número de ocorrências entre parênteses): desempregado (82), empregado (74), remunerado (53), informal (51), oportunidades (50), desvio de função (40), formal (37), empresário (31) e capacitação (25).

A leitura do material contido e selecionado pela mídia pode ser feita a partir de diferentes enfoques (como vimos nos capítulos 1 e 2 deste livro), debatidos por nossa equipe de pesquisa ao longo de diversos seminários. Parece-nos, contudo, que uma discussão que busque se aproximar da forma como a mídia influencia a construção das políticas públicas pode ser profícua se partirmos da ideia de dissenso, como apresenta Rancière (1996a; 1996b) em seus textos de filosofia política. Faz-se necessário, portanto, um parêntese teórico para a apresentação dessas ideias, para que possamos prosseguir em nosso exercício.

Jacques Rancière argumenta que o dissenso é o produtor da política, partindo da crítica “do discurso atualmente dominante, que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia”. A tese central apresentada pelo autor é que “a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão”. No seu entendimento, a política “é antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (Rancière, 1996b, p. 367-368). Se juntarmos esse raciocínio à ideia gramsciana de concepção de mundo, podemos propor que a instituição do dissenso se dá no confronto das formas de concepção do mundo. Assim, a anulação do dissenso, ou seja, da possibilidade de se instituir a política nos tempos atuais, se dá com a construção da hegemonia neoliberal, calcada no individualismo por meio dos canais formadores de opinião como a mídia, as faculdades, as igrejas etc.

Debruçamo-nos, aqui, sobre como a inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro aparece nos principais veículos de mídia impressa brasileiros. Veremos, ainda, como, por vezes, lhes é dado o lugar da fala e como em outros momentos suas histórias são incorporadas a uma narrativa mais abrangente de cunho francamente ideológico, buscando construir uma concepção hegemônica sobre a sociedade para além do caso específico.

6. Muitas vezes há sobreposição dessa amostra, mas, como são textos selecionados durante a leitura, não temos como precisar o número exato de artigos utilizados.

Para entendermos isso melhor, podemos comparar a ideia de hegemonia à função da polícia, entendida como polícia por Rancière (1996b, p. 372):

o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição.

Dentro desse registro, a ação contra-hegemônica constituiria o campo da política, que o autor reserva para o

conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo, uma perturbação do sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável (Rancière, 1996b, p. 372).

Assim, é a criação de novas formas de perceber o mundo (por meio da modificação das antigas) que possibilita as ações políticas – operação, por sua vez, constantemente realizada pelos veículos de mídia.

É necessário entendermos como é definida a diferença entre polícia e política na forma aqui utilizada por Rancière (1996b, p. 41):

chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se organizam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de polícia. Sem dúvida essa designação coloca alguns problemas. A palavra polícia evoca comumente o que chamamos de baixa polícia, os golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas.

Nesse sentido, ainda segundo o autor,

a polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz com que tais corpos sejam designados por seu nome para tal e qual tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído.

Sendo que, a seguir, o autor estabelece uma inequívoca distinção, claramente antagônica à primeira.

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. (...) A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (Rancière, 1996a, p. 41).

Polícia e política são, assim, um par complementar e antitético, que se encontra em processos de nomeação de mundo, o que se dá na mídia, em particular nos dias correntes. Assim, cabe-nos avaliar em que momentos a fala sobre os refugiados instaura um dissenso formador da política e quando aparece apenas como reforço do que o autor entende por *polícia*, domesticação dos corpos e adequação às regras vigentes nessa sociedade. A política pressupõe o encontro da lógica de polícia com a lógica igualitária ao explicitar a diferença entre os que têm e os que não têm direitos. Para Rancière (1996a, p. 45), “Nenhuma coisa é então por si política. Mas qualquer coisa pode vir a sê-lo se der ocasião ao encontro das duas lógicas”. Por sua vez, é muito comum que o discurso midiático se aproprie das narrativas para reforçar o *status quo* ou determinada narrativa de mundo, como veremos adiante.

Aqui nos interessa averiguar como, na constituição da narrativa por parte das mídias, aparecem nossos atores (no caso, os refugiados, mas, em alguns casos, também as organizações da sociedade civil que tentam representá-los em suas demandas por vocalização), e se essas narrativas engendram ou não a política como movimento fundador que reconfigure a norma de polícia do Estado por meio da instituição de políticas públicas. É necessário que a sociedade, o conjunto dos cidadãos, enxergue o refugiado como sujeito objetivo e entenda sua subjetivação para que ele se produza, se afirme como um outro – um outro digno de reivindicar direitos e exprimir sua diferença objetiva dentro da sociedade. Sua diferença específica é ser portador de uma demanda de fala diferenciada, que reivindica a igualdade diante dos demais seres humanos que compõem a sociedade. Não por acaso, nesse ponto se confunde a sua situação de trabalhador, negro, mulher e outras especificidades que constituem o espaço de disputa pela condição de cidadania em nossa sociedade. Rancière (1996a, p. 52) nos lembra que

um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições. (...) [Pois] uma subjetivação política é uma capacidade de produzir essas cenas polêmicas, essas cenas paradoxais que revelam as contradições de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências.

Nos tempos contemporâneos, quando “as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016, p. 9), é crescentemente difícil construir um movimento de solidariedade que parta ou se defina a partir da condição de refugiado num país como o Brasil. Mais do que isso, as narrativas sobre a busca de emprego por parte dos refugiados

necessariamente passam pelo pano de fundo mais geral dessa sociedade e suas próprias peculiaridades.

Matérias encontradas nos próprios jornais dão conta de que o Brasil não é a terra prometida para nenhum tipo de imigrante, pois, como lembra a professora Zilda Iokoi, do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da Universidade de São Paulo (USP), “a ideia do Brasil como acolhedor para imigrantes – independentemente do motivo que os tenha levado a imigrar – é falsa. Só se cria uma aura em torno dos imigrantes se eles têm ascensão social”⁷ ou se tornam personagens de uma fábula moral sobre o esforço individual, como a história de uma refugiada da Geórgia soviética que havia acabado de ser admitida em Harvard (box 1).

No início da década de 2010, o mercado de trabalho brasileiro ficou marcado por uma situação de resiliência à crise internacional, atraindo migrantes e refugiados em busca de emprego. Não há, no entanto, nenhum tipo de política pública de estímulo à incorporação dos refugiados ao mercado de trabalho que vá além do acesso à carteira de trabalho.⁸

A partir de 2015, a crise pressionou o mercado, e migrantes começaram a desistir do país. Essa, porém, não tende a ser a realidade dos refugiados, que não têm a opção do retorno e ainda conviveram com a alta do dólar e o aumento da dificuldade para remeter dinheiro para seus familiares.

Num dos raros esforços de quantificação sobre a situação de refugiados, o jornal *O Estado de S.Paulo* destaca que o “levantamento da Cáritas-Rio de Janeiro, que atende a 6.547 estrangeiros entre refugiados e solicitantes de refúgio, aponta que 70% dos 5.107 homens estão empregados, enquanto o índice entre as 1.440 mulheres é de 50%”.⁹ Essa informação deixa patente que a taxa de desemprego entre refugiados e solicitantes de refúgio é bem superior à média de 7,6% para o estado do Rio de Janeiro e a nacional, de 8,5%, registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015.

7. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1692699-instituicoes-qualificam-imigrante-para-mercado-mas-faltam-vagas.shtml>>.

8. O acesso ao registro formal, com carteira de trabalho, por parte dos refugiados é um aspecto da legislação brasileira que costuma ser elogiado por agências como o ACNUR, pois a regra mais geral é que refugiados sejam tratados como outros imigrantes ilegais e só tenham acesso ao trabalho em situações sem nenhum tipo de proteção. Cabe o registro, contudo, de que isso apenas iguala o refugiado ao trabalhador nacional em termos formais.

9. Disponível em: <<http://twixar.me/6JpT>>.

BOX 1

Relato de uma refugiada da Geórgia: da favela a Harvard

RESUMO – A refugiada georgiana Mariam Topeshashvili, 18, veio para o Brasil aos 4 para morar em uma favela no Rio. Seus pais, que tinham empregos qualificados na Geórgia, passaram a trabalhar como vendedor ambulante e empregada doméstica. Após a morte do pai, a estudante se envolveu com trabalho voluntário no ensino médio, além de aprender a falar cinco línguas. Hoje ela estuda com bolsa integral em Harvard.

Depoimento a Natália Portinari:

Nasci na Geórgia em 1996. Depois da queda da União Soviética [em 1991], o país acabou. Meu pai tinha um passado comunista e começou a ser perseguido. Nós entramos no Brasil como refugiados quando eu tinha 4 anos, depois de meu pai pedir asilo político para a ONU [Organização das Nações Unidas].

O diploma do meu pai em ciência política era expedido pela URSS, que não existia mais, e não foi aceito no Brasil. Minha mãe, que trabalhou por 35 anos com enfermagem, também não conseguiu continuar exercendo a profissão.

Por isso, a gente se mudou para Tabajaras, uma comunidade carente em Copacabana. Lá, meu pai virou ambulante, vendendo bebidas na praia. Minha mãe conseguiu emprego como empregada doméstica, cuidando das crianças de uma família judia.

A parte boa da minha infância é que eu sempre ia com o meu pai à praia e, quando ele não estava trabalhando, ele me contava as histórias dele e do Partido Comunista. Comecei a me apaixonar pela leitura por causa dele.

Ele vivia me dizendo como lá era diferente de uma sociedade capitalista, comparando com o que estávamos vivendo. Explicava que não era melhor ter ficado em casa, porque lá a gente não sabia se ia ter pão para o dia seguinte.

Quando eu tinha 11 anos, meu pai morreu de câncer de pulmão. Minha mãe ficou deprimida, e eu não sabia o que fazer. Foi quando me perguntei o que estava fazendo no Brasil. Eu vi o quanto foi desgastante para meu pai subir o morro todos os dias com aquela caixa enorme de bebidas.

Pensei que, se eles tinham passado por tudo isso, foi para me dar um futuro melhor, então quis dar orgulho para minha mãe e fazer valer a vida do meu pai.

Ainda no ensino fundamental, comecei a me envolver com trabalho voluntário, dando monitoria de matemática e química. Durante o ensino médio, estagiei na Petrobras, fazendo pesquisa, e trabalhei na PUC [Pontifícia Universidade Católica], na área de filosofia do direito.

Completei meus estudos de inglês cedo, com uma bolsa em uma escola de línguas. Foi então que comecei a pensar em ir estudar fora do país. Hoje, falo cinco idiomas: georgiano, que a gente falava em casa, português, inglês, francês e russo.

Além disso, participei também de olimpíadas científicas e fiz parte de um projeto na Finlândia, um acampamento de verão para jovens envolvidos com ciência. Apesar de gostar de economia e política, nunca quis abandonar as ciências exatas.

No primeiro ano, descobri que podia estudar nos Estados Unidos independentemente da minha condição financeira. Minha mãe estava com dificuldade de manter nós duas; eu poderia tentar uma bolsa numa universidade americana.

Passei em um programa da Education USA, que acompanha o processo seletivo para ir para fora e banca todas as provas. Meu objetivo era ter o melhor rendimento acadêmico possível, mas continuei com o trabalho voluntário. Durante a escola, fiz parte de um projeto de leituras para deficientes visuais.

Passei em sete das onze universidades a que eu me candidatei e decidi vir para Harvard, onde consegui uma bolsa integral. Meu objetivo aqui é tirar um duplo diploma, em ciência política e economia.

Querida centralizar minha pesquisa na Guerra Fria, e eles têm a maior biblioteca de arquivos secretos do bloco soviético e americano aqui. Realmente é uma coisa que me interessa, porque desde criança estou envolvida nesse assunto, que permeia tudo que aconteceu comigo e com o meu pai.

O que eu queria entender, e que me intriga, é como decisões tomadas há mais de cinquenta anos podem ainda influenciar a vida de alguém. Se você for pensar, a vida do meu pai e a minha só foram assim por causa de decisões que foram tomadas depois da Segunda Guerra [1939-1945].

É isso que eu queria responder na minha pesquisa em ciência política.

Fonte: *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://twixar.me/yJpT>>.

O ponto de partida óbvio para qualquer indivíduo que migre para um novo país é a busca de condições de sobrevivência. Nesse sentido, são raras as situações relatadas nos artigos que serviram de base a este estudo nas quais o refugiado tenha vindo para o Brasil com algum tipo de emprego minimamente apalavrado com alguém – normalmente um imigrante ou outro refugiado que havia chegado ao Brasil em momento anterior. A tônica das matérias dá conta da busca do refúgio e do emprego como prioridade dos indivíduos entrevistados.

Eletricistas, encanadores, pedreiros, pintores, professores, químicos, aeroviários, cozinheiros (muitos cozinheiros e cozinheiras de ofício, outros tantos transformados por força das circunstâncias), recepcionistas, arquitetos – a lista de profissões arrolada pelos refugiados é extensa e diversa. É comum a todas as nacionalidades a dificuldade de obter colocação por conta da falta de domínio da língua portuguesa e da necessidade da carteira de trabalho, cuja obtenção nem sempre é imediata. Para aqueles com ensino superior, ainda há a dificuldade extra de buscar ter seu diploma reconhecido pelas universidades brasileiras.

Também é diferente a forma de assimilação dos trabalhadores de acordo com sua origem nacional. Por exemplo, os sírios contam com a rede de solidariedade da colônia existente no país. Assim, não apenas recebem abrigos em mesquitas como também, segundo texto publicado pela *Folha de S.Paulo*, “outros 120 estão em casas de membros da comunidade, que também forneceram alimentos e empregos a alguns deles”.¹⁰

Neste capítulo, o nosso olhar é centrado na forma como aparecem retratados os esforços dos refugiados em sua faina, às vezes diária, em busca de um trabalho que lhes permita obter seu sustento, de suas famílias e não raro remeter algum dinheiro¹¹ para as famílias deixadas nos países de origem. Nas próximas seções, entremearmos a descrição com excertos dos jornais, buscando dar voz aos próprios atores. Os temas tratados adiante serão: *i*) as relações formais e informais de trabalho; *ii*) escravidão e situações análogas; *iii*) as inserções bem-sucedidas; *iv*) as dificuldades no reconhecimento de diplomas e a necessidade de capacitação; e *v*) o esforço individual e o empreendedorismo. Por fim, apresentaremos algumas reflexões finais sobre o material aqui coletado a partir da matriz exposta nas páginas anteriores.

2 AFINAL, TEMOS UMA REGRA?

O primeiro elemento que chama atenção numa leitura das matérias é um profundo desconhecimento sobre regras para contratação de estrangeiros. Fundamentalmente, a regra que se aplica é a mesma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não é raro encontrarmos perplexidade por parte dos empregadores: “Antes, achava que era só passar no pátio da igreja e convidá-los para trabalhar – disse o empresário João Gondim, que tem um *buffet*” (Fagundez e Gavras, 2014).

Mesmo quando existe boa vontade por parte dos empregadores, a informação que nos chega pelos jornais é que “muitos empresários ignoram as diferenças entre

10. Disponível em: <<http://twixar.me/CJpT>>.

11. “Em média, cada imigrante haitiano e boliviano manda mensalmente de US\$ 200 a US\$ 300 – de R\$ 620 a R\$ 940 [ao câmbio então vigente]. A maioria deles trabalha informalmente no comércio vendendo capas e acessórios de celular. Outros conseguem trabalhar em empresas terceirizadas de limpeza”, diz Renata Faria. Quem trabalha informalmente, nota a gerente, chega a fazer mais de uma remessa por mês, à medida que consegue acumular reais. Algumas vezes, são pequenas operações de US\$ 50.” Disponível em: <<http://twixar.me/KypT>>.

refugiados e solicitantes de refúgio, que podem ter a condição de refugiado negada e ser levados a deixar o país. Além disso, sabem pouco do que é preciso para tornar funcionário um imigrante” (Fagundez e Gavras, 2014).

Em muitos casos os empregadores agem de má-fé e se recusam a pagar direitos e registrar os trabalhadores, mesmo quando eles já são portadores de carteiras de trabalho. Em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, um congolês, solicitante de refúgio por perseguição política e que criou uma organização não governamental (ONG) para ajudar outros imigrantes, disse: “Trabalhava com outros imigrantes, não conhecíamos as leis. Depois de três meses, precisamos ligar para um advogado para que assinassem nossas carteiras”.¹²

O interesse sempre patente é o de contratar mão de obra fragilizada por sua situação de “estrangeiro em fuga e sem opções” subjacente à ideia de refugiado. Nesse sentido, segundo Fagundez e Gavras (2014),

os empregadores são atraídos por uma mão de obra conhecida pelo comprometimento ao trabalho. No entanto, muitos desconhecem o processo de contratação de haitianos e africanos – grupos que se destacam na recente onda de imigração. Dúvidas dos estrangeiros e dificuldades de comunicação agravam esse cenário.

Para surpresa de alguns, muitos refugiados demonstram ser tão ciosos de seus direitos quanto são de seus deveres.

Os imigrantes, por sua vez, desconhecem os detalhes da legislação trabalhista. Fernandes, que diz ter estudado a migração haitiana ao Brasil, conta que eles são, por cultura, contestadores e minuciosos com o contrato. Não são raros os casos de africanos e haitianos que deixam o trabalho por perceber que o salário prometido não estava no contracheque. Eles são unidos e vigiam as condições de trabalho de compatriotas (...) (Fagundez e Gavras, 2014).

A remuneração abaixo da média do mercado de trabalho é outro tema recorrente. E os refugiados mostram plena consciência dessa situação, como atestam Fagundez e Grava (2014).

“Existe a ideia de que podemos ganhar menos. Mas o custo de vida é alto. Não podemos escolher, porque sabem que estamos desesperados”, disse o congolês Nuhu Mohammed, 37, mecânico que está desde julho no país. Os imigrantes ao redor concordaram. Dizem que os brasileiros são bem-intencionados, mas criticaram os salários oferecidos. Os valores ficam entre R\$ 900 e R\$ 1.500. (...) Entretanto, é comum que as vagas tenham remuneração abaixo da média. Os dois lados reconhecem que a dificuldade de validar certificados estrangeiros no Brasil é um obstáculo.

A falta de documentos empurra grande parte dos refugiados para o chamado mercado informal, que nada mais é que um eufemismo para as formas de trabalho à margem do registro legal, englobando tanto o trabalho por conta própria e as contratações

12. Disponível em: <<http://twixar.me/LypT>>.

sem carteira quanto as propriamente ilegais. Não há diferença de tratamento com outros pobres e necessitados. As mazelas são as mesmas de ser pobre e negro no Brasil, com o acréscimo da condição nem sempre completamente compreendida de refugiado.

As queixas incluem recusa da abertura de conta em bancos, dificuldade de obtenção de diploma de ensino médio e rejeição por empregadores após a descoberta da condição de refugiado. “Vi que ser preto da África e ainda refugiado pode ser um obstáculo”, diz um congolês que não quis ter o nome divulgado por temer represálias.¹³

Também o preconceito de raça, credo e orientação sexual permeia a integração desses imigrantes e não apenas no mercado de trabalho.

O problema não é ser estrangeiro. É porque sou preto, pobre, moro em favela. No Congo eu tinha o que comer, o que vestir. Era um garoto de classe média. Agora vivo assim [pontuava então um garoto de 15 anos] (*O Globo*, 2010, p. 21).

O apoio necessário para a obtenção de condições de empregabilidade coloca os refugiados na vala comum dos nacionais: “a falta de vagas em creches públicas – problema que também acomete as brasileiras – é outro fator que complica o ingresso das estrangeiras no mercado de trabalho”.¹⁴

3 ESCRAVIDÃO E SITUAÇÕES ANÁLOGAS

Se muitos forcejam pela assimilação no mercado formal de trabalho e sobrevivem por anos na informalidade, outros acabam envolvidos em situações desumanas – e não estamos apenas diante de situações em que se configura a escravidão aberta.

A descrição de várias situações nos dá conta da “caridade” de se arrumar, por exemplo, um trabalho doméstico para uma refugiada haitiana que “trabalhou por dois meses como doméstica sem nada receber, dormindo em colchão na cozinha. Quando reclamou com gestos, o patrão a expulsou, dando R\$ 2,25 para o ônibus”.¹⁵ A situação registrada em Manaus é uma entre diversas em que obviamente se constata situação análoga à escravidão. A atuação de organizações da sociedade, em especial as vinculadas à Igreja católica, é estratégica para evitar situações desse tipo.

O Ministério do Trabalho e Emprego acionou a Polícia Rodoviária Federal para tentar rastrear um ônibus que chegou, no começo da tarde de ontem, à sede da Pastoral do Migrante, no Glicério, centro de São Paulo, e levou cerca de vinte haitianos que estavam abrigados ali. Como os imigrantes não têm carteira de trabalho, o temor é que eles sejam submetidos a empregos em situação irregular ou equivalente à escravidão.¹⁶

13. Disponível em: <<http://twixar.me/jypT>>.

14. Disponível em: <<http://twixar.me/6JpT>>.

15. Disponível em: <<http://twixar.me/KzpT>>.

16. Disponível em: <<http://twixar.me/DzpT>>.

Em outros casos vemos retratados os percalços reais de quem se vê tragado pelo tráfico internacional de pessoas, como relatado na história da colombiana Dina Vensa, que mesmo já se encontrando no Brasil e documentada viveu a seguinte história relatada a seguir.

Em fevereiro, com a promessa de que receberia € 1 mil num emprego na Guiana Francesa, viajou com as despesas pagas pelo suposto empregador. Segundo Dina, ela foi escravizada numa casa de prostituição. Com a ajuda de uma comerciante que conheceu no Oiapoque, antes de atravessar para a Guiana, fugiu do cativo sete dias depois e voltou a São Paulo. “Fiquei cinco dias escondida na fronteira. Meu corpo guarda as marcas que essa tragédia me deixou”, diz.¹⁷

A inserção numa sociedade que ainda não se dissociou de seu passado colonial escravista acaba por gerar desafios e necessitar que os envolvidos expressem sua indignação para que se construa uma nova medida para essas relações.

Antes de vir para o Rio, mesmo sem entender uma única palavra em português, Joseph aprendeu na prática a expressão “comprar gato por lebre”. Contratado por uma empreiteira do Rio Grande do Sul, após dois meses vivendo no galpão dos imigrantes, no Acre, ele não aguentou o trabalho puxado. “Eles disseram para nós uma coisa, fizeram outra e nos tratavam como escravos. Eu não estava indo para lá para morrer, mas para trabalhar e poder garantir uma vida digna para minha família. Não posso aceitar ser tratado como bicho aqui. Acho que, por nos submetermos a morar em outro país, distante das nossas famílias e com um objetivo bem determinado, as pessoas deviam nos valorizar, em vez de fazer diminuir a nossa autoestima”, opina ele que, atualmente, trabalha na construção de uma casa no Méier.¹⁸

O esquema das fábricas que exploram mão de obra boliviana (e que não raro têm por donos bolivianos radicados na cidade há mais tempo) de forma assemelhada à escravidão em São Paulo e que vem sendo acompanhado e fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) já há décadas passou a mirar os venezuelanos.

Foram contratados por um boliviano que se ofereceu para pagar a passagem de avião entre Boa Vista e a capital paulista. Os empregadores prometeram pagar R\$ 900 mensais a Stefany e R\$ 700 ao marido por 12 horas diárias de trabalho, “com alguns pequenos descontos” pela moradia e pela comida que seriam oferecidas à família.¹⁹

17. Disponível em: <<http://twixar.me/hzpT>>.

18. Disponível em: <<http://twixar.me/bzpT>>.

19. Disponível em: <<http://twixar.me/jzpT>>.

4 AS INSERÇÕES VIRTUOSAS

4.1 Absorção pela indústria do abate halal e outras granjas

Diversas matérias dão conta da obtenção de empregos por parte de refugiados em frigoríficos especializados no abate de aves para o mercado do Oriente Médio, para o qual há regras estritas e demanda que a mão de obra seja da religião muçulmana.

Norteados pelo abate halal, esse novo fluxo migratório deu ares cosmopolitas a cidades de vocação rural. A degola de frangos exportados para países islâmicos só pode ser feita por muçulmanos, e empresas especializadas os recrutam ainda em São Paulo ou Brasília, por onde eles costumam entrar no país. O salário médio é de R\$ 1.100 por mês. A maioria trabalha para mandar dinheiro para os parentes no país de origem, mas a alta do dólar reduziu as remessas ao mínimo. Quase todos vivem em casas ou alojamentos cedidos pelas empresas contratantes.²⁰

A experiência com mão de obra estrangeira, contudo, faz com que essas empresas busquem empregados também para o abate normal.

Seus documentos estavam prontos e ele havia conseguido emprego e, talvez, uma nova vida, no Paraná [informação completada nas páginas internas da mesma edição do jornal]. Já era noite quando Jonathan Philisten recebeu uma boa notícia. Sua jornada de imigrante não documentado, morador do abrigo de refugiados, seria trocada por uma viagem de cerca de 4 mil quilômetros até a região de Maringá, no Paraná, para trabalhar em uma granja de frangos.²¹

Em outras matérias analisadas os relatos selecionados pela mídia²² repetem a regra de referência a frigoríficos no interior do Paraná empregando haitianos e muçulmanos de diversas nacionalidades (não necessariamente refugiados): “Laguerre, Dort e Saintilus chegaram ao Brasil há menos de oito meses. Laguerre é casado e trabalha na construção civil, enquanto os outros dois são colegas em um frigorífico da cidade paranaense [Cascavel]”.²³

Em Francisco Beltrão, [cidade] de 85 mil habitantes, a mesquita foi inaugurada em março de 2014. A comunidade islâmica é formada por oitenta pessoas, a maioria empregada no frigorífico da Sadia, caso de Mohammad. São oriundos ainda de Bangladesh, Paquistão, Marrocos e Somália. Também há alguns árabes e brasileiros convertidos ao islã. Também no sudoeste do estado, a cidade de Dois Vizinhos [também Sadia] tem uma comunidade de 150 pessoas vindas da Síria, Iraque,

20. Disponível em: <<http://twixar.me/YzpT>>.

21. Informações adicionais disponíveis em: <<http://twixar.me/T5pT>>.

22. Não podemos esquecer que são relatos midiáticos, isto é, que fazem parte de matérias e notícias que são produzidas nas lógicas midiáticas. Assim, mais do que relatos em si, eles são parte da narrativa midiática dos refugiados, e essa narrativa tem falas dos sujeitos “tipo relatos”.

23. Disponível em: <<http://twixar.me/L5pT>>.

Jordânia, Líbano, Guiné-Bissau, Senegal, Angola, Sudão, Moçambique, Paquistão, Afeganistão e territórios palestinos e da Caxemira.²⁴

Como contraponto, o abate halal é usado como desculpa para a imigração ilegal de muçulmanos, como a que segue, reportada pelo jornal *O Globo*.

Ao contrário dos haitianos, que estão recebendo vistos humanitários, o governo age com rigor contra o tráfico de muçulmanos. Nos últimos dias, cerca de cem deles, entre paquistaneses, indonésios e afegãos, foram deportados. Luiz Paulo Barreto disse que, para tentar burlar a polícia de fronteira, eles alegaram que pretendiam trabalhar com o abate halal, obrigação imposta a frigoríficos brasileiros que exportam carne para países árabes. “Os frigoríficos, de fato, chegaram a contratar trabalhadores especializados no abate halal, mas não os grupos que chegaram recentemente. Eles queriam apenas um pretexto para entrar”, disse Barreto, que é representante do Ministério da Justiça no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).²⁵

Além disso, não foram encontrados registros do que ocorreu depois com esses trabalhadores nem se e/ou em que condições foram efetivamente assimilados ao mercado de trabalho brasileiro.

4.2 A cozinha, a culinária

A cozinha e a culinária acabam por ser o refúgio seguro de muitos. Restaurantes sírios (vários em São Paulo, outros tantos no Rio de Janeiro), palestinos, africanos (Marrocos, Congo), colombianos e produção doméstica para distribuição no comércio são as atividades mais comuns entre as relatadas ao longo de muitas das matérias dos jornais analisados (*O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*).

A partir do próximo domingo (10) será possível encontrar entre as opções da plataforma de entrega UberEATS dez novos restaurantes. E o que essa comida tem de mais especial é quem está por trás das panelas: são dez imigrantes, na sua maioria refugiados. Eles foram capacitados pelo projeto Raízes da Cozinha, do Migrafix, ONG voltada a refugiados. Durante pouco mais de três meses, os estrangeiros participaram de aulas de cozinha, gestão e *marketing* digital e no final foram selecionados para abrir suas contas no aplicativo.²⁶

Também numa matéria sobre restaurantes, temos os registros mais críticos sobre a condição de refugiados no Brasil. O restaurante palestino Al Janiah tornou-se centro de debate político e cultural na cidade de São Paulo, empregando atualmente 35 refugiados entre sírios, palestinos e outras nacionalidades do Oriente Médio.

O “direito de retorno” dos refugiados e de seus descendentes ao território da Cisjordânia e à Faixa de Gaza é um dos temas que perpassam várias mesas. O retorno

24. Disponível em: <<http://twixar.me/Z5pT>>.

25. Disponível em: <<http://abre.ai/aGOp>>.

26. Disponível em: <<http://abre.ai/aGOO>>.

dos refugiados encontra resistência do governo israelense e de outros países (que alegam que o “retorno” desequilibraria a relação de forças na região). Além disso, os direitos políticos dos refugiados dentro do Brasil também são debatidos por lá. “Lutamos por igualdade. Se o refugiado mora aqui, ele tem que ter o direito de se manifestar politicamente”, diz [Hasan] Zarif [dono do restaurante].²⁷

Quando do fechamento deste texto, ocorreu um atentado terrorista contra o restaurante que ao longo dos anos se tornou abrigo não apenas de refugiados, mas também de outras minorias raciais e de opção sexual.²⁸

4.3 A vantagem e a desvantagem das línguas

A busca por refugiados como trabalhadores bilíngues esbarra na falta de domínio da língua portuguesa. Haitianos e congoleses dominam o francês, não raro o inglês, além do *creole* – no caso dos haitianos –, mas geralmente não falam o português. As exceções acabam por virar professores de língua para os próprios refugiados ou participando de escolas de línguas criadas por ONGs que se dedicam a apoiar refugiados, como o Instituto de Reintegração do Refugiado (AduS).

São raros os casos como o relatado no jornal *O Globo* de 1º de setembro de 2013,²⁹ sobre a congolesa Ornela Mbenga Sebo, que acabou por se empregar como recepcionista no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

5 A BUSCA PELO RECONHECIMENTO: LÍNGUA, DIPLOMAS, REGISTROS, CAPACITAÇÃO

O relato das histórias nos traz situações distintas entre os refugiados. De um lado, analfabetos necessitados de instrução básica e capacitação; do outro lado, pessoal formado, com dificuldades para obter o reconhecimento do diploma e uma colocação profissional de acordo com sua formação. A matéria da *Folha de S.Paulo*, apresentada a seguir, explicita esse contraste.

Entre os haitianos despejados, em meio a dezenas de analfabetos, Elysee Augustin, 37, e Jean Denis Alaime, 29, aparecem como exceções. Falam inglês, francês, espanhol, português e *creole*, a língua nativa, e atuaram como intérpretes nas entrevistas da Folha com os colegas. Augustin é formado em sociologia e iniciou um mestrado em antropologia na República Dominicana, enquanto Alaime fez faculdade de engenharia industrial, também no país vizinho ao Haiti. (...) Há dez meses em São Paulo, ajuda os recém-chegados, iniciando-os no português e dando orientações sobre como regularizar a documentação e procurar trabalho. Ele disse que até já conseguiu um emprego, mas desistiu. “No Haiti, eu era sociólogo, mas aqui o máximo que consegui

27. Disponível em: <<http://abre.ai/aGO3>>.

28. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPd>>.

29. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPa>>.

foi ser gerente do McDonald's”, disse. Alaine também reclama. No Haiti era professor de línguas, mas no Brasil só conseguiu trabalhar como auxiliar numa empresa.³⁰

A dificuldade para obter o reconhecimento de diploma não é nova. Embora prevista em lei,³¹ falta uma regulamentação que dê agilidade a esses processos, que são função das universidades públicas federais e que, como regra, estabelecem procedimentos burocráticos que dificultam sobretudo a regularização do diploma, mesmo para os estrangeiros que tenham toda a documentação e sejam capazes de apresentar os comprovantes requeridos. As matérias dos jornais se limitam, entretanto, a constatar a existência do problema, sem propor soluções ou sugerir alternativas. Assim, estamos diante de um caso em que, claramente, a mídia não se compromete com a necessidade de instauração do dissenso. Mesmo a voz dada à Cáritas, no papel de porta-voz dos refugiados, é a de um discurso de situação, um caso de polícia, não de instauração de uma política.

Uma grande dificuldade para a recolocação de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho é a validação do diploma, no Brasil, de um curso universitário concluído em outro país. A Cáritas estima que 25% dos refugiados têm curso superior completo. Como não há uma legislação específica sobre o tema, as universidades públicas brasileiras responsáveis pela validação estabelecem suas próprias regras, em um processo que pode levar até dois anos e custar R\$ 2 mil.³²

Na ausência de diploma e registro profissional, os trabalhadores qualificados acabam por viver situações de “desvio de função”, aproveitando quando possível seu conhecimento numa área para obter um emprego em área correlata e em posições inferiores, como podemos ver nos excertos seguintes.

Nour é formado em *design* de moda – desenhava vestidos de noiva na Síria. Aqui, trabalha como vendedor de roupas. O caso é parecido com o de Ahmad Almazloum, formado em engenharia biomédica e com mestrado em inteligência artificial, hoje trabalhando como estoquista de uma fábrica no Brás.³³

Alguns entre os mais qualificados acabam por assumir funções nas próprias entidades que fazem o atendimento, como facilitadores e tradutores. Muitas vezes o emprego surge na forma de professor ou no atendimento a outros estrangeiros.

A tradutora congoleza Mireille Mulanga, de 37 anos, conhece os dois lados da adaptação de uma refugiada. Chegou ao Brasil em setembro de 2014 e, apesar de saber seis idiomas, não falava uma palavra de português. (...) Formada em relações internacionais em seu país natal, ela agora trabalha como tradutora na Cáritas do Rio

30. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPg>>.

31. A Lei nº 9.474/1997 prevê em seu art. 44 que “o reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados” (Brasil, 1997). Não há, contudo, regulamentação dessa lei, e cada instituição de ensino aplica sua própria regra.

32. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPi>>.

33. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPK>>.

de Janeiro e continua acompanhando o difícil processo de adaptação das mulheres que chegam ao Brasil. (...) “Fui a muitas empresas, mas ninguém me dava essa oportunidade. Eu sofri, porque em várias empresas diziam: ‘Você não fala português’. É justamente a barreira do idioma que dificulta a entrada da mulher refugiada no setor de serviços, que teria maior capacidade de empregá-las.”³⁴

Ou:

Desde que chegou a São Paulo há quatro anos, o refugiado da República Democrática do Congo Alphonse Nyembo passou por dificuldades. No início, para ganhar a vida, tentava vender celulares e *videogames* usados. Atualmente desempregado, no último ano tem sobrevivido com uma renda de R\$ 1 mil que recebe das aulas de inglês ministradas na ONG Abraço Cultural. Formado em mecatrônica, ele acredita que agora tem a oportunidade de realizar seu maior sonho e conseguir uma vaga como mecânico industrial.³⁵

A situação de emprego precário e a alta rotatividade são as mesmas em todas as profissões.

Formada em sociologia e antropologia e com pós-graduação em *marketing*, a camaronesa Nyukang Mirabel Bejacha, 33, acompanhou o avanço da crise nos doze meses em que passou a viver no Brasil. Na primeira entrevista que deu à Folha, em outubro de 2014, estava na fila para uma entrevista de emprego. Naquele dia, havia dezenas de empregadores interessados na mão de obra estrangeira, e Mirabel foi trabalhar em um *buffet* em Santo André, na Grande São Paulo. Pegou suas malas e foi morar no restaurante. Demitiu-se dois meses depois porque o pagamento era menor do que o combinado. Desde então, foi vendedora de comida na rua, doméstica e hoje faz bicos no salão de beleza de uma africana. (...) Mesmo decepcionada, espera que a recessão seja passageira. “Tenho esperança. Todo país tem um período de crise, muitos estão passando por isso.”³⁶

A própria chamada da matéria mostra a demora que os conselhos profissionais tendem a impor àqueles que buscam a autorização para exercer suas profissões. Apenas em 2017 ocorreu o caso de um refugiado obter o primeiro registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do Rio de Janeiro como arquiteto.

O sírio Mohamed Najjar acaba de receber, do Crea, o primeiro registro profissional para um refugiado atuar como arquiteto no Brasil. Mohamed, que fez mestrado em Londres, fugiu do seu país quando uma bomba explodiu a cem metros de seu escritório e veio para o Rio, onde mora com a mulher e três filhos, um deles nascido aqui.³⁷

34. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPA>>.

35. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPi>>.

36. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPI>>.

37. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPS>>.

Se de um lado há uma enorme dificuldade para obter o reconhecimento dos diplomas, às vezes de pós-graduação, de outro também há uma massa de trabalhadores sem nenhuma qualificação entre os refugiados atendidos pelas diversas instituições retratadas. Em muitos programas, os refugiados participam ombro a ombro com outros necessitados do próprio país.

A mais nova iniciativa filantrópica do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) tem como meta a capacitação profissional e a captação de vagas no mercado de trabalho para pessoas em situação de rua. De início, oferecerá oficinas de capacitação para 250 moradores de rua, pré-selecionados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Na assinatura do acordo, firmado no final de agosto, um dos depoimentos mais emocionantes veio de Heliano Ferreira, refugiado guianense, que, antes de conseguir emprego como leiturista da AES Eletropaulo, foi acolhido pelo Arsenal da Esperança, instituição parceira do CIEE que acolhe diariamente 1,2 mil homens moradores de rua, na capital paulista.

A constatação é que programas e políticas públicas, e mesmo parte das ações caritativas, são elaboradas para o atendimento das populações necessitadas, nas quais são eventualmente incluídos os refugiados e demais estrangeiros, sendo a exceção os cursos de língua portuguesa.

O CIEE também ministra cursos de língua portuguesa a refugiados estrangeiros, para familiarizá-los com a cultura brasileira e ampliar suas possibilidades de atuação profissional, em parcerias firmadas com a Missão Paz e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo (*O Estado de S.Paulo*, 22/10/2014).

Não por acaso, as ONGs e organizações religiosas que recebem os refugiados se planejam para dar a formação mínima na língua portuguesa,³⁸ e ONGs se juntam ao Estado para viabilizar formações que gerem um mínimo de empregabilidade, como descrito na edição de 5 de dezembro de 2015 do jornal *O Globo*, que dá conta de um curso de formação em culinária.

A busca por vagas na universidade, seja para novos cursos, seja para completar os que já vinham sendo feitos, também deixa patente a falta de uma política pública para esse segmento da população.

Seu maior drama são os estudos. Aluno de engenharia na Universidade de Damasco, ele perdeu todos os documentos após atentados ao prédio. Em Niterói, encontra dificuldades para retomar o curso ou escolher outra carreira. O alto custo das universidades particulares e a falta de uma política especial na Universidade Federal Fluminense (UFF) impedem o jovem de realizar seu sonho.³⁹

38. Por exemplo, a Caritas/Rio de Janeiro, como descrito em *O Globo*, de 5 de agosto de 2015, ou o Adus, como mencionado numa edição de *O Globo* de 2013.

39. Disponível em: <<http://twixar.me/fVpT>>.

6 ELOGIO AO ESFORÇO INDIVIDUAL E AO EMPREENDEDORISMO

Um elemento muito comum nas matérias é a escolha de pequenos casos exemplares em que um indivíduo mais abnegado é apresentado como exemplo a ser seguido.

Lovensky Barthelemy, haitiano de 36 anos que trabalhava como mecânico e motorista no país natal e que estava em São Paulo há oito meses (em junho de 2011). “Não tinha jeito de continuar lá. O Brasil e São Paulo são o caminho para reconstruir a minha vida”, diz. Ele agora atua como ajudante em uma obra próxima da Paulista, mas tem a expectativa de ser promovido a encanador.⁴⁰

As notas, invariavelmente otimistas, dão conta de um futuro melhor como recompensa do esforço individual, e ao mesmo tempo culpabilizam as vítimas da situação que não conseguem “dar certo” por “falta de esforço”.

O palestino Mazen Zwawe, de 29 anos, envia todos os meses US\$ 100 aos pais, que moram na Síria. Foi também com US\$ 100 no bolso que ele chegou ao Brasil, há quase quatro anos, como refugiado. “A minha família é palestina, mas meus avós se mudaram para a Síria, porque era mais seguro na época. Lá, trabalhei em hotéis e tive um restaurante por três anos, até ser bombardeado.” Quando veio para o Brasil, ele juntou o que ganhou vendendo água mineral em semáforos em São Paulo para montar uma barraca de comida árabe. “No começo, foi bem difícil. Não tinha nenhum conhecido e tive de começar do zero. A vontade de fazer a minha vida aqui dar certo era tanta que aprendi português sozinho. Logo depois, veio a crise, mas não me arrependo de ter vindo.” O dinheiro que ele envia para a família na Síria é uma parte do que sobra das vendas do estande que montou este ano, com um galpão gastronômico na Vila Madalena. Ele também faz pratos sob encomenda, para festas, e planeja abrir um restaurante em São Paulo, para poder trazer os pais para o Brasil. “O Brasil era minha chance de recomeçar. E da minha família também. O dinheiro que eu mando para os meus pais é pouco, mas ajuda a sobreviver.”⁴¹

Além do elogio ao empreendedorismo, as críticas contra a burocracia e outros entraves para os negócios no país também aparecem nas matérias.

A maioria dos sírios que está em Guarulhos é de classe média. No entanto, muitos deles gastaram toda a sua poupança para chegar ao Brasil. Entre eles, estão médicos, advogados, universitários e empresários, como Hasan Balaa, 53, que tinha uma agência de turismo em Damasco. Com o início do conflito, a demanda pelos serviços diminuiu, e ele teve suas quatro vans roubadas pelos rebeldes e por milícias leais ao regime, conhecidas como *shabbiha*. Em março de 2012, ele e a mulher decidiram ir ao Egito. No ano passado, voltou à Síria e encontrou destruída uma fazenda de oliveiras que tinha perto de Damasco. Ele foi impedido de voltar ao Cairo e, então, tentou duas vezes entrar na Europa em embarcações improvisadas. As tentativas – para as quais pagou US\$ 4.580 (R\$ 10.160) a coiotes – fracassaram. Por fim, ele pediu visto

40. Disponível em: <<http://twixar.me/1VpT>>.

41. Disponível em: <<http://twixar.me/mVpT>>.

ao Brasil. O empresário diz que quer ter um negócio no país. No entanto, reclama de um novo inimigo: a burocracia.⁴²

Em outro exemplo, a refugiada Baraa Abalehameal, de 32 anos, é usada como exemplo de “empreendedor social de futuro”.

Sou palestina, formada em literatura inglesa, divorciada e tenho uma filha de 8 anos. Vim do Egito há um ano e meio, para onde fui após a guerra civil na Síria. Em 2012, depois que o conflito começou, a empresa onde eu trabalhava fechou. Pouco tempo depois, meu apartamento foi destruído por uma bomba. Saí de casa só duas horas antes. Não pudemos ficar no Egito, passamos por vários consulados até conseguir vir para o Brasil. Precisamos estabilizar a vida novamente. Tenho sorte de trabalhar na 4You2. Aqui, quero dar informação sobre o mundo e ensinar os meninos a falar inglês. Um dia, eles vão usar isso, porque aprender mais de uma língua é preciso em um mundo globalizado (*Folha de S.Paulo*, 19/11/2015).

7 REFLEXÕES FINAIS

Vimos, ao longo dos diferentes tópicos que compõem esse caleidoscópico que constitui a inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro, que a principal característica da cobertura dada pela imprensa é deixar patente, e em muitos casos reforçar, que, como regra, não há diferenciação substantiva no tratamento dado aos refugiados recebidos no Brasil frente à forma como a mão de obra local é tratada. Não se vê diferença entre o discurso sobre os refugiados nos anos da década de 2010 daquele com que foram tratados os nordestinos na arribação para o Sul maravilha, processada no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

O que se vê é um discurso que iguala por baixo indivíduos que, para além de se constituírem em novos retirantes, têm desafios diferentes dos enfrentados pelos migrantes dentro do próprio país, pois são oriundos de culturas ainda mais contrastantes do que as dadas por nossas diferenças regionais e, em geral, não dominam a língua, nem conhecem a legislação local.

Mesmo aqueles com formação superior, quando não se encaixam como exemplos virtuosos, tendem a ter sua história pretérita anulada ou reduzida por causa do não reconhecimento dos seus diplomas e das dificuldades de acesso à educação superior. Como regra, suas falas aparecem como ruído e seus problemas são tratados como caso de polícia – da mesma polícia que afeta a população trabalhadora nacional.

Quando lhes é dada a fala, ela muitas vezes é interposta pelo ACNUR ou pelas ONGs que os acolhem, em especial as Cáritas, que exercitam sua *advocacy* numa defesa que ao mesmo tempo trata de anular as demandas específicas dos indivíduos.

42. Disponível em: <<http://twixar.me/dVpT>>.

Os “exemplos virtuosos”, por sua vez, são cuidadosamente escolhidos pela mídia e tendem a ser usados para promover uma visão de mundo em que o empreendedorismo é visto como a grande solução dos males sociais, ao mesmo tempo que se fornece uma forma de culpar as vítimas de uma situação por si só já traumática, como se fossem responsáveis pela sua falta de iniciativa ou de propensão a empreender. A política é exercida, nesse sentido, em defesa de uma concepção de mundo que não é necessariamente aquela defendida pelos atores envolvidos.

Seguimos, assim, na situação em que a política pública desenhada é a de assimilação desses indivíduos à força de trabalho local, sem que se estabeleçam regras para além da emissão da carteira de trabalho. As entidades filantrópicas continuam sendo mais importantes para a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro do que qualquer agência pública, e a forma como essa descrição aparece na imprensa tende mais a reforçar o modelo adotado do que a questioná-lo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, p. 15822, 23 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a ordem neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGUNDEZ, I.; GAVRAS, D. Diferença cultural é obstáculo para patrão. **Folha de S.Paulo**, 12 out. 2014. Disponível em: <<http://twixar.me/wypT>>.

MARGALEF, D. M. D. S.; VIANA, A. R. A midiatização das migrações internacionais e do refúgio no Brasil entre 2007 e 2018. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2019.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. O dissenso. *In*: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

SUPLICY, M. Molenbeek. **Folha de S.Paulo**, 1 abr. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/martasuplicy/2016/04/1756249-molenbeek.shtml>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONIN, J.; SAGGIN, L. Reflexões teóricas para pensar as relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais e cidadania. **Lumina**, v. 10, n. 1, abr. 2016.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 6 v.

STASIAK, D. Sociedade midiaticizada: as afetações do campo dos *media* na contemporaneidade. **Comunicação e Informação**, v. 12, n. 2, p. 75-88, jul./dez. 2009.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Diálogos de la Comunicación**, n. 48, p. 10-17, 1997.

_____. Mediatization theory: a semio-anthropological perspective and some of its consequences. **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Louise de Freitas Sarmento (estagiária)

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Imagem da capa

© UNHCR/Felipe Inaldo

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISBN 978-65-5635-004-2



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL